

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio-Econômico
Departamento de Ciências Econômicas



Curso de graduação em **CIÊNCIAS ECONÔMICAS**
a distância

Economia Agrícola

VALDIR ALVIM

S475e Alvim, Valdir

Economia agrícola. / Valdir Alvim. - 3. impri. Florianópolis : Departamento de Ciências Econômicas/UFSC, 2014.

124p. : il

Curso de Graduação Ciências Econômicas

Inclui bibliografia

ISBN

1. Economia agrícola. 2. Propriedade fundiária. 3. Industrialização. 4. Educação a distância I. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Ciências Econômicas. II. Título.

CDU: 338

GOVERNO FEDERAL

Presidente da República	Dilma Vana Rousseff
Ministro da Educação	Aloizio Mercadante
Diretor de Educação a Distância da CAPES	João Carlos Teatini de Souza Clímaco

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitora	Roselane Neckel
Vice-Reitora	Lúcia Helena Pacheco
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis	Lauro Francisco Mattei
Pró-Reitor de Pesquisa	Jamil Assereuy Filho
Pró-Reitor de Extensão	Edison da Rosa
Pró-Reitora de Pós-Graduação	Joana Maria Pedro
Pró-Reitora de Graduação	Roselane Fátima Campos
Secretária Especial da Secretaria Gestão de Pessoas	Neiva Aparecida Gasparetto Cornélio
Pró-Reitora de Planejamento e Orçamento	Beatriz Augusto de Paiva
Secretário de Cultura	Paulo Ricardo Berton
Coordenadora UAB/UFSC	Sonia Maria Silva Correa de Souza Cruz

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

Diretora	Elisete Dahmer Pfitscher
Vice-Diretor	Rolf Hermann Erdman

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Chefe do Departamento	Armando de Melo Lisboa
Subchefe do Departamento	Brena Paula M. Fernandez
Coordenadora Geral na modalidade a distância	Marialice de Moraes

EQUIPE DE PRODUÇÃO DE MATERIAL - PRIMEIRA EDIÇÃO

Coordenação de Design Instrucional	Suelen Haidar Ronche
Design Instrucional	Claudete Maria Cossa Renata Oltramari
Revisão Textual	Maria Geralda Soprana Dias
Coordenação de Design Gráfico	Giovana Schuelter
Design Gráfico	Natália Gouvêa Rafael de Queiroz Oliveira
Ilustrações	Natália Gouvêa Rafael de Queiroz Oliveira
Design de Capa	Guilherme Dias Simões Felipe Augusto Franke Steven Nicolás Franz Peña
Projeto Editorial	André Rodrigues da Silva Felipe Augusto Franke Max Vartuli Steven Nicolás Franz Pena

EQUIPE DE PRODUÇÃO DE MATERIAL - TERCEIRA EDIÇÃO

Coordenação de Design Instrucional	Andreia Mara Fiala
Coordenação de Design Gráfico	Giovana Schuelter
Ilustrações	Rafael de Queiroz Oliveira
Design de Capa	Guilherme Dias Simões Felipe Augusto Franke Steven Nicolás Franz Peña
Projeto Editorial	André Rodrigues da Silva Felipe Augusto Franke Max Vartuli Steven Nicolás Franz Pena

Sumário

UNIDADE 1

A PROPRIEDADE FUNDIÁRIA NO PERÍODO COLONIAL E MODELO AGROEXPORTADOR BRASILEIRO

1.1 A QUESTÃO AGRÁRIA: CONTROLE DA POSSE DA TERRA E DOS TERRITÓRIOS PARA PRODUÇÃO AGRÍCOLA	13
1.2 A AGRICULTURA NO SISTEMA PRIMITIVO NE CULTIVO DO SOLO	15
1.3 OS BRASIS: PRIMITIVOS HABITANTES DO TERRITÓRIO BRASILEIRO ANTES DE 1500	17
1.4 A OCUPAÇÃO EFETIVA DO TERRITÓRIO DOS BRASIS: A COLÔNIA PORTUGUESA (1500 -1822)	24
1.5 AS CAPITANIAS: OCUPAÇÃO EFETIVA DO TERRITÓRIO (1530 – 1640)	26
1.6 O PLANTATION: A FORMA DE ORGANIZAR A PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM LATIFÚNDIOS	29
1.7 A EXPANSÃO DA COLONIZAÇÃO: SISTEMA POLÍTICO E NASCIMENTO DA AGRICULTURA (1640 – 1808)	31
1.8 CRISE DO REGIME SERVIL: PRODUÇÃO AGRÍCOLA PARA ABASTECER VILAS E CIDADES (1808 – 1850)	33
1.9 MUDANÇA NO CARÁTER DA PROPRIEDADE AGRÁRIA: A LEI DE TERRAS DE 1850	35

UNIDADE 2

AGRICULTURA: AVANÇOS CIENTÍFICOS COM A PRÉ- FABRICAÇÃO DA NATUREZA

2.1 O EMPREGO DA MÁQUINA: SUBSTITUIÇÃO DO CAMPELÊS PELO TRABALHO ASSALARIADO	42
2.2 PRÉ-FABRICAÇÃO DAS CONDIÇÕES NATURAIS ORGANIZADA PELO CAPITAL	45
2.3 SÍNTESE: AVANÇOS CIENTÍFICOS INCLuíDOS NA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL	47
2.4 AVANÇOS DA QUÍMICA ORGÂNICA – PRODUTOS ORGANOCORADOS.....	47
2.5 AVANÇOS DA GENÉTICA – SEMENTES HÍBRIDAS.....	51
2.6 A REVOLUÇÃO VERDE: PACOTES TECNOLÓGICOS PARA A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA (1960).....	53

UNIDADE 3

O AVANÇO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NA AGRICULTURA BRASILEIRA (1930 – 1960)

3.1 O NOVO PADRÃO “MODERNO” PARA O SETOR AGRÍCOLA: COLONIZAÇÃO REGIONALIZADA COM A REPÚBLICA.	59
3.2 A REVOLUÇÃO DE 1930: DESAPROPRIAÇÃO DAS TERRAS PARA O INTERESSE PÚBLICO..	61
3.3 CRISE AGRÁRIA E AGRÍCOLA.....	68

UNIDADE 4

A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA BRASILEIRA (1960 – 1980)

4.1 A INTERALIZAÇÃO DO SETOR DE MÁQUINAS NA AGRICULTURA (1965 – 75).....	75
4.2 CRIAÇÃO DE EMPRESAS, INSTITUIÇÃO E FUNDOS PARA O FINANCIAMENTO AGRÍCOLA (1964 – 1986)	77
4.3 CRÉDITO SUBSIDIADO E OUTROS INCENTIVOS À PRODUÇÃO AGRÍCOLA	83
4.4 OFERTA DE CRÉDITO AGRÍCOLA SUBSIDIADO: PRINCIPAL INSTRUMENTO PARA PROMOVER A INDUSTRIALIZAÇÃO.....	85
4.5 RESULTADOS DAS TRANSFORMAÇÕES: O ÊXODO RURAL E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO RÁPIDA.....	88
4.6 A SEGMENTAÇÃO DA AGRICULTURA: COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS – CAI’S (1975 – 85).....	89
4.7 RELAÇÕES INTERSETORIAIS E PRODUÇÃO: A MONTANTE E A JUSANTE	93
4.8 RELAÇÕES DESAGREGADAS: FLUXOGRAMAS INTERSETORIAIS DA DEMANDA	97
4.9 CONSUMO INTERMEDIÁRIO (CI) E CONSUMO TOTAL (CT): FLUXOS NA MATRIZ INTERSETORIAL	98
4.10 LAVOURA DE CAFÉ	99
4.11 LAVOURA DE CANA	100
4.12 LAVOURA DE SOJA E TRIGO	100
4.13 AGROPECUÁRIA	102
4.14 CRIAÇÃO DE BOVINOS E LEITE	103
4.15 CRIAÇÃO DE AVES E OVOS.....	104
4.16 CRISE E RETRAÇÃO DO CRÉDITO DO SETOR FINANCEIRO PÚBLICO	105
4.17 MUDANÇAS NA TRAJETÓRIA: ESPAÇO REABERTO PARA A “MINIFUNDIZAÇÃO”	107

4.18 RECUPERAÇÃO E SUPERSAFRAS (1985 – 1989)	110
4.19 RETIRADA DOS SUBSÍDIOS DOS PROGRAMAS OFICIAIS DE CRÉDITO (1987 – 88)	111
4.20 AVANÇO DO AGRONEGÓCIO: REFORMA AGRÁRIA TORNA-SE ANAGRÔNICA? (ANOS 1990)	115

Palavra do professor

Olá. Seja bem-vindo (a) ao estudo da Economia Agrícola!

Você está iniciando a disciplina de Economia Agrícola.

Nossa expectativa é que ela seja para você uma experiência interessante e enriquecedora, e que você possa apreender, da melhor forma possível, as expressões e conceitos que compõem esta área de conhecimento.

Nosso principal objetivo é que você possa conhecer os conceitos desta área de conhecimento e se apropriar do conteúdo, observando as consequências, ao longo do tempo, do desenvolvimento do processo de industrialização da agricultura, em seu modo capitalista de produção.

Portanto, enveredar pelo caminho longo do tempo da história descortinando o mundo do desenvolvimento, organizado em sua longa duração, é de suma importância para a compreensão das formações econômico-sociais em seu universo de atividades agrárias e agrícolas, ligadas ao campo de produção das necessidades elementares do ser humano.

O nosso objetivo é que estes conhecimentos possam colaborar na atuação do futuro economista, e na sua formação intelectual, como cidadão, ativo e consciente, pois não se encontra uma estrada real para a ciência, e todo começo é difícil, e só conseguiremos chegar aos cimos luminosos, quando enfrentamos a cansaça que se instala pelas veredas abruptas que encontramos pelo caminho!

Dos temas apresentados, grande parte deles se faz presente na historiografia, mas não estão necessariamente presentes no dia a dia. Por isso, caro estudante, sua imersão na análise apresentada é essencial, pois você encontrará situações que apresentam muitas expressões e conceitos não muito convencionais. Isso permitirá a você observar os elementos da nossa história e da economia na perspectiva focada na questão agrária, a partir da ocupação do território, ligados aos interesses econômicos para a produção agrícola dos campos de cultivo.

A contribuição acadêmica que se pretende fornecer diz respeito às questões da ciência econômica com o seu olhar atento para novas pos-

sibilidades de compreensão e posicionamento diante dos problemas histórico-estruturais relacionados à necessidade de produção agrícola. Essa produção passa necessariamente pelo atendimento dos interesses sociais, das questões agrárias, da efetiva produção de políticas que fixem o homem à terra e proporcionem melhorias na produção de excedentes que possam minimizar as mazelas sociais e acabar de vez com a fome no mundo dos homens.

Na modalidade de educação a distância, o seu desempenho estará diretamente relacionado à sua dedicação e afinho, não só na apreensão do conteúdo programático da disciplina impressa neste material, como também na busca de outras fontes para investigação dos temas, pesquisando e interagindo com interface regular junto à nossa equipe de trabalho. A qual se coloca à sua inteira disposição.

Bom estudo e pesquisa a todos!

Prof. Valdir Alvim



1

A PROPRIEDADE FUNDIÁRIA NO PERÍODO COLONIAL E O MODELO AGROEXPORTADOR BRASILEIRO

O objetivo desta Unidade será abordar a **propriedade fundiária**, nosso objeto de **investigação** por ser considerado um conceito mais concreto na nossa história e o ponto de partida que nos remete à ideia da formação da economia brasileira, um dos múltiplos pilares de sustentação na consolidação do latifúndio – na **questão agrária**, e na produção de monoculturas – no **modelo agrícola** agroexportador, desde o princípio da ocupação do território.

1.1 A QUESTÃO AGRÁRIA: CONTROLE DA POSSE DA TERRA E DOS TERRITÓRIOS PARA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A questão agrária pode ser interpretada a partir de diversos enfoques da literatura, de acordo com as diversas perspectivas inseridas nos debates sobre o tema.

Saiba Mais



Para saber mais a esse respeito, você pode consultar:

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968. (Especialmente o capítulo VII - Os limites da exploração capitalista (p. 146-182));

SILVA, José Graziano d a. **O que é questão agrária**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 114p. (Primeiros passos, 18);

BORGES, Fragmon Carlos. Origens históricas da propriedade da terra - 1958. In: STEDILE, João P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional - 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. (p. 259-281).

As **formas de produção da agricultura** servem para explicar como se desenvolveram as relações sociais na **organização da produção agrícola**, e para maior abrangência das interpretações, podemos buscar outros conceitos teóricos como, por exemplo, o modo capitalista de produção na agricultura, a evolução das classes sociais no campo, bem como o desenvolvimento das lutas e dos movimentos sociais, etc.

Saiba Mais



Caro aluno, para saber mais sobre esses temas, consulte também m:

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986. (Especialmente o cap. 1. As abordagens teóricas da agricultura (p. 5-13); cap. 2. A Agricultura sob o feudalismo (p. 14-18); cap. 3. A transição do feudalismo ao capitalismo (p. 19-27); Cap. 4. A agricultura sob o modo capitalista de produção (p. 28-58); e cap. 5. As relações de produção na agricultura sob o capitalismo (p. 59-72)).

Para se compreender a questão agrária nas formas de organização da produção da agricultura, vamos resumir algumas das interpretações na aplicação dos conceitos da propriedade fundiária, tendo inclusive, para todos os vieses, uma ampla literatura com estudos e pesquisas realizados e publicados pelos nossos historiadores, cientistas políticos, sociólogos, economistas, agrônomos, entre tantos outros.

Saiba Mais



Para a compreensão aprofundada do nosso objeto de investigação, destacamos a publicação recente de: STEDILE, João P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional - 1500-1960**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Esse livro destaca o período colonial com artigos de autores considerados "clássicos" na literatura sobre o tema, sendo o primeiro de uma coleção de sete volumes focados na história da questão agrária brasileira de 1500 até os dias atuais.

Nesses casos, a questão agrária está relacionada aos problemas que a concentração da propriedade da terra traz ao desenvolvimento das **forças produtivas**

de uma determinada sociedade, e sua influência no poder político, cujos termos são utilizados para ajudar a explicar a evolução da luta política, e da luta de classes, para o domínio e o controle da posse da terra e dos territórios (STEDILE, 2005, p. 9).

Sendo assim, a propriedade fundiária na agricultura brasileira está relacionada às múltiplas formas da manifestação da **questão agrária e do modelo agrícola** demarcando a **terra como meio de produção econômica em larga escala, de monoculturas para exportação**.

Dessa forma, podemos perceber que é na **ocupação efetiva do território** que se definem as bases da exploração da terra, e vamos nos servir dos instrumentais analíticos das ciências em seus aspectos históricos para compreendermos as diferentes interpretações da realidade agrária e agrícola brasileira.

Buscaremos descrever a questão agrária de acordo com o enfoque principal abordado nesta disciplina, de que a **propriedade fundiária reflete os fundamentos econômicos da ocupação territorial**.

Para compreensão disso, vamos perceber que, desde os primórdios – quando os seres humanos primitivos criaram as condições que permitiram sua fixação em algum campo de cultivo, ocupando o território – os homens atuavam diretamente sobre a natureza para executar a lavra da terra para a agricultura.

São os elementos de cuja associação decorre, numa dada sociedade, a produção dos bens materiais, e que compreendem os meios de produção e os homens que deles se utilizam dentro de uma determinada organização do trabalho. (FERREIRA, 1999)

1.2 A AGRICULTURA NO SISTEMA PRIMITIVO DE CULTIVO DO SOLO

Para o nosso estudo, um dos aspectos importantes a se observar é a forma como ocorreu a ocupação humana do território e sua utilização para a agricultura, situação que serve para explicar como as pessoas vão se apropriando do **principal bem da natureza**, que é a **terra**.

Os seres humanos viviam – alguns ainda vivem – numa interação direta com a natureza sob um **sistema econômico e social** baseado no **modo de produção** que podemos denominar de “comunismo primitivo” (STEDILE, 2005, p. 18). Isto foi importante para se perceber que nos momentos de apropriação

É a forma de organização socioeconômica associada a uma determinada etapa de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. (FERREIRA, 1999)

do território, com a **fixação do homem na terra**, estava demonstrada a **capacidade de organização** de suas **forças produtivas** materiais que permitiam para ele suprir suas **necessidades elementares**, como a alimentação, o vestuário e a moradia.

Esta fixação nos remete à **forma originária da questão agrária**, baseada na organização da **propriedade coletiva da terra** e na forma de **organização do trabalho** para a exploração dos campos e da agricultura, características fundamentais da **vida socioeconômica** dos povos originários.

Essa forma de organização comunitária conformava **unidades de produção da terra** que caracterizaram a **divisão do trabalho** com o **uso comum da terra**, cujos produtos se destinavam unicamente ao consumo do próprio produtor visando à organização da **subsistência**, na manutenção da família do produtor e do núcleo comunitário que se formava ao longo do campo de cultivo.

Essa forma de produzir a agricultura criou, então, um conjunto de **relações de produção** em operações úteis para o homem, que transformava o solo natural produzindo sua alimentação, vestuário, seus instrumentos de trabalho, moradia, a domesticação e a criação de animais. Num primeiro momento, tratava-se de um sistema primitivo de cultura do solo, onde a apropriação sobre a terra era realizada com base nesse modo de produção com características do comunismo primitivo que, por exemplo, tanto se destinava ao cultivo agrícola (a lavoura de milho e trigo), quanto às pastagens para a criação de animais (o gado).

É o processo de separação ou especialização das funções culturais de indivíduos ou grupos, ou seja, o processo de organização específica do trabalho. (FERREIRA, 1999)

São as relações entre os homens, determinadas pelas forças produtivas, e se colocam relativamente à maneira como se distribuem entre os membros de uma sociedade os meios de produção, e os bens materiais que estes determinam. (FERREIRA, 1999)

Saiba Mais



Podemos, então, deduzir um conceito de agricultura como a arte de cultivar terrenos, mais ou menos planos, pequenos ou extensos, para formar os campos de semeadura, na qual geralmente predominavam as atividades humanas.

Essa relação mútua entre a agricultura com as atividades de criação do gado, desenvolveu a pecuária e, conseqüentemente, a **agropecuária**. O processo produtivo se deu também em relação à exploração de florestas com a extração vegetal, caracterizando a **silvicultura**. A pesca também se consolidou como atividade de subsistência e, com o tempo, se transformou em arte de

criar e multiplicar animais e plantas aquáticas, constituindo a **aquicultura**.

De acordo com pesquisas antropológicas, foram encontrados instrumentos e vestígios de presença humana no território brasileiro na região do Piauí, cujas comprovações remetem há pelo menos 50 mil anos.

Essas evidências da ocupação registram um tempo anterior à chegada das correntes migratórias que vieram da Ásia, atravessando o estreito do Alasca, e ocupando o território, como visto na Unidade anterior.

Essa passagem revela a primeira etapa da formação histórica do que Darcy Ribeiro chamaria mais tarde de “civilização brasileira” (STEDILE, 2005, p. 18).

1.3 OS BRASIS: PRIMITIVOS HABITANTES DO TERRITÓRIO BRASILEIRO ANTES DE 1500

Desde os primórdios da nossa sociedade até o ano de 1.500 d.C., a História registra que as populações que habitavam nosso território viviam em agrupamentos sociais, famílias, tribos, clãs, a maioria nômade, dedicando-se basicamente à caça, à pesca, e à extração de frutas, dominando parcialmente a agricultura.

Por outro lado, a agricultura tornou-se itinerante pela necessidade da subsistência, pois, depois de algum tempo produzindo, mal a terra apresentava sinais de esgotamento, já era abandonada. Ou seja, nessas ocasiões os lavradores e seus núcleos comunitários partiam à procura de novas áreas ainda inexploradas.

Essa forma de **agricultura itinerante** tornou-se típica em regiões tropicais, em que o agricultor primitivo, após a derrubada e queimada da mata, iniciava determinada lavoura.

Assim, a questão agrária pode ser considerada dentro de um conjunto de interpretações e análises da realidade da produção agrícola, submetidas à história da humanidade. Essa questão procura explicar como se desenvolveu **a apropriação, o uso, a organização e a utilização das terras e dos campos** para as atividades da agricultura, que levaram à conformação das **sociedades agrárias nômades** ao longo do tempo.

Etnônimo brasílico. 1. Designação de grupo, etnia, povo, etc., que habitava o território brasileiro em tempos pré-cabralianos e, por extensão de seus descendentes. [Entre os antropólogos que estudam esses grupos indígenas, a grafia dos etnônimos brasílicos adota inicial capitular, não varia em gênero e número, e obedece à convenção para a grafia de nomes tribais recomendada pela maioria dos participantes da Primeira Reunião Brasileira de Antropologia, que ocorreu no Rio de Janeiro em 1953.]. (FERREIRA, 1999)

Quanto ao contingente populacional, calcula-se a existência de, aproximadamente, cinco milhões de indivíduos que viviam por aqui, formando cerca de 300 grupos tribais. Constituíam-se de miríades de nações da matriz Tupi, Guaranis, entre outras, que se autodenominavam “brasis”, ou “caapós” – povos das florestas, nascente da “terra dos sem males”. (RIBEIRO, 2000).

Guaranis: povo indígena formado por diversos subgrupos [*Kaiowá, *M’bya, *Nhandeva, *Pai-Tavyterã, *Xixipá e *Chiriguano (etnôn. bras.)] da família linguística tupi-guarani, tronco tupi, que habita o Brasil (MS, SP, RJ, PR, ES, SC e RS), no qual representa um dos maiores grupos, além de Paraguai, Bolívia e Argentina.

Guarani: Língua da família tupi-guarani que era falada no domínio espanhol da América do Sul, atestada já no século XVI. Denominação para diversas variantes de línguas indígenas da família tupi-guarani, tronco tupi, da qual a mais conhecida é língua oficial no Paraguai, ao lado do espanhol. (FERREIRA, 1999)



Caro aluno, recomendo que você assista: RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: TV Cultura (Fundação Padre Anchieta), 2000, série - Vídeo. Afinal, o antropólogo Darcy Ribeiro (1913-1997) foi um dos maiores intelectuais brasileiros do século XX. Esse DVD traz todos os 10 programas da elogiada série baseada na obra central de Darcy: **O Povo Brasileiro**, em que o autor responde à questão “quem são os brasileiros?”, investigando a formação do nosso povo. Coproduzida pela TV Cultura, a GNT e a Fundar, a série conta com a participação de Chico Buarque, Tom Zé, Antônio Cândido, Aziz Ab’Saber, Paulo Vanzolini, Gilberto Gil, Hermano Vianna, entre outras personalidades. **O Povo Brasileiro** é uma recriação da narrativa de Darcy Ribeiro, e discute a formação dos brasileiros, sua origem mestiça e a singularidade do sincretismo cultural que dela resultou. Com imagens captadas em todo o Brasil, material de arquivo raro e depoimentos, a série é um programa indispensável para educadores, estudantes e todos os interessados em conhecer um pouco mais sobre o nosso país.



Você pode encontrar o vídeo disponível para compra no site: http://www.2001video.com.br/detalhes_produto_extra_dvd.asp?produto=11511

Você também pode tentar encontrá-lo em uma videolocadora, e parte da série está disponível no AVEA (e, inclusive, fará parte das Atividades de Aprendizagem).

Estes brasis não eram tão “civilizados” como os outros **povos andinos**, mas possuíam uma **cultura de autossuficiência** para a satisfação das **necessidades sociais** e de sobrevivência dos indivíduos, tendo nas suas etnias uma identificação íntima, secreta. Eles sabiam tudo do que necessitavam para sobreviver: habitavam **malocas** com até 600 pessoas, organizavam-se em agrupamentos sociais constituídos de 100 a 500 famílias, uniam-se por laços de parentesco, unidades idiomáticas, étnicas ou culturais. Não havia entre eles qualquer sentido ou conceito de propriedade dos bens da natureza.

Todos os bens da natureza existentes no território – terra, águas, rios, fauna, flora – eram todos, de **posse e de uso coletivo** e eram utilizados com a única finalidade de atender às **necessidades de sobrevivência social** do grupo. (STE-DILE, 2005, p. 18-19, grifo nosso)

Havia a divisão do trabalho entre:

- homens – caçadores que dominavam várias espécies de plantas e animais; e
- mulheres – trabalhadoras, tecelãs, plantavam a roça com culturas da mandioca e do milho e, destes, faziam farinha e bebidas (o cauim).

Estes brasis festejavam a colheita. Reverenciavam os espíritos, porque não havia distinção entre os espíritos do homem, da floresta, do vento, do lago, dos animais, dos pássaros, etc. Eles se bastavam e seu aprendizado seguia a sabedoria dos mais velhos. Um brasil não dava ordens a outro, pois este acharia muito engraçado; não havia delimitação entre trabalho e arte, e o aprendizado era um constante fazer e refazer; praticavam o comércio de pequenas dádivas e favores, possuíam aprimoradas técnicas bélicas e promoviam festas e guerras.

Havia uma estética e uma ética na guerra. Eles passavam o dia todo se preparando e se pintando, para depois cair em combate feroz com seus inimigos e, com eles, eram implacáveis. Se um guerreiro caísse em mãos inimigas, poderia ser devorado fisicamente em rituais antropofágicos, mas não devorado moralmente.

Grande parte desse contingente migrou em grandes diásporas, a exemplo da marcha dos Tupis, que ocorreu de norte a sul e de leste a oeste do Brasil, ocupando as regiões do imenso continente. Isso ocorria quando os bens da natureza se tornavam escassos em determinadas regiões, e os grupos necessitavam se deslocar para outros locais para poder se reproduzir, caracterizando assim a condição de vida nômade destes povos (STEDILE, 2005, p. 18-19).

Os brasis **tupinambás da costa** tornaram-se a principal etnia, e foram os que tiveram maior contato com os colonizadores europeus (FERNANDES, 1989, p. 16). Vale lembrar que o termo **Tupinambá** é usado para designar o conjunto de grupos tribais do tronco Tupi que entraram em contato com os brancos no Rio de Janeiro e na Bahia; e os grupos Tupi depois povoaram o Maranhão, o Pará e a Ilha dos Tupinambarana. Sabe-se atualmente que eles constituíam grupos tribais distintos, espacialmente segregados e solidariamente diferenciados. Mas todos faziam parte de um grupo étnico básico, revelando em seu sistema sócio-cultural os mesmos traços fundamentais.

Saiba Mais



Para saber mais a esse respeito você pode consultar: FERNANDES, Florestan. **A organização social dos Tupinambás**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Ed. UnB, 1989, p. 16.

Ocupavam o território principal no litoral brasileiro, na faixa da atual região sudeste, da Bahia até o Rio Grande do Norte. Após muitos embates, e as guerras com os brancos europeus, algumas migrações derivadas se dirigiram para o Sul e outras para o Nordeste, em direção ao Maranhão (ARUTO; GAIOTTO, 2008, p. 14-16).

Os **grupos locais** se uniam por laços de parentesco e, dentro de cada grupo, os laços eram mais fortes, principalmente nas **malocas**, uma construção típica desses povos, construída de troncos e folhas secas. A maloca era a **menor unidade social** dos tupinambás. O conselho dos chefes era a instituição

política máxima; estava aberta aos chefes das malocas, e as suas decisões e discussões estavam à disposição de todos os membros. Nela se decidiam festas, casamentos, guerras, etc.

Por outro lado, os grupos locais eram a **maior organização social** dos tupinambás, com 4 a 7 malocas cada. Eram dispostas em torno de um pátio central do grupo local, espaço destinado às mais diversas festas, cerimônias e sociabilidade. O comprimento variava de acordo com o número de habitantes, que ficava em torno de 50 a 200 indivíduos. Cada maloca possuía entre 6 e 10 metros de largura. O espaço interno era dividido de forma igualitária, gerando duas metades espelhadas, com lotes destinados para cada família (lares polígamos, já que um homem podia ter mais de uma mulher).

Propriamente dito, os Tupinambás não apresentavam uma economia agrícola definida, pois viviam uma economia de subsistência. As atividades agrícolas estavam subordinadas à orientação econômica que guiava a produção tupinambá para a satisfação das necessidades imediatas (STEDILE, 2005, p.18).

As estruturas fundamentais de atividades econômicas, que as caracterizam como uma economia mista, são a caça, a pesca, a coleta de plantas e frutos nativos, de ovos e filhotes de pássaros, a horticultura e o aprovisionamento limitado de algumas pedras e cristais.

O sistema técnico, que suportava estas atividades e através do qual os Tupinambás procuravam ajustar os meios externos às suas necessidades, era muito rudimentar.

Em direção de todas essas atividades, o sistema de técnicas de produção apenas previa a extração dos recursos naturais. (FERNANDES, 1989, p.81)

A produção tupinambá se resumia às atividades de caça, pesca e agricultura. Apesar da rica produção de ornamentos, a prática do artesanato não tinha uma função comercial. Também não tinham uma cultura de domesticação dos animais; na verdade, consumiam os animais de acordo com a sua propriedade física. Na atividade agrícola, produziam mandioca, batata, ervilha, milho, legumes e algumas ervas.

Saiba Mais



Acima de tudo, caracterizavam-se por uma forte dependência do meio físico, seja na extração de artigos tropicais, seja na utilização intensiva dos solos na agricultura.

A adaptação ao meio tropical ocorria de forma rudimentar, utilizavam poucos instrumentos e técnicas para fertilizar o solo, usavam o machado, a estaca e as queimadas, por exemplo. A tecnologia, apesar de adaptativa, era extremamente rudimentar, e isso imbricava na conformação das relações de produção e na organização social.

O regime das terras dos tupinambás era completamente livre. O acesso aos alimentos, seja pela extração, pela caça ou pela pesca era para todos. Quanto à agricultura, as terras eram divididas conforme as famílias, e elas eram encarregadas pelo cultivo do lote de terra.

Contudo, eram fortes os laços de solidariedade, e se uma família precisava de ajuda na preparação da sua horta, imediatamente outra família se prontificava. Estabelecia-se uma troca de favores: a família que recebia, outrora fornecia um favor. A cooperação também era feita quando se deparavam com uma grande tarefa, como, por exemplo, a derrubada da mata virgem. Realizavam um grande mutirão, do qual todos participavam.

O tempo despendido na agricultura variava. Geralmente, trabalhavam pela manhã, em jejum, na terra. Mas não se dedicavam todos os dias; somente quando tinham necessidade.

A **produção de excedentes** era limitada, uma vez que não contavam com técnicas satisfatórias para armazenagem dos produtos. O **consumo** dos alimentos ocorria de forma espontânea, sob a regência das famílias. O nível de consumo dependia da produção agrícola do período, e como esta estava em dependência dos fatores naturais, se algo atingisse a produção agrícola, todos passavam fome, sem distinção.

As **atividades agrícolas** eram desempenhadas conforme o sexo e a idade dos indivíduos e estavam subordinadas ao esquema maior de **divisão social do trabalho**. A divisão por sexo respondia a um sistema de relações de trabalho por compensação. Assim, caso alguns indivíduos tivessem um maior número de tarefas, ou tarefas mais árduas, eram compensados pela reciprocidade e o caráter complementar das atividades, fortalecendo a interdependência entre os membros do grupo local. Porém, em geral, todos trabalhavam muito e de forma igual.

As mulheres eram encarregadas da extração e da colheita na agricultura, participavam na pesca e na construção da maloca, fabricavam a farinha, preparavam as raízes, teciam algodão e outras fibras, domesticavam animais e faziam cerâmica. Além disso, eram responsáveis pelos serviços domésticos,

faziam depilação e tatuagem, entre outros.

Os homens, por sua vez, realizavam as seguintes atividades: preparação de terras para a lavoura, morte de animais, pescaria, fabricação de instrumentos, obtenção de lenha e manutenção do fogo, proteção das mulheres, atividades guerreiras, entre outras.

A divisão segundo a idade indicava seis etapas pelas quais o homem ou a mulher passavam. Cada uma correspondia a certas tarefas, de acordo com as necessidades do grupo e a posição do sujeito dentro dele. Assim, o homem que no início estava subordinado a tarefas dependentes à família, com o tempo, estava em idade de se casar, constituir-se como guerreiro e, quem sabe, como chefe. Em cada etapa assumia diferentes funções. A organização social que se erigiu dessa base material (produto da divisão do trabalho) tinha o objetivo de perpetuar a tradição dos antepassados.

A guerra era outra instituição social, que visava manter o equilíbrio social. Originava-se de diversos fatores, inclusive do deslocamento de grupos locais em territórios inimigos. Além disso, tinha o objetivo de se constituir como o principal fator de mortalidade entre os tupinambás. A guerra era um recurso para restabelecer um equilíbrio que foi perdido, e se atacava o distúrbio por meio da guerra.

A vendeta, que é a vingança da vingança, possibilita a interdependência e o fortalecimento dos grupos ao atacarem um inimigo que abalou os laços de parentescos. Os rituais antropofágicos seriam o ponto máximo de punição e reunião dos grupos locais.

A migração era uma constante dentro dos grupos Tupinambás. Pelo seu baixo desenvolvimento tecnológico, praticavam a chamada **ocupação intensiva**, o que levava a um esgotamento da fertilidade do solo em pouco mais de três anos. Por esse motivo, eram obrigados a se deslocar e rumavam a lugares que permitiam o acesso a rios, caça e terra fértil.

Quando os colonizadores aqui chegaram, se depararam com este povo que já havia desenvolvido sua forma de ocupação do território, criado referências para a demarcação dos acidentes geográficos, definido e identificado a maioria dos lugares, rios, escarpas, etc.; enfim, tinham ocupado apropriadamente os locais neste imenso território.

1.4 A OCUPAÇÃO EFETIVA DO TERRITÓRIO DOS BRASIS: A COLÔNIA PORTUGUESA (1500-1822)

A partir do século XIII, o Rei de Portugal D. Henrique instituiu o mundo como projeto. Mesmo contrariando as ideias dominantes da Igreja, absorveu a ideia de que a Terra era redonda; fundou a primeira universidade de arte e ciências da navegação -- a Escola de Sagres em 1288; tornou Lisboa uma cidade cosmopolita; e financiou os empreendimentos da expansão de Portugal pelo mundo através de instituições como o Estado, a Ordem de Cristo e a burguesia mercantilista (RIBEIRO, 2000).

Após Portugal se expandir pelo mundo e ocupar vários outros países africanos desde esse período, a partir de 1500 ocorre uma invasão estratégica do território dos brasis. As táticas de dominação utilizadas tentavam submeter os povos originários às suas leis ocidentais e à sua cultura, baseadas na expansão econômica do capitalismo mercantil, diante da crise da feudalidade européia, e dentro das estratégias de partilha do território e sua ocupação, contidas no **Tratado de Tordesilhas** de 1494.

A terra, como vimos, se transforma num meio de produção fundamental para a subsistência dos povos originários e, por causa disso, foi “desapropriada” formalmente dos brasis, mesmo antes da “descoberta” efetivada por Pedro Álvares Cabral, e adquiriu o sentido dado aos acordos do **Tratado de Tordesilhas**, celebrado entre Espanha e Portugal em 7 de junho de 1494.

Para refrescar a sua memória a respeito do tratado de Tordesilhas:

[...] em 1493, o Papa Alexandre VI expedira bulas fixando uma linha de fronteira (meridiano) de pólo a pólo a cem léguas do arquipélago de Cabo Verde. A Espanha teria o domínio exclusivo sobre as terras a oeste da linha e Portugal sobre aquelas a leste. Nenhuma outra potência poderia ocupar territórios que já se encontrassem sob um soberano cristão.

Diante da crise diplomática e da ameaça de confronto armado, entabularam-se negociações de imediato, durante as quais os reis espanhóis Fernando II e Isabel I conseguiram a edição da bula *Inter coetera* (de 3-4 de maio de 1493), pela qual ficava reconhecida a Castela a posse das terras e ilhas achadas e por descobrir, a ocidente

de um meridiano que passaria a 100 léguas (cerca de 320 milhas marítimas) a oeste das ilhas de Cabo Verde ou dos Açores.

As falhas geográficas e políticas da bula pontificia em nada contribuíram para resolver as pendências entre as coroas ibéricas. Resolveram os soberanos então reunir missões diplomáticas em Tordesilhas, pequeno burgo às margens do rio Douro, entre Salamanca e Valladolid, no noroeste da Espanha. Embora mantendo o princípio da divisão do mundo em duas partes, como estabelecera a bula papal, espanhóis e portugueses traçam o meridiano bem mais a oeste: a 370 léguas (1.184 milhas) de Cabo Verde (entre as latitudes 48º e 49º a oeste de Greenwich). A parte oriental caberia a Castela, a ocidental a Portugal. A ratificação pontificia deste tratado só veio a ocorrer em 1506, ano da morte de Colombo, pelo Papa Júlio II. (UNIFICADO, 2009)

Esse tratado fixava critérios que partilhavam as terras “descobertas” no além-mar por Cristóvão Colombo. Baseava-se na perspectiva do direito europeu de ocupar e utilizar, ou não, produtivamente as terras, auferido pelo pilar do direito feudal: *all land is king's land* – toda terra é terra do Rei (NUNES, 2008, p. 36).

O direito de posse de Portugal sobre a faixa de terra onde se encontrava o Brasil foi produto de crescentes rivalidades entre Portugal e Espanha pelas terras do Novo Mundo, durante a segunda metade do século XV. A proximidade das datas do Tratado de Tordesilhas (1494) e do “descobrimento” (1500) faz supor que Portugal já sabia da existência das terras brasileiras antes mesmo da expedição cabralina. (UNIFICADO, 2009).

A partir de 1500, com a chegada dos portugueses, desencadeia-se a invasão europeia, que acaba impondo um novo modo de produção e de organização social. Do ponto de vista geoestratégico, o período colonial brasileiro (1500-1822) caracterizou-se pela posse e ocupação do território, a organização da estrutura administrativa com as **capitanias**, os Governos gerais e os Vice-reinados.

A ciência econômica reflete os fundamentos da ocupação territorial para perceber a organização do modelo agrícola para a produção econômica no território brasileiro, no contexto histórico dos fatos e dos acontecimentos importantes, o que nos remete às **origens políticas da questão agrária**.

Para compreender os **fundamentos políticos** é necessário perceber que houve uma ocupação efetiva do território, e seu objetivo era de ordem comercial, na perspectiva da expansão econômica da Europa no final do século XV, com o comércio e a importação de negros pagãos africanos, transferidos e utilizados como força de trabalho escravo, com a expectativa de gerar nesse comércio **grandes lucros**.

Capitania. Cada uma das primeiras divisões administrativas do Brasil, das quais se originaram as províncias e os estados de hoje, e cujos chefes tinham o título de capitão-mor. (FERREIRA, 1999)

Os grego-fenícios tiveram duas sortes de colônias: as *APOEKIAS* que eram formadas, mantidas e defendidas pela iniciativa dos seus donatários, e também as *KLERUCHIAS*, submetidas totalmente ao Estado (BORGES, 2005, p. 259-281).

Nesse caso, as origens históricas da apropriação **do território** no Brasil podem ser remontadas a partir dos acordos de Tordesilhas e com a instituição efetiva das **Capitanias**, constituindo-se nos elementos fundamentais do início da colonização do território brasileiro. Apesar de Portugal já ter utilizado as capitanias nas ilhas atlânticas dos Açores e da Madeira, ela é uma criação greco-fenícia, e já era utilizada desde o século XV por Holanda, França e Inglaterra e, também, posteriormente, nas colônias norte-americanas (BORGES, 2005, p. 259-260).

O Governo Geral da Bahia é estabelecido com a chegada de Tomé de Souza em 1549, o primeiro Governador Geral, cuja preocupação central era com a **tomada de posse do território, a conquista e a fixação portuguesa**. Ocupando inicialmente o litoral até São Vicente, em São Paulo, a **partilha do território** acompanhou a expansão da administração regional exercida por um comandante militar subordinado diretamente ao Vice-rei do Brasil (Jorge de Mascarenhas) (PIAZZA, 1983, p. 120).

1.5 AS CAPITANIAS: OCUPAÇÃO EFETIVA DO TERRITÓRIO (1530-1640)

A partir de 1530, os objetivos de ocupação efetiva passaram a se constituir na forma mais viável para realizar diretamente a colonização do Brasil. Nesse sentido, a coroa portuguesa se pautava por três eixos estratégicos:

- a) garantir a posse e colonização das terras recém-descobertas;
- b) livrar-se das despesas dessa mesma colonização; e
- c) ao mesmo tempo, lançar bases para se suprir de fontes de renda novas para o Tesouro da coroa.

Para a implantação dessas estratégias, Portugal instituiu dois tipos de capitania no Brasil:

- hereditária: doada para todo o sempre para o donatário e seus herdeiros;
- temporária: que doada por uma ou mais vidas, poderia ser então revertida à posse da coroa.

É fato a afirmação de que sob ambos os tipos, hereditária ou temporária, a coroa portuguesa não abria mão totalmente de seus direitos, mantendo sobre elas o seu protetorado, mais ou menos absoluto, conforme as circunstâncias que ditaram as suas concessões.

O Reino de Portugal, assentado sob as bases de um feudalismo decadente e em decomposição, lutava para sobreviver sob o reinado de D. João III, e a expressão das características feudais do sistema de capitania eram as **Cartas de Doação e os Forais**. Estes eram passados às pessoas que se dispunham a enfrentar, por conta própria, a colonização das terras “descobertas” por Cabral, sendo investidos pelas cartas e forais como donatários, de poderes quase absolutos:

[...] basta dizer-se que, para satisfazer à cobiça de poder e privilégios daqueles que se prontificaram a vir colonizar as terras do Brasil, o rei viu-se obrigado a abrir mão de algumas prerrogativas pessoais, a revogar artigos das Ordenações Manuelitas etc. (BORGES, 2005, p. 261).

Entretanto, essas características feudais estavam expressas também no Estatuto da Capitania hereditária, e em seus diversos aspectos limitavam os poderes e privilégios concedidos aos donatários, pois estavam submetidos aos interesses do poder absoluto da coroa portuguesa, e a ela os donatários deveriam prestar contas de seus atos.

Inicialmente, as restrições aos direitos e privilégios dos donatários estavam expressas nas cartas e nos forais. Entretanto, o “poder absoluto que se exerceu desde os primeiros dias da colonização” foram depois sendo revogados completamente, tendo as capitanias sido passadas para a posse e administração da coroa portuguesa (BORGES, 2005, p. 261).

Na colônia, sob o regime das capitanias, cabia aos donatários desenvolver a base da produção, distribuída na forma de latifúndios.

O surgimento dos latifúndios deu origem à agricultura aliada ao comércio de exportação, e à importação de escravos negros transferidos da África.

No processo de implantação das capitanias ocorreu a ocupação efetiva do território com a extração do pau-brasil; a implantação dos engenhos para a produção de açúcar; a troca de escravos, negros e índios, por tabaco para utilização como força de trabalho; e as inserções dos bandeirantes e missões jesuíticas pelo interior.

A implementação das capitanias criou as condições necessárias para a implantação do modelo agroexportador, sendo definido como regime do

Donatário é um termo do latim *donatarius*, ou seja, o senhor de uma donatária, o indivíduo que recebeu uma doação de terra. (FERREIRA, 1999)

Codificação das leis em vigor, que se fizeram, na monarquia portuguesa, em quatro ocasiões: nos reinados de Afonso V (1432-1481): **Ordenações Afonsinas**; de D. Manuel I (1469-1521): **Ordenações Manuelinas** - consideradas o mais antigo Código Penal aplicado no Brasil, prevê pena de morte na fogueira, confisco de bens e infâmia sobre filhos dos condenados; de D. Sebastião (1554-1578): **Código Sebastiãoico**, e de Filipe II (1527-1598): **Ordenações Filipinas**. (FERREIRA, 1999)

Latifúndio: vem do latim *latifundiu*. Na Roma antiga era considerado o grande domínio privado da aristocracia, a grande propriedade rural, especialmente aquela que tem grande proporção de terras não cultivadas e é explorada com técnicas de baixa produtividade. (FERREIRA, 1999)

período colonial, tendo sua base produtiva na forma de **distribuição e apropriação da terra a partir da cessão de sesmarias**.

Os sesmeiros constituíram os minifúndios, numa espécie de infraeconomia, com seus métodos rotineiros da pequena propriedade rural. As atividades eram aquelas especialmente voltadas à manutenção das capitâneas: a agricultura de subsistência, o uso de técnicas rudimentares e a baixa produtividade. Esse novo modelo de produção foi estabelecido de acordo com a estratégia do “invasor-colonizador”, de imposição do trabalho escravo de negros e de nativos, numa unidade de produção cujas relações definiram um modelo de produção agroexportador do tipo *plantation*.

Plantation é uma expressão derivada do inglês para caracterizar a grande propriedade agrícola na qual se cultivam produtos tropicais, geralmente voltados para a exportação. (FERREIRA, 1999)

Por outro lado, para utilizar a **força de trabalho no *plantation***, os colonizadores tentaram escravizar o maior número possível de nativos que, por sua vez, resistiram, lutaram e foram massacrados.

Nesse caso, Darcy Ribeiro destaca que “o invasor-colonizador adotou a estratégia de matar os homens adultos e usar as mulheres como matrizes para a procriação e a multiplicação das pessoas” com o objetivo de que, com isso, estaria “produzindo” um “novo tipo de gente que se adaptaria à *plantation*”. O resultado, conclui, foi uma tragédia humana, “um verdadeiro genocídio, até hoje escamoteado sob o falso pretexto de que os portugueses eram mais ‘cordiais’ que outros colonizadores europeus, que o dominador se mesclou com a população local” (RIBEIRO, 1997 apud STEDILE, 2005, p. 294).

A *Tabela 1* mostra a diminuição dos contingentes locais e o crescimento da população com o modelo de desenvolvimento do empreendimento colonial.

Tabela 1: Evolução dos contingentes da população brasileira (1500 – 1800)

CONTINGENTE/ANO	1500	1600	1700	1800
Índios “isolados”	5.000.000	4.000.000	2.000.000	1.000.000
Índios “integrados”	-	120.000	200.000	500.000
Escravos “Negros”	-	30.000	150.000	1.500.000
“Branco” do Brasil	-	50.000	150.000	2.000.000
TOTAIS	5.000.000	4.200.000	2.500.000	5.000.000

Fonte: RIBEIRO, 1997, p. 151.

Em 1800, como se vê, os povos nativos foram reduzidos em 4 milhões, tendo 500 mil nativos “integrados”; 1,5 milhão de negros escravizados trazidos da África, e 2 milhões de brancos e mestiços, fruto da política do colonizador. Darcy Ribeiro busca destacar os efeitos causados pela implementação deste modelo agroexportador, combinado com *Plantation*:

Como pode ser verificado, em trezentos anos de colonialismo e trabalho escravo, a população nativa foi massacrada e, no final do período colonial, havia uma população no país de apenas 5 milhões de pessoas. Mas agora distribuída de outra forma. (Ribeiro, 1997, p. 151)

1.6 O PLANTATION: A FORMA DE ORGANIZAR A PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM LATIFÚNDIOS

O *plantation* era a forma de **organizar a produção agrícola** em grandes fazendas latifundiárias de área contínua. Pode ser observada historicamente como as práticas econômicas de uma monocultura (especializada num único produto), que seriam destinadas exclusivamente à exportação, sendo que o objetivo da exploração econômica se dava apenas para o mercado externo.

Dessa forma, a localização de um *plantation* deveria estar próxima dos pontos de exportação, para diminuir custos com o transporte transatlântico, sendo que os produtos principais eram derivados da cana-de-açúcar, do cacau, do algodão, do gado, etc.

Essas unidades de produção adotavam modernas técnicas, ou seja, apesar de utilizarem a força de trabalho da mão-de-obra escrava, do ponto de vista dos meios de produção, das técnicas de produção, os europeus adotaram o que havia de mais avançado.

Havia também, nessas unidades, a produção de bens para a subsistência dos trabalhadores escravizados, visando reduzir o seu custo de reprodução, assim como oficinas para a fabricação e reparo de instrumentos de trabalho (STEDILE, 2005, p.21).

Isso é importante na formação econômica do Brasil dessa época, pois a cultura da cana-de-açúcar caracterizou fortemente o período da produção colonial portuguesa, sendo definida inicialmente como base de um primeiro modelo agroexportador com base no *plantation*.

De acordo com Celso Furtado, um conjunto de fatores particularmente favoráveis tornou possível o êxito da primeira grande empresa colonizadora agrícola das terras do Brasil no século XVI (FURTADO, 1986, p. 9).

Um dos fatores fundamentais do êxito da colonização do território do Brasil foi a contribuição dos flamengos – particularmente dos holandeses – na segunda metade do século XVI. Os poderosos grupos de capitais flamengos participaram no financiamento das instalações produtivas no Brasil, na importação dos engenhos de açúcar e na importação da mão-de-obra escrava, e participavam dos lucros gerados pelo empreendimento.

E não somente com sua experiência comercial contribuíram os holandeses. Parte substancial dos capitais requeridos pela empresa açucareira viera dos Países Baixos. Existem indícios abundantes de que os capitalistas holandeses não se limitaram a financiar a refinação e comercialização do produto.

[...] Se se tem em conta que os holandeses controlavam o transporte (inclusive parte do transporte entre o Brasil e Portugal), a refinação e a comercialização do produto depreende-se que o negócio do açúcar era na realidade mais deles do que dos portugueses. Somente os lucros da refinação alcançavam aproximadamente a terça parte do valor do açúcar em bruto (FURTADO, 1986, p. 11).

Além desses recursos, outros fatores contribuíram para a suficiência do empreendimento, como o florescimento da Cia. das Índias Orientais; o domínio da técnica de produção do açúcar nas Antilhas e a criação e expansão desse mercado. Além desses, outro recurso essencial era a organização da transferência dos negros africanos como mão-de-obra escrava e barata.



Para saber mais sobre a Cia. Das Índias Orientais, consulte o endereço:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_das_%C3%8Dndias_Orientais

Saiba Mais



Se esse recurso fosse insuficiente do ponto de vista da ocupação, teria tornado a nova colônia economicamente inviável para o reino de Portugal.

Esses recursos combinados, e a expectativa de gerar grandes lucros com este mercado ultramarino, constituíram-se na razão de ser da continuidade da presença dos portugueses ocupando uma grande extensão das terras brasilis resultando no seu êxito ao longo do tempo, do ponto de vista econômico.

1.7 EXPANSÃO DA COLONIZAÇÃO: SISTEMA POLÍTICO E RENASCIMENTO DA AGRICULTURA (1640-1808)

Esse período é marcado pela colonização que se expande sob o Estatuto das capitanias hereditárias, mas, ao mesmo tempo, impõe-se a centralização no poder real, e os donatários passam a se subordinar aos governadores gerais.

Na colônia, além dos equipamentos de engenho trazidos de Portugal, não havia indústrias como na Europa, e as atividades produtivas concentravam-se na agricultura. A estrutura econômica consolidou-se com dois setores: a produção de açúcar e tabaco para exportação e as atividades acessórias, como as lavouras de subsistência a partir de pequenas unidades produzindo mandioca, milho, arroz, verduras e frutas, etc.

O latifúndio escravista era o eixo principal da atividade econômica, e a composição básica de classe era formada pelos senhores e escravos; uma massa heterogênea de brancos – não senhores; negros; índios e mestiços.

Assim, em meados do século XVII, na capitania de Pernambuco, sob o domínio holandês do governo de Maurício de Nassau (1630-1654), colonos holandeses de sesmarias, resistiam a se estabelecer na agricultura ou como criadores de animais. Buscavam explorar os ramos econômicos nas cidades, onde podiam levar vantagens imediatas ocupando profissões típicas como taberneiros, mercadores e operários. Muitos procuravam o lucro fácil, como usurários, detendo a posse de “dinheiro de contado”, etc. (BORGES, 2005).

Dinheiro de contado. O que é pago a vista ou por ocasião dos contratos, em moeda corrente. (FERREIRA, 1999)

Em substituição aos Governadores-gerais foi criado o Vice-reino do Brasil e, em Portugal, para estabelecer a política que convinha ao Brasil e ao vasto império português, foi criado, em 1643, o **Conselho Ultramarino**.

Conselho Ultramarino: foi um organismo criado em 1642, regimento dado em 14 de Julho de 1643. Presidia D. Jorge de Mascarenhas, marquês de Montalvão e antigo vice-rei do Brasil. Formavam o novo órgão dois fidalgos peritos na guerra, Jorge de Albuquerque e Jorge de Castilho e um conselheiro letrado, o doutor João Delgado Figueira. Havia um secretário, o escrivão do Conselho da Fazenda do Estado da Índia, e dois porteiros, a escolher entre os porteiros de câmara do rei. Reuniam-se no Paço, todas as manhãs, das 7 às 10 no verão e das 8 às 11 horas no inverno. Foi instalado em 2 de dezembro de 1643.

A expansão da colônia se manifesta no desenho político da ocupação territorial com o regimento dos Superintendentes (1702), definindo uma administração especial em cada capitania que descobrisse ouro (o quinto). O Rio de Janeiro subordinou-se à Bahia até 1710, como cabeça da “Repartição do Sul”, abrangendo o atual Brasil-meridional (PIAZZA, 1983, p. 120).

Em função dos interesses da metrópole portuguesa, esse período marca também os descobrimentos do ouro em Minas Gerais (1696). Os latifúndios escravistas transformaram-se num rentável mercado de tráfico de escravos, devido à escassez de força de trabalho em larga escala visando à produção para exportação. Além disso, havia ainda os “técnicos”: escreventes, contadores, capatazes, que formavam o corpo de empregados formais; além de outros, mascates, vendedores ambulantes, etc. (SILVA, 2005, p. 23).

Houve um renascimento da agricultura com a produção do café, do algodão e do açúcar em São Paulo; do arroz no Maranhão, no Pará e no Rio de Janeiro; e o descobrimento de diamantes em Minas Gerais (1729). Mas, logo ao declínio da mineração, acontece a ampliação do povoamento e a extensão da pecuária nas regiões do Nordeste. Ao mesmo tempo, no Sul, floresce a pecuária, a indústria extrativa, a metalurgia, o ferro, a produção de erva-mate, a pesca da baleia, a extração do sal, etc.

Nos latifúndios, a produção de alimentos era realizada por pequenos produtores que pagavam renda ao proprietário, e os escravos pagavam em “tempo livre” (em domingos e feriados). Os agricultores ocupavam as terras, produziam para subsistência e vendiam uma parte da produção. Daí se expande a pequena produção, em estreita ligação com a produção de alimentos.

Em 1763, o governo transfere a capital da Bahia para o Rio de Janeiro. O contexto externo está envolto com a Revolução norte-americana (1776) e, posteriormente, com a Revolução Francesa (1789).

1.8 CRISE DO REGIME SERVIL: PRODUÇÃO AGRÍCOLA PARA ABASTECER VILAS E CIDADES (1808-1850)

Em 1808, D. João VI muda-se com a Família Real e a corte portuguesa para o Brasil-colônia. Cria-se o primeiro Banco do Brasil (1808), pois o Império se en-

carrega da abertura dos portos às “nações amigas”, principalmente à Inglaterra, que exige o aprofundamento das liberdades comerciais e a liberação econômica.

A Revolução do Porto, em Portugal, ocorrida em 1821, provoca o retorno da Corte e da Família Real para Portugal. Foi resolvida no Rio de Janeiro a convocação de uma Assembléia de Procuradores das Câmaras das cidades e Vilas, não só brasileiras, mas de todos os domínios portugueses: era o Decreto de 18 de fevereiro de 1821 que transformava as Capitanias para o domínio de Províncias.

A partir daí lavrou descontentamento no Ministério, com demissões, e as próprias tropas que saíram à rua, a 26 de fevereiro de 1821, face ao que são lavrados decretos anulando a convocação da Assembléia de Procuradores, faz-se um ato de juramento da Constituição Portuguesa e, a partir daí, a 28 de fevereiro de 1821, as Capitanias passam a denominar-se Províncias. (PIAZZA, 1983, p. 225)

Com o retorno do Rei para Portugal, o Brasil passa por um processo de reestruturação na sua administração política. Como as Capitanias ascendem à condição de Províncias, tem direito à representação, elegendo os novos deputados brasileiros para a Corte em Lisboa.

Com a Independência do Brasil de Portugal, em setembro de 1822, o país adquiriu o *status* de Império e, para a sua organização política interna, constituíram-se os novos cargos executivos de Presidente de Província, cujo preenchimento era realizado por pessoas indicadas pelo poder central. As indicações passavam pelo crivo do Partido Liberal que dispunha de maioria na Assembléia Geral do Império, e/ou prevalecia à livre nomeação por parte do então Imperador, D. Pedro I (ALVIM, 1996).

Por força das mudanças da corte e da independência de Portugal, em 1822, e os excessos de gastos da coroa, o Banco do Brasil passou por uma crise financeira e foi liquidado em 1829. A partir de 1853, um outro banco do Brasil, de capital privado, foi criado pelo então empresário do Império Irineu Evangelista de Sousa (1813-1889), o Barão e Visconde de Mauá (CALDEIRA, 1997).

Com a Guerra contra o Paraguai (1860-1865), ocorre um grande endividamento do Estado a partir de empréstimos externos ingleses, ocasionando desequilíbrios no balanço de pagamentos e aumento da dívida externa, definindo os primeiros passos do *déficit* público brasileiro. O declínio do regime escravocrata acontece a partir de 1850, com a decretação da proibição do tráfico de escravos pela Lei Eusébio de Queiroz, aprovada no dia 04 de setembro de 1850, no Segundo Reinado, sob forte influência dos ingleses.

Entretanto, o principal produto de exportação era o açúcar, e quando as variações de preço estavam em alta, havia expansão da produção e todos trabalhavam em função disso. A rentabilidade dos capitais comerciais vinha da exportação da produção do açúcar e do café, bem como do comércio de importação de escravos.

Em épocas de expansão da produção de produtos exportáveis, havia tempos em que diminuía a produção de alimentos, ocorrendo casos de fome. Por isso, as autoridades coloniais estimulavam os pequenos produtores a expandir a produção para abastecimento das vilas e das cidades.

O fenômeno da proibição pode ser observado na diminuição do contingente da população escrava em 60%, (quase 1 milhão) e o aumento das pessoas livres em 56%, a partir de 1850, segundo dados da *Tabela 2*, elaborada por Caio Prado Júnior (1998).

Tabela 2 - Evolução dos contingentes da População Brasileira (1800 – 1890)

ANO/	CONTINGENTE DA POPULAÇÃO		
	LIVRE	ES CRAVA	TOTAL
1800	2.000.000	1.000.000	3.000.000
1823	2.813.351	1.147.515	3.960.866
1850	5.520.000	2.500.000	8.020.000
1872	8.601.255	1.510.806	10.112.061
1887	-	723.419	-
1890	-	-	14.333.915

Fonte: PRADO JÚNIOR, 1998.

A ausência de regulação na posse das terras devolutas acabou provocando uma rápida expansão de pequenos produtores rurais, organizados na forma de sítios –estabelecimentos agrícolas de pequena lavoura – encontrando a **extinção do regime de sesmarias** (SILVA, 1985, p. 23-24).

1.9 MUDANÇA NO CARÁTER DA PROPRIEDADE AGRÁRIA: A LEI DE TERRAS DE 1850

O marco importante nessa situação foi a retomada da regulamentação definindo critérios para ocupação a partir da propriedade particular da terra, também em 1850, com a Lei de Terras. A instituição dessa lei marca o **fim do modelo de *plantation*** e descortina a crise do regime servil.

A Assembléia Geral decretou a instituição da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, denominada **Lei de Terras**, que estabelecia a mudança no caráter da propriedade agrária. Esta lei acabava com o regime das sesmarias, pois as terras só poderiam ser adquiridas por autorização do Imperador D. Pedro II, ou por compra e venda de particulares. Assim sendo, a Lei de Terras dispõe sobre as terras devolutas no Império e determina mudanças estabelecendo critérios para a colonização estrangeira, e acerca das terras que:

[...] são possuídas por título de sesmaria sem preenchimentos das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.

[...] Art. 1º – Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Excetuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente.

Art 2º – Os que se apossarem de terras devolutas ou alheias, e nelas derrubarem matos ou lhes puserem fogo, serão obrigados a despejo, com perdas de benfeitorias e, demais, sofrerão a pena de dois a seis meses de prisão e multa de cem mil reis, além da satisfação do dano causado. Esta pena, porém, não terá lugar nos atos possessórios entre heréus confinantes. (apud STEDILE, 2005, p. 283-292)

Heréu: herdeiro

Assim, com essa lei, o pilar do direito feudal *all land is king's land*, auferido pelo Tratado de Tordesilhas de 1494, expirou, e logo foi substituído pelo pilar *nulle terre sans seigneur* postulado pela Lei de Terras.

A questão da aquisição da propriedade particular da terra, com a Lei de Terras, foi motivada por estratégias do Estado para resolver a crise do modelo escravista nas lavouras do café. Pelo fato de as terras servirem para compra e venda de particulares, a lei autorizava o Governo a promover a colonização estrangeira criando um **regime de colonato**.

"terra inútil sem senhor",
tradução livre do autor.
Você pode saber mais em
NUNES, 2008, p. 36.

Colonato: sistema de organização da produção agrícola com utilização de colonos, vindos para o Brasil com o fim de trabalhar nas lavouras, em especial na região do café, constituindo-se como trabalhador agrícola ou pequeno proprietário rural, especificamente quando imigrante ou descendente deste.

Este regime se estabelece a partir das intenções estratégicas na substituição da força de trabalho escrava. O objetivo era criar as condições para a introdução do trabalho assalariado a partir de um grande contingente de europeus migrados para as terras brasileiras.

Isto acaba desembocando na abolição da escravatura (1888) e no fim do Império, com a Proclamação da República em 1889, sendo consideradas determinantes as necessidades de ordem econômica (pela expansão do capitalismo europeu) e jurídica (pela transformação do Estado) sendo que as províncias se transformaram em **estados subnacionais**.

Resumo da unidade:

A questão agrária está ligada às transformações históricas da ocupação do território em que se desenvolve o modo e as relações de produção. Como e de que forma se produz a terra, e a maneira como ela está distribuída formam a estrutura agrária, que é o pano de fundo sobre o qual se desenvolve o processo produtivo da agricultura.

O modelo agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma – o que se produz, onde se produz e quanto se produz.

Assim, a questão agrária pode ser considerada, dentro de um conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, como submetida à história da questão colonial, que procura explicar como se desenvolveu a posse, a propriedade, o uso, a organização e a utilização das terras nas atividades agrícolas que levaram à conformação da sociedade brasileira ao longo do tempo. A questão agrária está ligada às transformações históricas da ocupação do território em que se desenvolve o modo e as relações de produção.

Atividade de Aprendizagem – 1



- 1) Para a compreensão da matriz dessas temáticas, veja as três partes do vídeo **O povo brasileiro** (*A Matriz Tupi, A Matriz Lusa e A Matriz Afro*), disponíveis no AVEA.
- 2) Elabore um relatório de três páginas, um para cada Matriz, sobre o que você achou de mais interessante no desenvolvimento de cada nação, procurando descrever os aspectos centrais de cada Matriz na apropriação, no uso, e na organização social, considerando as atividades que levaram à conformação dessas sociedades como agrárias ao longo do tempo.



Anotações

d

m

a

[illegible]

importante

[illegible][illegible]



2

AGRICULTURA: AVANÇOS CIENTÍFICOS COM A PRÉ-FABRICAÇÃO DA NATUREZA

Esta Unidade tem como objetivo, demonstrar que, a partir da segunda metade do século XIX, as formas naturais de exploração da agricultura foram sendo substituídas pela aplicação consciente de insumos químicos desenvolvidos pelas ciências da Física, da Química e da Matemática, até se chegar aos “pacotes tecnológicos” da segunda metade do século XX, com a “Revolução Verde”.

Esse longo prazo de cem anos caracteriza-se, também, pela expansão comercial interna da Europa, e seu caráter capitalista acaba gerando um **novo modelo de produção** e de organização social, que resulta na transformação das relações de produção da agricultura com a industrialização.

Na estruturação da colônia portuguesa, a utilização de trabalho escravo de negros e/ou brasis possibilitou a expansão da produção de mercadorias de exportação, como a cana e o café, em escala global, gerando uma **acumulação de capital**, cuja expressão maior foi a subjugação da formação econômica e social às formas de organização do **modo de produção do capital**.

A Revolução Industrial europeia, a partir de 1850, traria o ápice do desenvolvimento desse processo, com a expansão do trabalho assalariado nas relações de produção da agricultura, conformando a coexistência, de forma convergente, da relação capitalista (dominante) e das não capitalistas (subordinadas).

A permanência das relações de produção não capitalistas é um dos muitos temas atuais que possuem a sua radicalidade no passado colonial. A herança histórica que levou à **industrialização da agricultura** foi dada pela **superção das limitações naturais da terra** através das conquistas tecnológicas, expandindo o capitalismo nascente e “fabricando a natureza”.

Tomando como referência a dinâmica das transformações realizadas pela indústria moderna na agricultura e nas relações sociais de seus agentes de produção, podemos observar alguns dos elementos relacionados com a penetração do capitalismo na agricultura.

Com a revolução industrial, o emprego da maquinaria na agricultura pela indústria moderna atuou no sentido de tornar supérfluos os trabalhadores, de uma maneira intensa e sem oposição. As crises políticas e institucionais levaram cada vez mais à subordinação da agricultura à indústria, e o impacto da integração desta **industrialização dependente** sobre os **camponeses** foi **catastrófico** (SILVA, 1985).

2.1 O EMPREGO DA MAQUINARIA: SUBSTITUIÇÃO DO CAMPONÊS PELO TRABALHO ASSALARIADO

O emprego da maquinaria tornou a agricultura livre dos prejuízos físicos que acarretavam os trabalhadores do campo, assim como os das fábricas. A indústria moderna atuou na agricultura mais revolucionariamente que em qualquer outro setor da economia no século XIX (MARX, 1985, p. 576-579).

Saiba Mais



Para saber mais a esse respeito você pode consultar: MARX, Karl. Indústria moderna e agricultura. In: **O Capital**: crítica da economia política. 1.v.1 – O processo de produção do capital. São Paulo: Difel, 1985, p. 576-579.

Essa necessidade de transformação social criou uma **oposição de classes no campo**, que pode ser equiparada à das cidades. Como exemplo, observemos o que ocorreu na França quando Napoleão Bonaparte passou a ser o representante de classe dos camponeses e, nessa condição, os camponeses não podiam representar-se, teriam que ser representados. Por isso que o representante tinha que aparecer como um seu senhor (uma autoridade sobre eles), como um poder governamental ilimitado que os protegeria das demais classes e “que do alto lhes manda sol e chuva” (MARX, 1978, p. 115).

A indústria moderna, na sua gênese, ao destruir essa população rural, destruiu o baluarte da velha sociedade feudal, **o camponês** e a sua pequena propriedade. Essa figura, o camponês, acabou sendo substituída pelo trabalho assalariado no campo:

[...] os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si.

Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo.

Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses.

Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais.

Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um Departamento.

Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família.

A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas.

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe.

Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe.

São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um parlamento, quer através de uma convenção. (MARX, 1978, grifo nosso)

Surge assim, com a indústria moderna, um modo de produção capitalista que completa a ruptura dos **laços primitivos**, das grandezas homólogas da massa de camponeses, suas ligações locais, seus interesses nas condições econômicas e no modo de vida particular da pequena propriedade, separadas umas das outras, e incapazes de fazer valer seus interesses políticos de classe, a agricultura inicialmente se une à manufatura. Essa união opera uma forma superior, uma **nova síntese**, criada pelas condições da agricultura e da indústria que se estruturaram na base de sua mútua oposição.

Portanto, a produção capitalista “só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as **fontes originárias de toda riqueza: a terra e o trabalhador**” (MARX, 1985, p. 578, grifo nosso). A produção capitalista dessa união entre a indústria e a agricultura, de um lado, concen-

tra a força motriz histórica da sociedade, e, de outro, perturba o intercâmbio material entre o homem e a terra.

Torna-se cada vez maior a preponderância da população urbana sobre a rural. As pessoas acabam se amontoando nos grandes centros urbanos, destruindo a saúde física do trabalhador urbano e a vida mental dos trabalhadores do campo.

Saiba Mais



Para saber mais sobre essa questão, você pode consultar: MOSER, Anita. **A nova submissão**: mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial. Porto Alegre: Edipaz, 1985. 128 p. Disponível no endereço:

<http://notes.ufsc.br/aplic/cfh.nsf/>

As transformações ocorridas no processo de produção da agricultura e na manufatura têm um sentido “martiriológico dos produtores”, pois os instrumentos de trabalho convertem-se em meio de subjugar, explorar e lançar à miséria o trabalhador:

[...] ao destruir as condições naturais que mantém aquele intercâmbio, cria a necessidade de restaurá-lo sistematicamente, como lei reguladora da produção e em forma adequada ao desenvolvimento integral do homem. (MARX, 1985, p. 578).

Dessa forma, percebemos que o modo de produção capitalista no campo viola a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo, impede a volta à terra dos elementos naturais do solo. Além disso, a combinação social dos processos de trabalho tornou-se a opressão organizada contra o trabalhador individual: sua vitalidade, sua liberdade, bem como sua independência enquanto produtor rural.

Para os trabalhadores rurais, a sua dispersão em áreas extensas acaba quebrando suas forças de resistência. Para os trabalhadores assalariados urbanos, sua concentração nas cidades aumenta a sua resistência de trabalhador urbano, da seguinte forma:

[...] na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho obtém-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho. (MARX, 1985, p. 579)

O progresso da agricultura capitalista traz, assim, em seu significado, a arte de despojar o trabalhador e o solo, aumentando a fertilidade da terra num tempo dado, significando um esgotamento mais rápido das fontes duradouras, naturais, dessa fertilidade.

A *Figura 1* apresenta um esquema simples dessa dinâmica da formação de classes no campo. Você pode observar os movimentos da mobilidade interna da pequena produção e a proletarianização rural ou urbana, com a formação da força de trabalho assalariada, que leva à concentração da terra e à modernização das empresas capitalistas.

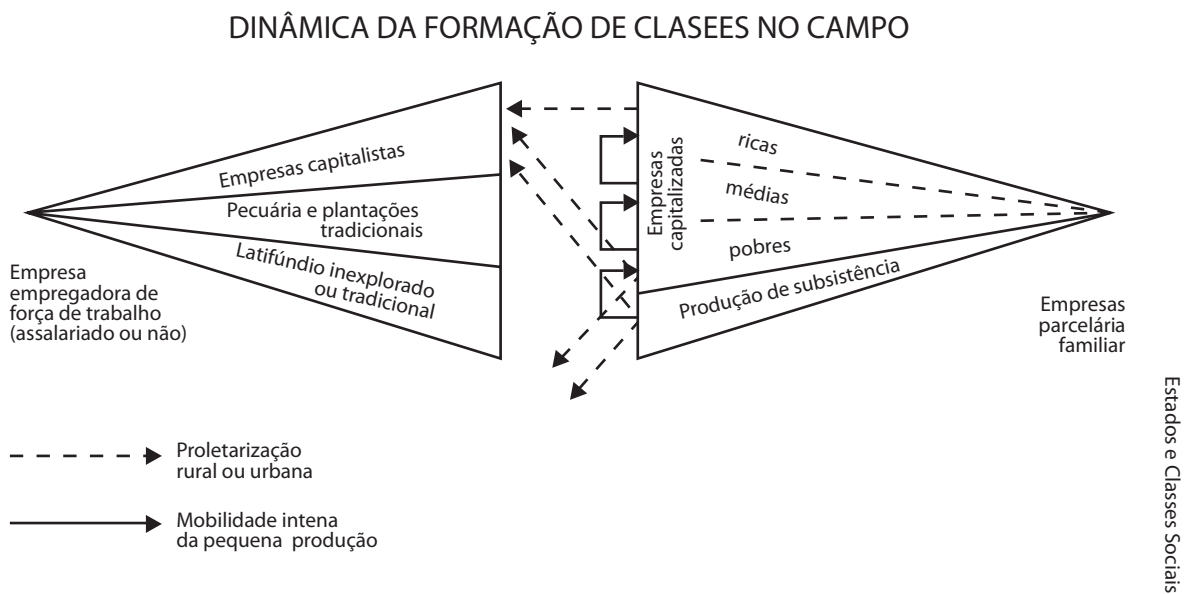


Figura 1 – Dinâmica da formação de classes no campo

Fonte: SORJ, 1980.

2.2 PRÉ-FABRICAÇÃO DAS CONDIÇÕES NATURAIS ORGANIZADA PELO CAPITAL

Se considerarmos os últimos 150 anos, o homem ampliou sobremaneira as áreas cultivadas, o que gerou consequências e efeitos concretos no decréscimo da população rural, de forma absoluta e relativa, promovendo uma concentração de pessoas no meio urbano.

O processo de **destruição do solo** (pelo uso intensivo) e do trabalhador, se dá de forma mais rápida quanto maior for o desenvolvimento de um determinado país que se apoia no desenvolvimento da indústria moderna, como foi o caso dos Estados Unidos (EUA). Dessa forma, a agricultura capitalista que se desenvolve com o dinheiro empregado como capital passa a “fabricar” novos elementos para a produção agrícola, com vistas a aumentar a produtividade, gerar receitas e, conseqüentemente, grandes lucros, pois procura superar a limitação dos solos disponíveis fazendo a correção dos “defeitos”, como por exemplo:

- ampliação de novas terras por meio de aterros e drenagens;
- utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas desenvolvidas para irrigação artificial;
- aração da terra com o uso intensivo de máquinas;
- uso de insumos químicos modernos (adubos) à disposição dos produtores;
- utilização de produtos de combate às pragas (inseticidas, herbicidas, fungicidas) e de combate às moléstias (bactericidas, vermícidias, drogas e medicamentos em geral); e
- criação de formas de seleção e cruzamento de vegetais (geneticamente modificados).

Dessa forma, as relações capitalistas de produção ganham importância fundamental na condição de uma **agricultura superior ou capitalista**, expressando o sentido da transformação no campo científico, com a produção mais intensiva, com o uso de toda a tecnologia necessária e disponível.



Caro aluno, a partir deste momento, você irá se deparar com o nome de diversos cientistas e pesquisadores, como: Justus von Liebig, Henry Agard Wallace e Norman Ernest Borlaug. Aproveite para aumentar seus conhecimentos e dê uma olhadinha na biografia de cada um deles. Você encontrará, também, muitas referências a respeito de elementos químicos. Por isso, busque saber mais sobre eles e sobre como podem ser utilizados. Além disso, não se esqueça de que a realização das leituras indicadas também é muito importante.

2.3 SÍNTESES: AVANÇOS CIENTÍFICOS INCLUÍDOS NA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

O novo espírito do tempo surgia com o desenvolvimento da genética, através das Leis de Mendel (1860); da Química, com a Tabela Periódica (1860); da Física, com a conversão da energia mecânica em elétrica, através do dínamo (1880); da eletricidade, com o movimento e o carregamento das cargas elétricas; do motor à explosão interna, com o surgimento do automóvel (1900); e dos pacotes tecnológicos da “revolução verde” (a partir de 1930).

2.4 AVANÇOS DA QUÍMICA ORGÂNICA – PRODUTOS ORGANOCLORADOS

O desenvolvimento da genética, nesse período, abordava o que os cientistas investigavam: que as plantas obtinham o seu **carbono** a partir da matéria orgânica, criando a “Teoria do Humus”:

Há milhares de anos o homem percebeu que terras escuras são mais produtivas que terras mais claras; essa produtividade foi associada à deterioração de plantas e animais.

Bacon (1651) suspeitou que as plantas alimentavam-se do suco do solo.

Woodward (1699) demonstrou no final do século 17 que as plantas respondiam de forma diferente para várias fontes de águas e o efeito positivo e as melhores

respostas foram correlacionados com a cor amarela das águas.

No início do século 19 foi enfatizado por Thaer (1800) o papel direto das substâncias húmicas no crescimento e nutrição de plantas. Thaer sugeriu que o único material que fornecia nutrientes às plantas era o húmus.

A Teoria do húmus foi questionada por vários pesquisadores como Sprengel (1872) e De Saussure (1804) que demonstrou que plantas sintetizavam substâncias orgânicas de CO₂ e água.

Liebig (1856) apoiou a evidência contra a teoria do húmus e demonstrou o papel fundamental dos minerais na nutrição de plantas.

Lawes e Gilbert (1905) na Inglaterra demonstraram que a fertilidade do solo pode ser mantida por vários anos aplicando somente fertilizantes minerais, no entanto, a controvérsia entre a teoria do húmus e a mineral não terminou por essas experiências.

Pesquisadores perceberam que a experimentação mais exata, seria determinar o benefício do húmus para o crescimento das plantas e determinar possível sinergismo entre as substâncias húmicas e minerais.

No início do século 20, Bottomly publicou uma série de documentos nos quais demonstrou que substâncias húmicas em soluções com nutrientes minerais, aumentaram o crescimento de várias espécies de plantas, Bottomly concluiu que as substâncias húmicas agiram como hormônios de crescimento e as chamou de “auximones”. (ÁCIDOS HÚMICOS, 2009).

Logo, deduzia-se, no princípio, que as plantas, para se alimentarem, necessitavam de complexos orgânicos. Pela dedução, as plantas cresciam porque elas precisavam se apropriar de uma quantidade mínima necessária de elementos químicos, presentes no solo de uma maneira muito simples (“Lei do Mínimo”).

Saiba Mais



Para saber mais a esse respeito, você pode consultar: FERNANDES, Manlio Silvestre. **Conquistas e avanços da nutrição mineral de plantas**. Disponível no endereço:

http://www6.ufrgs.br/cbcs/trabalhos/simposios/simp_o19.pdf

No século XIX, o desenvolvimento da Química avançou graças às contribuições de pesquisadores químicos alemães, como Justus Von Liebig (1803-1873), que criou o conceito de “Laboratório de Química”, onde desenvolveu diversos produtos orgânicos, como os conhecidos detergentes-sabão, os alimentos desidratados e os fertilizantes químicos.

Justus von Liebig é chamado o pai da agricultura moderna. A Lei de Liebig – lei do mínimo – é ensinada aos estudantes de agronomia em todo o mundo. Nela, o crescimento das plantas é determinado pelo elemento presente no solo na mínima quantidade adequada, de maneira mais simples. Isso quer dizer que

as plantas crescem de acordo com os elementos encontrados no solo. A partir disso foi fácil concluir que era só adicionar NPK (nitrogênio, fósforo e potássio) que as plantas cresceriam mais. Esse foi o início da era dos fertilizantes químicos. (TAG, 2005)

Para Clarissa Tag,

a história nos mostra que a Alemanha do início do século 20 foi culturalmente e cientificamente próspera. De suas fábricas saíram corantes sintéticos, a aspirina, anestésicos, medicamentos, conservantes, fertilizantes e uma infinidade de outras invenções químicas. Suas universidades eram conceituadas, principalmente nos ramos da química e da física. A conquista de mercado pela Alemanha ultrapassava a Europa e se estendia às Américas. Explicar o Nazismo sem considerar a vanguarda da indústria química alemã da época é negar as bases tecnológicas que levariam uma nação a enfrentar o restante dos países. Devemos lembrar que os agrotóxicos foram originariamente concebidos como aparatos de guerra e depois reconstituídos e disseminados pelo mundo como defensivos agrícolas. Nesses últimos séculos, muitos pacifistas não foram ouvidos – foram assassinados ou então processados como foi Hensel. (TAG, 2005).



Para saber mais sobre esse tema, consulte: TAG, Clarissa. A Agricultura no século 20. **Revista Consciência.Net**, junho de 2005. Disponível no endereço: <http://www.consciencia.net/2005/mes/10/taguchi-liebig.html>

Portanto, para os cientistas, as plantas cresciam de acordo com os elementos químicos simplificados encontrados no solo, como o nitrogênio (N), o fósforo (P) e o potássio (K), e não como se acreditava antes, a partir dos compostos orgânicos. Logo, a nutrição da planta estava garantida com a adição destes três elementos, criando a fórmula dos adubos químicos NPK.

Além de Von Liebig, outro cientista, contemporâneo dele, chamado Julius Hensel, desenvolvia seus estudos defendendo o “Pó de Rocha”. Afirmava ele que, no lugar dos fertilizantes sintéticos, deveria se utilizar os sais minerais encontrados principalmente nas rochas.

Na primeira metade do século XX, outra síntese importante realizada foi a da Amônia (NH₃), a partir do Hidrogênio e do Nitrogênio. Seu autor Fritz Haber (1913) foi o ganhador do Prêmio Nobel de Química de 1918.

[...] representando assim a invenção dos fertilizantes químicos para agricultura, mas não somente para ela. A amônia é usada na fabricação de bombas e isso possibilitou que a Alemanha fabricasse explosivos. Apesar de colaborar com o exército alemão Haber terminou seus dias exilado, por ser judeu. Ele foi responsável pelo ataque com cloro na batalha de Ypres, ato que foi considerado o estopim para a pior guerra química que a humanidade enfrentou, a 1ª Guerra Mundial. (TAG, 2005)

Em 1931, o cientista, também alemão, Karl Bosch desenvolveu seus métodos de pesquisa de acordo com os tratamentos químicos com alta pressão. Este procedimento ficou conhecido como o “processo Haber-Bosch”.

Bosch foi sucessor de Haber na síntese de amônia, através dele sua produção deu-se em larga escala. Também em larga escala, foi seu processo de produção de hidrogênio e metanol de monóxido de carbono e a fixação de nitrogênio. Graças a esse processo, não faltaria amônia para explosivos nem nitrogênio para fertilizantes. Bosch foi presidente do complexo químico alemão, o famoso cartel chamado IG Farben, antes e durante o regime nazista. Nos complexos da IG Farben, muitos judeus trabalharam como escravos e serviram de cobaias para experimentos químicos. (TAG, 2005)

A produção em larga escala da amônia foi possível graças à continuidade das pesquisas na química realizadas antes por Fritz Haber. E graças a esses avanços da química sintética não faltaria mais amônia para ser utilizada na fabricação de explosivos, que, no século XIX, eram feitos a base de “**Salitre do Chile**”, monopolizado pela Inglaterra após a Guerra do Pacífico de 1879 a 1883.

Salitre do Chile: é o nitrato de sódio extraído das grandes jazidas naturais dos Andes (Chile) e utilizado como adubo nitrogenado mais facilmente assimilável pelas plantas. A palavra Salitre é originária do catalão “salnitre” e usado pelo espanhol “salitre”. Designado por nitrato de potássio. (FERREIRA, 1999)

Em 1939, outro cientista, chamado Paul Muller, iniciou sua carreira na poderosa empresa Geigy AG, Suíça, e sintetizou a molécula química “diclorodifeniltricloroetano”, uma designação imprópria de “diclorofeniltricloroetano”, cuja sigla (DDT) ficou bastante conhecida pelo mundo. Este produto foi amplamente utilizado em soldados durante a Segunda Guerra Mundial como forma preventiva de combate às pulgas, vetores do tifo, chatos e carrapatos.

Em 1948, Paul Muller recebe o Prêmio Nobel de Medicina por ter estudado o DDT como inseticida no combate à malária. Um produto derivado do DDT, internacionalmente conhecido, o Neocid da Bayer, foi largamente utilizado na agricultura como pesticida e ainda permanece em nossas casas com o mesmo objetivo de combate às pulgas e insetos domésticos.

Sabe-se que o uso do DDT foi proibido em diversos países por se comprovar que seus componentes químicos criavam propriedades cumulativas e carcinogênicas para o organismo humano. (TAG, 2005)

É preciso lembrar que a derrota dos países em guerra rendeu aos demais seu conhecimento tecnológico. Muitos cientistas japoneses e alemães foram transferidos para os complexos militares e industriais da Rússia, EUA, França, Inglaterra e Suíça sem passar por nenhum julgamento. As fórmulas químicas da IG-Farben foram tratadas como informações secretas e seu complexo industrial dividido entre as empresas Bayer-Basf-AGFa.

Após a reconstituição da Europa devastada, o mundo viu surgir a ameaça nuclear com a Guerra Fria. Na disputa entre o mundo livre e a bandeira vermelha, diversos países sofreram na pele os efeitos das armas químicas. E enquanto alguns sofriam represálias, outros recebiam atentados e a maioria foi incentivada a **entrar no modelo da agricultura moderna**. (TAG, 2005, grifo nosso).

Além desses avanços científicos, a **Segurança Alimentar** foi envolvida no progresso agrícola, construindo um dos **pilares do modelo de modernização da agricultura**, e contou com a possibilidade de se **produzir em laboratório** sementes melhoradas, híbridas, **geneticamente modificadas**.

2.5 AVANÇOS DA GENÉTICA – SEMENTES HÍBRIDAS

Em 1924, um jovem pesquisador norte-americano, chamado Henry Wallace, iniciou um programa de produção de sementes de milho geneticamente modificadas. Depois de pesquisar sobre linhagens e cruzamentos de variedades desde 1915, quando criou a primeira relação de milho-porco, desenhando indicações do curso provável do milho nos mercados, concluiu que havia conseguido um aumento na produtividade.

Essas conclusões obtiveram tanto sucesso que Henry Wallace venceu um concurso organizado para medir a produtividade do milho. Em 1926, ele acabou fundando a Pioneer Hi-Bred, a primeira corporação agrícola dedicada a desenvolver, produzir e comercializar sementes de milho híbrido geneticamente modificado.

Essa empresa iniciou suas atividades criando três centros de melhoramento vegetal, em três países, sendo que a pesquisa foi financiada pela **Fundação Rockefeller**.

Saiba Mais



A Fundação Rockefeller foi criada em 1913, por iniciativa do milionário John D. Rockefeller, com o objetivo de implantar em vários países medidas sanitárias baseadas no modelo americano, com a prioridade de empreender o controle internacional da febre amarela e da malária. Sua atuação no Brasil começou a partir de 1916, com a divulgação de um relatório contendo os resultados da investigação feita através de expedições enviadas à América Latina, em 1915, que percorreu os países do Cone Sul. Tal relatório diagnosticava na região uma carência de sólida base científica para suporte de políticas públicas consistentes; ausência de treinamento médico quanto a questões de saúde pública e de carreiras especializadas e de organizações sanitárias estáveis e abrangentes.



Para maiores informações, você pode consultar o endereço: http://www.coc.fiocruz.br/areas/dad/guia_acervo/arq_pessoal/fundacao_rockefeller.htm

No México, o Centro Internacional de Melhoria de Milho e Trigo (CIMMYT) e, na Colômbia, o Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT), elaboravam projetos para o melhoramento do milho e do trigo, e, nas Filipinas, o International Rice Research Institute (IRRI) se ocuparia do arroz.

Em português, Instituto de Pesquisa Internacional de Arroz

Saiba Mais



Centro Internacional de Melhoria de Milho e Trigo (sigla em espanhol: **Centro Internacional de Mejoramiento Maíz y Trigo** (CIMMYT)); é um das 15 instituições sem fins lucrativos, de pesquisa e de treinamento, afiliada com o Grupo Consultivo em Pesquisa Agrícola Internacional e dedicadas ao desenvolvimento de variedades melhoradas de trigo e milho. A missão do CIMMYT é o desejo de acabar com a fome e melhorar a situação de sustentabilidade de fazendeiros combinando inovação do milho e pesquisas em trigo com melhorias nas práticas agrícolas, disseminação de informação, e sociedades globais.



Seria interessante que você consultasse o site das instituições citadas acima:

CIMMYT - http://en.wikipedia.org/wiki/International_Maize_and_Wheat_Improvement_Center

CIAT - <http://www.ciat.cgiar.org/inicio.htm>

IRRI - http://beta.irri.org/index.php?option=com_content&task=view&id=502&Itemid=414

Em 1944, o agrônomo norte-americano Normam Borlaug inicia uma pesquisa em que vinculou o nitrogênio (N) numa experiência genética de cruzamento de duas variedades de trigo: uma variedade japonesa (de porte alto e de clima de verão) e outra variedade mexicana (de porte baixo e de inverno). O resultado dessas experiências significou a criação de uma variedade de **trigo híbrido**, a partir do cruzamento genético dessas duas variedades. Suas características opostas sintetizaram uma planta cujas propriedades não sofriam com o fenômeno do **fotoperiodismo**, nem com as mudanças do clima, resistindo, inclusive, ao acamamento da planta.

Como podemos perceber, na medida em que avançamos pelo tempo, desde as origens da ocupação colonial do território brasileiro em 1500 até a segunda metade do século XX, observamos que os aumentos de produtividade na produção agrícola refletem as mudanças ocorridas a partir de um **conjunto combinado de elementos alicerçados**, relacionados aos **avanços científicos e tecnológicos**, e à contribuição que as ciências vêm dando com seus conhecimentos.

Dessa forma, querendo criar as condições para **atacar o problema da fome no mundo**, transformaram a realidade da agricultura no século XX. Essas transformações foram muito determinadas pelos avanços ocorridos no desenvolvimento da química, da física, da matemática, entre outras ciências.

Como se percebe, os humanitários procuraram dar um passo adiante na compreensão dos ideais iluministas do mundo e na razão de ser do seu tempo presente. A sequência dos acontecimentos acabou imprimindo um **avanço intelectual e cultural no mundo**, com a **elaboração de sínteses** importantes para o conhecimento humano nessas diversas áreas das ciências, em que pese os interesses e as paixões particularmente envolvidos. Esse fenômeno foi ca-

O chamado fotoperiodismo é a observação da reação de um organismo vivo à luz solar, mais precisamente quanto à duração do dia. Por exemplo, nos animais afeta a reprodução, o fenômeno da migração, e a constituição de reserva alimentar. É por esta razão que são classificadas como sazonais, pois um dos elementos determinantes é a dependência do fotoperiodismo. (FERREIRA, 1999)

racterizado como “revolução verde”, e foi estruturando setores econômicos com o objetivo de expandir a produção agrícola, envolvendo diversos países do mundo, principalmente os mais pobres.

2.6 A REVOLUÇÃO VERDE: PACOTES TECNOLÓGICOS PARA A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA (1960)

Os antecedentes da aclamada revolução verde remontam às características da segunda Revolução Industrial. Fortemente baseada nos **pacotes tecnológicos** –químico, genético e mecânico – buscava implantar processos de **fertilização química** dos solos e a instituição de novas tecnologias para a agricultura. Era com a força das ideias contidas nos pacotes que se objetivava criar as condições para que a revolução verde pudesse acabar com a fome no mundo.

Após a Segunda Guerra (1945), a base técnica do mundo em conflito se sustentava nos conhecimentos bélicos gerados durante o esforço de guerra, e agora, em tempos de paz e reconstrução, as tecnologias foram sendo transferidas para uso e aplicação nos setores ligados à agricultura, visando melhorar as condições da **produtividade agrícola**. Para promover o **processo de industrialização** da agricultura, seriam transferidos para as nações unidas aspectos da base técnica desses esforços, tais como:

- máquinas e equipamentos (aproveitamento de caminhões, jipes, pontes metálicas, pré-moldados, tendas, etc);
- conhecimentos científicos (experiências com tanque de esteira aperfeiçoado para o trator agrícola);
- nitrogênio (produto chave em explosivos para os fertilizantes NPK); e
- inseticidas (do controle químico dos parasitas em soldados, para o combate das pragas na agricultura, criando os agrotóxicos).

Essa ideologia híbrida de industrializar a agricultura para acabar com a fome no mundo visando progressos agrícolas, forjou a denominação de “moderno” a todos aqueles países que se utilizavam dos pacotes tecnológicos para desenvolverem seus campos de cultivo. Dessa forma procedendo, houve estímulo aos governos desses países para a aplicação desses pacotes, visando ao processo de industrialização do setor agrícola.

Intermediado pela Fundação Rockefeller, o pacote objetivava progressos agrícolas no longo prazo para acabar com a fome no mundo. Através da aplicação dessas tecnologias, aquela variedade de trigo híbrido desenvolvida pelo agrônomo norte americano Norman Borlaug, como visto, foi introduzida na Índia e no Paquistão na década de 1960.

Esse acontecimento permitiu a Borlaug ser o único agrônomo a ganhar o prêmio Nobel, constituindo-se numa espécie híbrida de ideologia/mito. Ele ficou conhecido na história como o “pai da revolução verde”, assim como Adam Smith o foi aclamado para as ciências econômicas, após a publicação das suas interpretações sobre as causas da riqueza das Nações e sua natureza.

A introdução da nova variedade de trigo híbrido, geneticamente modificado, na Índia tinha como objetivo estratégico realizar experiências para tentar resolver os graves problemas da fome no mundo. Entretanto, Fernand Braudel (1997) nos lembra que a Índia era um país que já se habituara às ameaças da fome, pois haviam sido computadas de 3 a 4 milhões de vítimas em Bengala, em 1943. A avaliação dele era a de que a Índia continuaria com sua miséria geral, pois o número de bocas para alimentar aumentava cerca de 13 milhões de pessoas por ano. Ou seja, a Índia não se encontrava numa posição muito confortável para tomar uma decisão racional de querer transformar uma massa considerável de camponeses em futuros compradores de produtos manufaturados *made in Índia*.

A Índia estava com intensos excedentes de produção agrícola em 1978 e, sem dúvida, acabava de transpor uma etapa decisiva dos progressos agrícolas com a ajuda de duas ou três boas colheitas. Entretanto, excedendo as **estruturas do seu cotidiano** diante das dificuldades de armazenamento, a Índia foi obrigada a exportar o seu trigo (BRAUDEL, 1997, p. 583).

Atividade de Aprendizagem – 1



- 1) Pesquise, com base nos três pacotes descritos nesta Unidade, novos exemplos de tecnologias que foram adaptadas em outros setores, a exemplo da agricultura, e que serviram de base para a Revolução Tecnológica no final do século XX (mínimo três e máximo de cinco páginas).



Resumo da unidade:

Do pacote químico nasceu a fertilização química dos solos, visando aumentar a produtividade agrícola utilizando fertilizantes organoclorados.

O pacote genético, por sua vez, recebeu a contribuição do pacote químico e criou as sementes híbridas, geneticamente modificadas, cujos resultados elevaram o aumento de produtividade com a proposta de ser capaz de acabar com a fome no mundo.

Já o pacote mecânico envolveria a transferência da tecnologia desenvolvida no esforço de guerra, e sua base técnica serviria para promover o processo de industrialização da agricultura.



3

O AVANÇO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NA AGRICULTURA BRASILEIRA (1930 – 1960)

O objetivo desta Unidade é abordar a perspectiva da proposta de desenvolvimento para a agricultura brasileira no período de 1930 a 1960, que se depara com a herança histórica do latifúndio dominante na questão agrária (na forma de apropriação da terra). Afinal, já havia um setor agrícola estruturado para o mercado externo, fornecendo matérias-primas e alimentos, e importando meios e instrumentos de produção. E, para o mercado interno, o setor agrícola encontrava particularidades em relação à indústria, fornecendo força de trabalho assalariada.

Acabar com a fome no mundo não é uma tarefa fácil, mesmo com base nesses conhecimentos científicos e técnicos aplicáveis ao setor da produção agrícola, dado o melhoramento das sementes, o aumento de produtividade e o grau de mecanização agrícola. Isso exige certo consenso, num esforço concentrado de políticas globais e locais de desenvolvimento econômico e social. Para tanto, necessitaria de um processo de industrialização com a modernização da agricultura articulada entre os diversos governos do mundo, apoiados pelas instituições políticas, internacionais e multilaterais.

3.1 O NOVO PADRÃO “MODERNO” PARA O SETOR AGRÍCOLA: COLONIZAÇÃO REGIONALIZADA COM A REPÚBLICA

A partir da Proclamação da República (1889), ainda mais que nos governos anteriores, o processo de colonização se deu de forma regionalizada para os novos estados subnacionais, e a política de colonização foi descentralizada, com os estados assumindo a responsabilidade sobre o processo. Essa descentralização fortaleceu os Tesouros estaduais a partir dos recursos contratados com os novos colonizadores estrangeiros. Este processo de colonização teve, desde seu início, um **caráter comercial**, com a venda das terras às empresas de colonização e, conseqüentemente, a venda das terras aos imigrantes, transformando terras devolutas (ou terras indígenas) em mercadorias, objeto de compra e venda para estrangeiros.

Saiba Mais



Você pode saber mais a esse respeito em: RICHTER, Klaus. ***A sociedade solonizadora hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau***. Florianópolis: UFSC-FURB, 1992.

Os estados, por sua vez, propiciaram os meios necessários à continuação dos projetos de ocupação do território com a imigração europeia. Coube a eles processar as concessões e medir as terras e estrategicamente, garantir a infraestrutura viária necessária para o escoamento da produção, interligando as regiões e as cidades que se erguiam e se fortaleciam rapidamente (ALVIM, 1996).

O ano de 1930 carrega o ponto de inflexão com a chamada “Revolução de 1930”, que teve a participação fundamental das classes médias (representadas pelos funcionários públicos, militares, profissionais liberais, empregados em serviços, comerciantes, etc.), insatisfeitas com o domínio oligárquico durante praticamente toda a República Velha (1889-1930). As pretensões da classe média mobilizada eram a realização de um ideário liberal-democrático e consoante com as transformações globais:

Antes da Revolução já se aprofundara bastante o debate sobre vários dentre os problemas com os quais deveria defrontar-se o governo, após a deposição do Presidente Washington Luís, em outubro de 1930.

Haviam-se examinado e debatido problemas tais como os seguintes: democratização do sistema político em geral, particularmente o processo eleitoral e o exercício efetivo dos poderes; protecionismo alfandegário e defesa da incipiente indústria brasileira; reforma e ampliação do sistema nacional de ensino, em seus níveis elementar, médio e superior; formalização das relações de trabalho e das atividades sindicais; as funções do poder público, na proteção e incentivo às atividades econômicas instaladas e a instalar-se; a importância e a necessidade de uma política governamental de defesa e aproveitamento das riquezas minerais. (IANNI, 1986, p. 27)

Essas propostas básicas se constituíram no principal ponto de apoio na luta contra os **interesses agrário-exportadores**, principalmente contra o coronelismo cafeeiro, apesar de grande parte da classe média já viver nas grandes cidades e fora da influência direta dos coronéis no campo (SILVA, 1986).

Saiba Mais

Você pode ler mais a esse respeito em: SILVA, Sérgio. ***Expansão Cafeeira e origens da indústria no Brasil***. 7. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

Nesse trabalho, Sérgio Silva estuda as origens da industrialização no Brasil, a partir do exame da economia cafeeira, levando em consideração as fortes desigualdades regionais e econômicas em todo o Brasil.

Entretanto, essas classes médias eram lideradas pelos “tenentes”. Tendo neles o seu segmento mais radical, desencadeiam um ciclo de movimentos armados que inicia com a revolta do Forte de Copacabana (1922), sucedendo-se a chamada Revolução de São Paulo (1924), e culminando na formação da Coluna Prestes – Miguel Costa (1924 -1927) (TRONCA, 1986, p. 9).

3.2 A REVOLUÇÃO DE 1930: DESAPROPRIAÇÃO DAS TERRAS PARA O INTERESSE PÚBLICO

Com a “Revolução de 1930”, ocorreu apenas um acréscimo na Lei de Terras: a autorização para que o governo pudesse desapropriar as terras para o interesse público e, portanto, a propriedade deveria ser indenizada. No norte do Paraná, por exemplo, a colonização e a ocupação também se fizeram rapidamente, entre 1930 e 1960, com base no princípio de ceder terras aos colonizadores. No Paraná, a principal empresa colonizadora foi a Companhia de Terras do Norte do Paraná.

A natureza urbana das classes médias formadas nesse processo era fruto do grande avanço do trabalho assalariado com a crescente industrialização do país. Entretanto, sua dependência como grupo social estava atrelada às vicissitudes da grande propriedade agrária. Esses grupos sociais exerciam uma forte tendência para formação de um consistente movimento operário, o que acabou não acontecendo, pois foram duramente reprimidos pelo Estado oligárquico por um lado, e, por outro, foram divididos internamente em diversas correntes políticas (anarquistas, comunistas, socialistas, cristãos), sendo que o operariado teria se constituído, no máximo, numa “ameaça potencial” ao regime dominante:

E esse perigo derivaria, sobretudo, da ação dos trabalhadores desencadeada no final da década anterior (1917-1920), quando os operários das grandes cidades, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, realizaram uma onda de greves sob a liderança dos anarquistas. (TRONCA, 1986, p. 12).

A década de 1930, portanto, é marcada por profundas transformações internas, tanto no que se refere à estrutura de poder político, quanto à organização do Estado, pois marca o declínio do domínio do poder oligárquico local.

[...] desde 1930, quando havia entrado em colapso o predomínio da burguesia agrário-comercial baseada na cafeicultura, desde aquela ocasião havia-se formado no Brasil uma situação de crise de hegemonia. O poder burguês passou a ser exercido por uma combinação tácita, ou declarada conforme a ocasião, de vários grupos e classes.

Os desenvolvimentos das forças produtivas e relações capitalistas de produção, na cidade e no campo, na indústria e agricultura, provocaram tais desenvolvimentos das classes sociais, suas relações e antagonismos, que surgiu da necessidade de os governantes - burocratas e tecnoburocratas, civis e militares, políticos e intelectuais, nacionalista e pró-imperialismo - exercerem o poder estatal a serviço de um bloco de poder no qual não havia uma classe hegemônica.

Aliás todos os anos 1930-64 estão marcados por essa crise de hegemonia. E o populismo que se forma, desenvolve e transforma ao longo desses anos, é uma expressão dessa crise de hegemonia. O bloco de poder populista expressa tanto a crise de hegemonia como a importância da aliança de classes. (IANNI, 1985, p. 81).

O impacto dessas mudanças provocou profundas transformações nas coordenadas das atividades econômicas em relação ao último século, dando início à conformação de uma tecnoestrutura estatal com grande participação e intervenção do Estado (autoritário) na economia, em consonância com o declínio das instituições da democracia política: do parlamento, dos partidos, dos sindicatos, das associações, das entidades de classe, enfim, da sociedade civil. Dessa forma, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil caracteriza-se, fundamentalmente, pela ação do Estado. Assim sendo, o ano de 1930,

[...] carrega em seu bojo, então, a construção de um Estado moderno, à feição ocidental, suporte indispensável da futura industrialização (pesada), em grande escala, um Estado criador das classes sociais modernas (burguesia industrial e proletariado), uma vez que os grupos sociais existentes antes, durante a chamada República Velha, eram simples arremedo de classes, fragmentárias e em estágio de formação; portanto, fracas. (TRONCA, 1986, p. 8)

Saiba Mais



Para saber mais sobre este tema, consulte o interessante trabalho de IANNI, Octávio. ***Estado e planejamento econômico no Brasil***. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

Esses aspectos devem ser considerados, pois o contexto político ideológico da revolução de 1930 traz à tona a memória dos vencedores pela lógica da dominação dos grupos que venceram essa luta, uma vez que:

[...] a sistemática exclusão, repressão do movimento operário pelas classes dominantes e por aqueles que se autodenominaram representantes dos trabalhadores – esses são os suportes da ideia da Revolução de 30.

[...] O que havia, como de resto continua havendo, era um confronto fundamental entre burguesia e proletariado. A ideia de que existiu uma revolução em 30 cumpre precisamente o papel de apagar o real, ou seja, o confronto do qual resultou a derrota do proletariado. (TRONCA, 1986, p. 13-14)

Essa “revolução”, portanto, foi um marco importante para uma relativa derrota do poder oligárquico dominante, mas um ponto de inflexão para que o país encontrasse o caminho de um novo projeto de desenvolvimento, alicerçado na luta de classes (principalmente intraclasses) em confronto, o que levou a profundas modificações na estrutura do poder nos seus aspectos político-econômicos e sócio culturais (ALVIM, 1996).

Assim sendo, perceberam com mais propriedade essas transformações internas, pois, em 1934, os ganhos sociais foram consideráveis com base no populismo nascente. Porém, a partir do que se denominou Estado Novo (1937-1945), com as Interventorias Federais nos estados subnacionais, as conquistas não se consolidaram devido à postura conservadora de Getúlio Vargas, que abriu espaço para a ascensão de uma tecnoestrutura estatal altamente centralizada no Poder Executivo. Nos anos de 1930 a 1945, o governo brasileiro, sob Getúlio Vargas:

[...] adotou uma série de medidas econômicas e realizou inovações institucionais que assinalaram, de modo bastante claro, uma nova fase nas relações entre o Estado e o sistema político-econômico.

Todavia, as medidas econômico-financeiras adotadas, as reformas político-administrativas realizadas e a própria reestruturação do aparelho estatal não foram o resultado de um estudo objetivo e sistemático das reais condições preexistentes.

O próprio desenrolar das soluções adotadas após 1930 mostra que o governo foi

respondendo aos problemas e dilemas conforme eles apareciam no seu horizonte político, por injunção de interesses e pressões econômicos, políticos, sociais e militares. Às vezes as pressões e os interesses – principalmente econômicos e financeiros – eram de origem externa. (IANNI, 1986, p. 26-27)

Assim, de 1930 a 1945, o país passa por profundas transformações internas no campo econômico e, principalmente, no campo político a partir das Interventorias Federais nos estados, o que estimulava as disputas internas em torno do poder do Estado, prevalecendo, como resultado desse confronto, um Estado autoritário e que marcou uma nova correlação de forças em todo o território nacional (SILVA, 2002).

Saiba Mais



Você pode ver mais detalhes a esse respeito em: SILVA, Ricardo. Sociologia Política e Ideologia Autoritária. **Política & Sociedade**: Revista de Sociologia Política, Florianópolis v.1. n. 1, 2002, p. 103-128. [Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC]

Entretanto, no processo inicial de construção desse novo projeto de desenvolvimento, marcado pela revolução de 1930, percebeu-se com mais intensidade uma articulação política estreita do empresariado com as instituições do poder público, constituindo e consolidando um bloco no poder político-empresarial, objetivando um processo de substituição de importações no Brasil.

Os estudos sobre as décadas iniciais do processo de substituição de importações no Brasil tendem a enfatizar [...], o papel preponderante de um Estado forte, controlado por uma elite burocrático-militar, no desenvolvimento e posterior evolução de um estilo de desenvolvimento capitalista no qual a burguesia desempenharia um papel dependente e subordinado.

A burguesia brasileira se constituiria, desde suas origens, de acordo com esse padrão, afirmando-se como uma classe caudatária do Estado, incapaz de assumir a liderança do processo de industrialização e modernização.

Assim, no período de 1930/1945, as decisões estratégicas do ponto de vista da expansão do capitalismo industrial no país, refletiram as opções da elite burocrática, civil e militar, que assumiria o controle do aparelho estatal, com o desdobramento da Revolução de 1930. (DINIZ, 1978, p. 94-95)

Pode-se notar, entretanto, que a burguesia brasileira não era hegemônica nas fases iniciais do processo brasileiro de industrialização, mas desempenhou um papel estratégico como ator político na costura das alianças de classe que permitissem um projeto de desenvolvimento econômico voltado para

a industrialização, destacando o esgotamento das atividades do processo primário-exportador que sustentavam grande parte do desenvolvimento econômico durante a República Velha. Essa costura política, realizada por empresários e intelectuais, teve papel importante a partir do desenvolvimento de uma sociedade civil, através de suas organizações corporativas (Sindicatos, Federações, Confederações) e extra-corporativas (Partidos Políticos, Associações, Ordens, Conselhos, Institutos, Escolas, etc.) (DINIZ; BOSCHI, 1979).

Saiba Mais



Você pode aprofundar seus conhecimentos sobre este tema consultando: DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato R. ***Agregação e representação de interesses do empresariado industrial: sindicatos e Associações de classe***. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1979, 78 p.

Só com a nova Constituição de 1946, considerada democrática, atribuiu-se uma **nova função à terra**, que deveria cumprir sua função social.

Entretanto, encontravam-se ainda presentes os elementos historicamente determinantes na distinção da relação entre as condições **da estrutura** da propriedade fundiária **arcaica** e a necessidade de um **novo padrão “moderno” para o setor agrícola**, compreendendo transformações no modo de produzir, o que produzir e para quem, unindo fortemente as questões agrária e agrícola.

Na década de 1950, Aliomar Baleeiro destacava que “a estrutura dum país oferece em suas diferentes regiões contrastes fortes, de sorte que condições estruturais arcaicas podem sobreviver ao lado de outras modernas e progressistas”, relatando ainda que muitos observadores estrangeiros apontavam o Brasil como exemplo ilustrativo da “coexistência duma estrutura arcaica, rudimentar, de atraso rural, analfabetismo, técnicas coloniais e resíduos semifeudais nos sertões, ao lado da enérgica industrialização, capitalismo empreendedor, alto consumo e bons padrões no sul, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo” (BALEEIRO, 1978, p.65).

A partir dessa década, constituíram-se as formas sofisticadas de intervenção do Estado, através de recursos do setor público, como recursos financeiros, de créditos agrícolas subsidiados, assistência técnica rural, e uma **reforma agrária incipiente**, o que derivou para outras relações:

A integração da agricultura com a indústria remonta às origens da colonização do Brasil (a partir dos engenhos de açúcar, a produção agrícola de exportação era, em diversos graus, processada dentro do país).

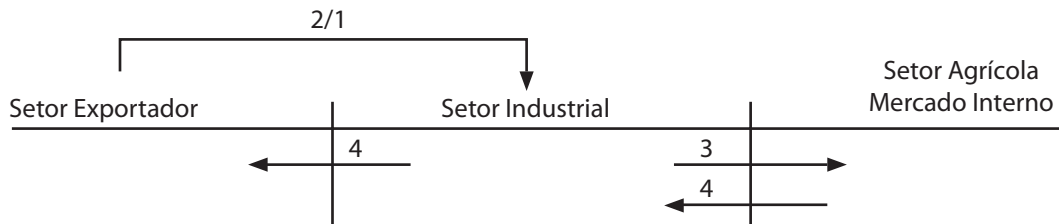
[...] Embora a indústria de alimentação seja um dos primeiros ramos da produção industrial no Brasil, manteve em geral, até a década de 1960, as características de indústria tradicional com baixa composição orgânica de capital, sem chegar a ter impacto importante na própria produção rural. (SORJ, 1980, p. 30-31)

A modernização recorrente do setor agrícola como negócio, permanece, assim, como visto, desde a origem da ocupação do território com a distribuição predominante das terras na forma dos latifúndios, estruturando grandes fazendas para exploração de monoculturas exportáveis, e de minifúndios para a produção de excedentes para abastecer as cidades e para a subsistência dos produtores e suas famílias.

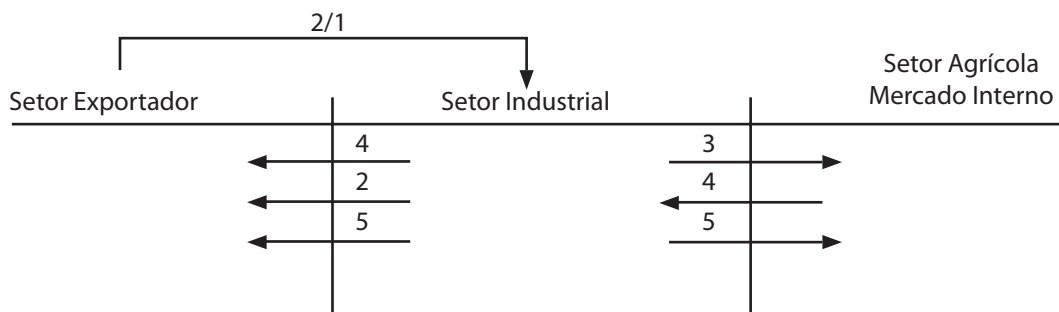
Este setor que se desenvolve a partir daí, detém uma importância significativa para o país, pois é fonte de matérias-primas, fornecedor de produtos intermediários para outros setores da economia, produtor de mercadorias (produção e consumo para o meio rural e urbano) e de produtos elaborados para exportação (*commodities*), além de um importante contribuinte para o desenvolvimento de outros setores ligados ao campo e a cidade.

Na *Figura 2* podemos observar as fases iniciais, entre 1930 e 1960, do processo de modernização com a industrialização da agricultura brasileira, e a conformação dos fluxos da circulação das mercadorias entre os setores, exportador e industrial, na relação com o setor agrícola.

Fluxos de mercadorias desde e para o setor agrícola

Fase A: 1930-1960

1. exportação de matéria-prima e alimentos;
2. importação de instrumentos de produção;
3. bens de consumo industrializados;
4. bens salariais.

Fase B: 1960

5. insumos e maquinarias.

a) Em função de uma maior simplificação não consideramos a eventual importação de bens de produção para o setor exportador

Figura 2 – Conformação dos fluxos de mercadorias no setor agrícola (1930-1960)

Fonte: SORJ, 1980

A estratégia de desenvolvimento passou a ser a de constituir um processo de substituição de importações, dada a necessidade do elevado índice no uso de insumos modernos, que constituíam a base tecnológica proposta pela **revolução verde**, como vimos anteriormente.

3.3 CRISE AGRÁRIA E AGRÍCOLA

Com relação à crise agrária e agrícola, destacamos a ideia de Ignácio Rangel, que considerava as crises econômicas a partir do setor agrícola. Para ele, a questão agrária está presente nas crises agrícolas, da mesma maneira que a questão agrícola tem suas raízes na crise agrária (RANGEL, 2005). A ideia básica de Rangel era a de que, à medida que a industrialização avançasse, o Brasil deveria:

- aumentar a produção, para fornecer às indústrias nascentes matérias-primas, e alimentos às pessoas das cidades;
- liberar a mão-de-obra necessária para o processo de industrialização.

Se a produção agrícola não crescesse no ritmo necessário, se configuraria, então, uma crise agrícola: faltariam alimentos e/ou matérias-primas, o que inviabilizaria a continuidade do processo de industrialização (NUNES, 2008). Por outro lado, se a agricultura liberasse muita ou pouca mão-de-obra em função das quantidades exigidas para a expansão industrial, configurar-se-ia uma crise agrária, traduzida por uma urbanização exagerada ou insuficiente.

No Brasil, a partir da década de 1960, a implementação do pacote tecnológico levaria, consequentemente, à criação de um **setor industrial “moderno” para a agricultura**, desenvolvendo produtos, máquinas, equipamentos e insumos, no que se convencionou chamar de “**modernização conservadora**”. Essa estratégia de desenvolvimento levou a um **novo padrão agrícola**, segmentado e baseado num tipo de **complexo agroindustrial** julgado necessário à modernização da agricultura no Brasil, e que contou, fundamentalmente, com **intervenção maciça do Estado** no financiamento dessa industrialização.

Por outro lado, as pesquisas brasileiras sobre a questão agrária são muito recentes, e se consolidam somente na década de 1960, diante da verdadeira carência do debate de ideias e teses sobre as questões agrárias, devido à completa submissão dos últimos quatrocentos anos de colonialismo.

Resumo da unidade:

Como se viu, o avanço da industrialização da agricultura brasileira nesse período foi estabelecido a partir das transformações no modo de produzir, superando, em grande parte, as condições de produção da propriedade fundiária arcaica. Isso significou o estabelecimento de uma reforma agrária incipiente devido ao novo padrão agrícola, caracterizado na literatura como “modernização conservadora”.

Atividade de Aprendizagem – 1



- 1) Descreva como se deu o processo de modernização agrícola em seu estado, procurando levar em consideração a questão agrária e os conflitos de terras, a partir de 1930, destacando seus aspectos políticos e econômicos (mínimo três e máximo de cinco páginas).



Anotações

d m a

Lined area for general notes.

Lined area for general notes.

importante

Lined area for important notes.



4

A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA BRASILEIRA (1960-1980)

O objetivo desta Unidade é identificar que, a partir da década de 1950, a modernização da agricultura se conformou de acordo com o processo de substituição de importações e se efetivou devido à elevação da demanda por insumos modernos e pela formação do novo padrão agrícola, ocorrido, também, a partir das políticas de crédito subsidiado como principal instrumento para promover a industrialização, o que resultou na formação dos complexos agroindustriais.

A partir da década de 1950, a modernização da agricultura com a substituição de importações se efetivava devido à elevação da demanda por insumos modernos, tendo a **formação do novo padrão** de produção agrícola ocorrido entre 1955-65, como consequência das políticas anteriores.

O esquema priorizava um dos setores da economia capitalista chamado Departamento I (D_1), da industrialização “pesada” de máquinas, estruturando setores produtores de bens de produção – bens de capital, para fabricar máquinas em geral da economia (equipamentos e insumos). Este processo e sua seqüência podem ser observados no esquema interpretativo representado na *Figura 3*.

Formação de novo padrão agrícola brasileiro

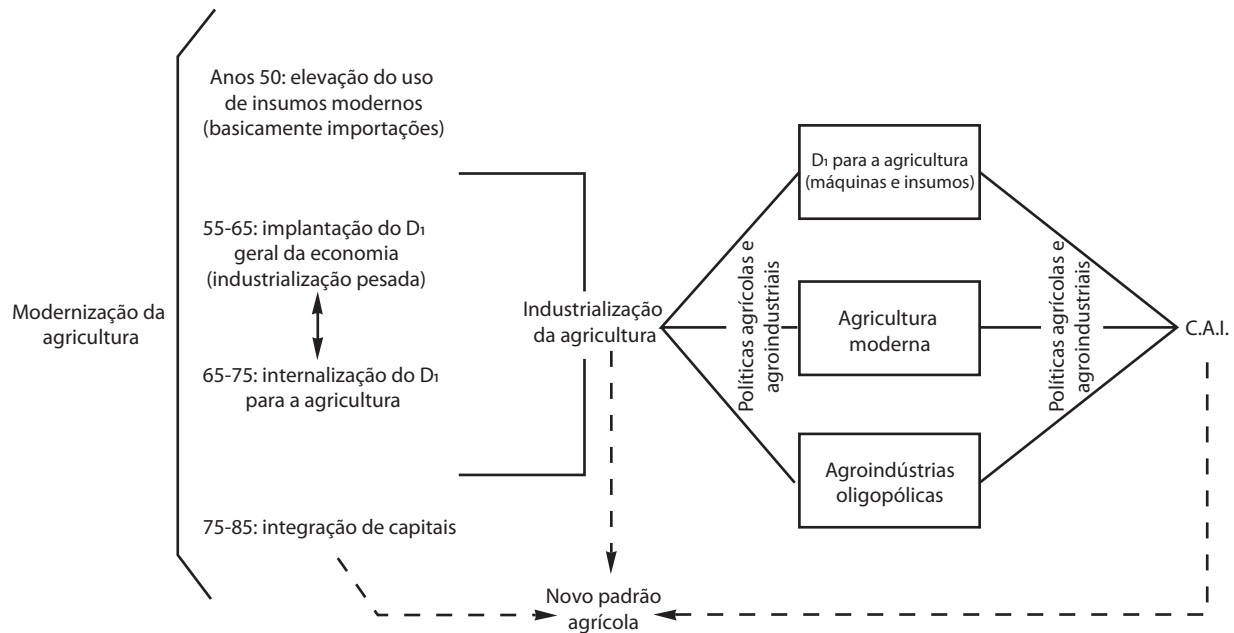


Figura 3 – Formação do novo padrão agrícola brasileiro

Fonte: KAGEYAMA, 1996.

Até meados da década de 1960, a tecnologia agrícola utilizada no país ainda era bastante rudimentar, em que pese o fenômeno da modernização se processar desde o pós-guerra. Além disso, diversos eventos contribuíram para modificar a estrutura e o perfil da produção agrícola, principalmente a partir do golpe militar de 1964, com a instalação de uma estratégia de desenvolvimento visando à consolidação do parque industrial, com uma ampla intervenção do Estado, vinculado à estratégia proposta pela **revolução verde**, pois passou a se constituir em elevados índices de uso de insumos modernos proporcionados pela nova base tecnológica, como visto.

Em 1964 os militares tomaram o governo, via golpe, e elaboraram e aprovaram o Estatuto da Terra, que ainda está em vigor. Vale ressaltar que toda iniciativa de reforma agrária, embora garantida no Estatuto da Terra, era inibida por força do Código Civil (1916), que era mais conservador e, assim, melhor atendia às elites intelectuais e aos grandes proprietários das terras. Essa política durou até a Constituição Federal de 1988 que, enfim, legitimou a desapropriação da terra para fins de reforma agrária.

4.1 INTERNALIZAÇÃO DO SETOR DE MÁQUINAS NA AGRICULTURA (1965-75)

Para Martine (1991, p. 7) a intensificação da “modernização” do campo (valorização, consolidação e integração) ocorreu entre 1965-75, e foi realizada de acordo com três aspectos essenciais, por intermédio da valorização da **agricultura empresarial**; da consolidação do direito inalienável da **propriedade privada**; e **integração** crescente dos **capitais** financeiro, comercial, industrial e agrícola.

Por outro lado, podemos questionar os pressupostos teóricos e as bases empíricas dessa modernização conservadora sem, entretanto, minimizar a importância do progresso técnico da agricultura.

Nesse período o setor produtor de máquinas (D_1) foi sendo internalizado para a agricultura, objetivando constituir o crescimento da produção agrícola e a produtividade com o uso intensivo de máquinas, melhorando a eficiência no padrão de desenvolvimento do Departamento II (D_2), produtor de bens de consumo industrializados.

Se considerarmos o número de tratores disponíveis na agricultura brasileira desde a década de 1920, veremos o seu uso crescente. A ampliação desse crescimento ocorre a partir da década de 1960, quando a quantidade cresceu mais de sete vezes em relação à da década anterior. Quanto ao uso intensivo, na década de 1970 mais que duplica, conforme a *Tabela 3*:

Tabela 3: Quantidade de tratores na agricultura brasileira (1920-1976)

TRATORES NA AGRICULTURA			
ANO	UNIDADES	CRESCIMENTO %	PART/TOTAL
1920	1.706	100,0%	1,79%
1940	3.380	198,1%	3,55%
1950	8.372	247,7%	8,79%
1960	61.345	732,7%	64,41%
1970	157.340	256,5%	165,21%
1975	331.000	210,4%	347,55%
Total	563.143		100,00%

Fonte: SORJ. 1980.

A produção de tratores, por exemplo, se concentrava nos estados de São Paulo, responsável por 44%, e no Rio Grande do Sul com 25% da produção nacional, sendo irrisório o número de estabelecimentos com maquinaria modernizada, proporcionalmente ao total (MARTINE, 1991, p. 9).

No período, a produção nacional se expande de forma vertiginosa, acompanhando as estratégias da fase anterior com a elevação no uso dos insumos modernos, necessários à expansão do parque industrial. Do total produzido no período, o maior crescimento ocorreu em meados da década de 1960, se comparado ao total produzido no período; a concentração ocorre na década de 1970, como se observa na *Tabela 4*:

Tabela 4: Produção nacional de tratores (1960-1976)

PRODUÇÃO NACIONAL			
ANO	UNIDADES	%	PART/TOTAL
1960	37	100,0%	0,04%
1965	10.804	29200,0%	11,34%
1970	16.552	153,2%	17,38%
1976	67.845	409,9%	71,24%
Total	95.238		100,00%

Fonte: SORJ; 1980.

Por outro lado, se observarmos os resultados nos indicadores da produção de tratores de quatro rodas sobre a área colhida, teremos uma ideia do aumento da produtividade em alguns períodos. Se tomarmos como base a média de crescimento entre 1960-62, veremos que o uso intensivo de tratores entre 1960 e 1976 reforçou a produção dessas unidades. No período seguinte, o crescimento da produção de tratores (16,1%) foi maior do que o crescimento da área plantada (3,5%), reduzindo a produtividade em média (30,1%).

Entretanto, entre 1966-68 ocorreu um incremento da área plantada em 15,2%, mas as expectativas levaram à queda na produção de tratores em quase vinte por cento. Isto significou crescimento de 41% na produtividade em relação à área plantada/unidades produzidas.

A retomada ocorre na década de 1970, quando houve um aumento considerável da produção e da área colhida, e os índices praticamente quintuplicaram, conforme a *Tabela 5*:

Tabela 5: Produção de tratores e Área colhida (1960-1976) Produtos trator-intensivo (média 1960-62)

PERÍODO	PRODUÇÃO ANUAL MÉDIA			ÁREA COLHIDA			PRODUTIVIDADE		
	TRATORES DE 4 RODAS			PRODUTO TRATOR-INTENSIVO			MÉDIA	CRESCIMENTO	
	UN. (MI)	(%)	INDICE	ÁREA (MIL HA)	(%)	INDICE	ÁREA/ UNI	(%)	INDICE
1960-62	9,3	0,0%	1,000	1.947,3	0,0%	1,000	209,39	12,2%	1,000
1963-65	10,8	16,1%	1,161	2.014,7	3,5%	1,035	186,55	-30,1%	0,891
1966-68	8,7	-19,4%	0,935	2.321,1	15,2%	1,192	266,79	41,0%	1,274
1972-74	36,7	321,8%	3,946	6.944,5	199,2%	3,566	189,22	-5,7%	0,904
1975-76	53,5	45,8%	5,753	10.736,5	54,6%	5,514	200,68	-0,3%	0,958
Total	119,0			23.964,1			201,38		

Fonte: SORJ, 1980.

Esse comportamento na produção de máquinas agrícolas caracteriza-se como um dos elementos determinantes do que se convencionou chamar de “modernização conservadora”, que preparou a fase ascendente do ciclo econômico brasileiro conhecido como “milagre econômico” (1968-1973). Porém, devemos levar em conta outros elementos importantes, como a criação de uma série de **instituições e empresas públicas** para incentivo à produção agrícola.

O crédito agrícola foi altamente subsidiado e as políticas foram orientadas para as prioridades estabelecidas, ao custeio da integração da produção de máquinas e insumos. Além disso, surgiram outros incentivos à dinâmica industrial no âmbito da internacionalização do **pacote tecnológico** da **revolução verde**, assumido pelo governo militar no pós-1964.

4.2 CRIAÇÃO DE EMPRESAS, INSTITUIÇÕES E FUNDOS PARA O FINANCIAMENTO AGRÍCOLA (1964-1986)

O Estado brasileiro investiu maciçamente na criação de instituições estatais para o financiamento das necessidades do setor agrícola, tais como: a criação de empresas; instituições; e fundos. Constituindo-se dessa forma, o poder público separa e destina os recursos a serem emprestados, direcionando os empréstimos por simples dotações ou por programas especificamente criados.

- **empresas de pesquisa:** como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), visando a incentivos a projetos de pesquisas agropecuárias para adaptação de variedades, aplicação de corretivos químicos no solo, adaptação de máquinas e equipamentos, etc.;
- **empresas para orientação técnica:** Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMBRATER) e outras empresas públicas e privadas que se especializaram na assistência técnica e na orientação do pacote tecnológico nas comunidades rurais;
- **instituições para a formação profissional:** implantação de escolas técnicas de nível médio, mudanças curriculares nos cursos de agronomia, veterinária, economia e áreas afins.

Pode-se dizer que o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965, foi a mola mestra de toda a política do setor rural, operando com linhas de crédito de diferentes origens de recursos, finalidades e condições de contratação.



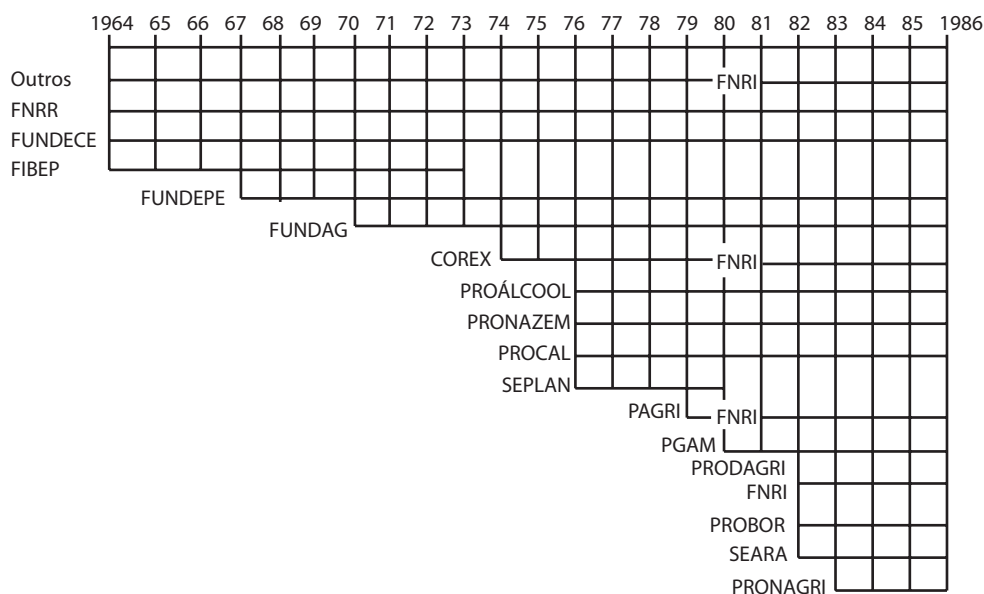
Você pode saber mais sobre o SNCR, acessando o site:

<http://www.wildmannadv.com.br/art1.htm>

Essas linhas constituem os **fundos financeiros públicos** para o financiamento da agricultura e da indústria, como Fundo Geral para Agricultura e Indústria (FUNAGRI), que reunia uma série de outros fundos, cujas fontes eram provenientes de instituições financeiras nacionais e internacionais, públicas, multilaterais e privadas.

Na *Figura 4* podemos observar os fundos e programas do SNCR subordinados ao FUNAGRI, além daqueles criados ao longo do tempo, compreendendo praticamente o longo período de implantação do pacote tecnológico no Brasil pelo regime militar (1964 e 1986).

Conta FUNAGRI: Evolução das subcontas (1964-1986)

**Figura 4** – FUNAGRI – evolução das subcontas (1964 – 1986)

Fonte: KAGEYAMA, 1996.

No *Quadro 1*, podemos observar com certo grau de detalhamento a composição dos fundos e os objetivos a que foram instituídos.

SIGLA	FUNDOS/PROGRAMAS	OBJETIVOS
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural	Criado em 1965 - Mola mestra de toda a política do setor rural
FUNAGRI	Fundo Geral para Agricultura e Indústria	Regulamentado em julho de 1965 - Administrado pelo Banco Central; reunia o FUNDECE, FIBEP e FNRR; Recursos provenientes de entidades financeiras nacionais e internacionais; Recursos mobilizados pelo Bacen no mercado; Saldo remanescentes das contas relacionadas

FUNDECE	Fundo de Democratização do Capital de empresas	Criados em 1964 e 1965; Repasse de recursos externos; Incentivo a programas e projetos de modernização agrícola sob coordenação do Estado;
FIBEP	Fundo de Financiamento à Importação de Bens de Capital	
FNRR	Fundo Nacional de Refinanciamento Rural	
FFAMEI	Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais	
FUNDEPE	Fundo para o Desenvolvimento da Pecuária	Criado em 1967 - Resultado de acordos com o BIRD (Banco Mundial) obtidos através de projetos de desenvolvimento para a criação de gado;
FUNDAG	Fundo Especial para o Desenvolvimento Agrícola	Criado em 1970; Recursos provenientes da venda no mercado interno dos estoques suplementares do café; Estímulo as exportações de produtos agropecuários; Estímulo ao aumento de produtividade na agricultura; Resolver eventuais pontos de estrangulamento surgidos na comercialização
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool	Criado em 1976, a partir de 1979 é financiado pelo BNDES a partir de vultosos recursos repassados pelo Banco Mundial vinculados diretamente à administração do Proálcool
SEPLAN	Conta com subscrição de ORTNs	Financiamento de Programas com dotação junto ao Banco Central
PROCAL	Programa Nacional de Calcário Agrícola	Recursos externos operados com o SNCR
COREX	Programa de Corredores de Exportação	Recursos externos e internos visando desenvolver corredores de transporte para cereais, carne congelada, alimentos e rações

PRONAZEN	Programa Nacional de Armazenagem	Elevar a capacidade de armazenagem
PAGRI	Programa Agroindustria	<p>1 - O Programa Agroindústria (PAGRI) tem por objetivo aumentar a escala de industrialização de produtos de origem vegetal e animal;</p> <p>2 - O PAGRI tem por metas:</p> <p>a) assegurar o atendimento do crescente consumo interno;</p> <p>b) proporcionar excedentes para colocação no mercado externo;</p> <p>c) regular a oferta de gêneros alimentícios “in natura”, como consequência da expansão do parque industrial beneficiador.</p> <p>3 - O PAGRI é desenvolvido no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rios de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.</p> <p>4 - O PAGRI está subordinado às normas de caráter geral aplicável ao crédito agroindustrial.</p>
FNRI	Fundo Nacional de Refinanciamento da Indústria	Criado em 1982 - fundos especiais com a incorporação do COREX, PAGRI E PRODAGRI, POLAMAZONIA, POLONORDESTE, Café, etc.
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos	Incorporada a FUNAGRI em 1980
PRONAGRI	PRONAGRI Programa Especial de Financiamento a Agroindústria	Financiamento de atividade industrial de beneficiamento ou transformação de produtos agrícolas
PROASAL	Programa Sucro-Alcooleiro	Criado em 1983 - utiliza quase um terço dos recursos administrados pelo Banco Central no auxílio as empresas sucro-alcooleiras;

FISSET	Fundo de Investimento Setorial	Administrado pelo Banco do Brasil, compreende 3 contas: turismo, pesca e reflorestamento. Supervisionado pela SUDEPE e IBDF;
FIPEME	Fundo de Financiamento da Pequena e média empresa	Criado em 1965 - Administrado pelo BNDES, recursos para compra de equipamentos, instalações e montagens para a pequena e média empresa, e marginalmente para o setor agroindustrial
FINAME	Agência de Financiamento de Máquinas e equipamentos	Criada em 1964 - Administrado pelo BNDES, para aquisição de equipamentos nacionais e importados; financiamento de setores de produtos alimentares e da indústria têxtil; repassa recursos de outros programas (Bacen e BB).
FRE	Fundo de Reaparelhamento Econômico	Administrado pelo BNDES, recursos externos para modernização e benfeitorias para a indústria em geral, químicas, metalúrgicas, mecânicas, material elétrico, possui alguma ligação com o setor agroindustrial, marginalmente têxtil e de vestuário.
FUNGIRO	Fundo especial para o Financiamento de Capital de Giro	Administrado pelo BNDES
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Incentivos "não-financeiros" colocados pelo Estado em favor da indústria
EMBRATER	Empresa Brasileira de Extensão Rural	Incentivos "não-financeiros" colocados pelo Estado em apoio ao produtor
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo	Repasse de bancos oficiais em apoio as cooperativas através de ajuda financeira direta federal ou estadual

Quadro 1 – Brasil: fundos públicos para agricultura e indústria (1964-1986)

Fonte: KAGEYAMA, 1996.

A disponibilização e a destinação das linhas de crédito para esses fundos ou programas manifesta-se como vontade de política econômica dos poderes públicos, que separa as dotações creditícias a serem disponibilizadas para cada atividade, bem como as suas finalidades específicas.

4.3 CRÉDITO SUBSIDIADO E OUTROS INCENTIVOS À PRODUÇÃO AGRÍCOLA

O comportamento dos indicadores do crescimento do crédito agrícola no Brasil no período de 1960 a 1975 pode ser observado na *Tabela 6*, em que houve:

- evolução crescente das taxas de crescimento do volume total dos empréstimos;
- participação crescente dos empréstimos agrícolas no total dos empréstimos bancários; relativamente a sua participação no Produto Bruto

Tabela 6: Indicadores do crédito agrícola na Brasil

POR ANOS SELECIONADOS (1960-1975)				
EMPRÉSTIMOS AGRÍCOLAS				EMPRÉSTIMOS
TOTAIS (CR\$) ¹				BANCÁRIOS
ANO	CR\$	PBA	% BANC	% DO PB
1960	6.176,0	0,13	0,17	0,30
1965	8.483,0	0,15	0,24	0,21
1970	24.648,0	0,38	0,24	0,24
1974	61.648,0	0,59	0,27	0,31
1975	89.997,0	0,83	0,33	0,37

1- Empréstimos feitos durante o ano (1975 = 100)

PBA - Produto Bruto Agregado

Banc = Empréstimos Bancários

PB = Produto Bruto

Fonte: SORJ, 1980.

O crédito agrícola foi altamente subsidiado e aplicado, em grande quantidade, no financiamento do pacote tecnológico, promovendo a mecanização, uso de sementes híbridas, adubos químicos, agrotóxicos, etc.

As orientações do volume do crédito rural concedido ao setor agrícola, nesse período do “milagre”, estavam fortemente vinculadas ao **custeio**, na faixa de 44% dos recursos em média, contra 30% aos créditos para investimentos e 26% à comercialização da produção. Como se pode observar na *Tabela 7*:

Tabela 7 – Brasil: crédito rural concedido por finalidade (1969-1976)

(CR\$ MILHÕES - PREÇOS CORRENTES)							
ANO	TOTAL	CUSTEIO		COMERCIALIZAÇÃO		INVESTIMENTO	
	(A)	(B)	B/A (%)	(C)	C/A (%)	(D)	D/A (%)
1969	6.489	3.014	46,4%	1.652	25,5%	1.823	28,1%
1970	9.248	4.124	44,6%	2.613	28,3%	2.511	27,2%
1971	12.971	5.702	44,0%	3.476	26,8%	3.796	29,3%
1972	18.669	7.773	41,6%	4.721	25,3%	6.175	33,1%
1973	30.334	2.954	42,7%	7.343	24,2%	10.037	33,1%
1974	48.273	21.734	45,0%	11.926	24,7%	14.613	30,3%
1975	89.997	9.446	43,8%	22.428	24,9%	28.123	31,2%
1976	130.226	54.958	42,2%	33.052	25,4%	42.216	32,4%

Fonte: SORJ, 1980.

Os créditos ao **custeio**: podem ser divididos em custeio de safra (agrícola) e custeio pecuário, ou ainda por regiões, ou produtos. Os créditos ao **investimento**: por sua vez, podem se destinar à mecanização, como o caso do Fundo Nacional de Mecanização (Finame); ou a estruturação de agroindústrias, com o Programa Nacional de Apoio à Agroindústria (Pronagri); irrigação com Programa Nacional de Irrigação (Profir); ou podem ser distinguidos em função de critérios regionais onde são aplicados, e assim por diante.

No caso da **comercialização**: os empréstimos do Governo Federal (EGF's) mostram-se como balizadores da Política Nacional de Preços Mínimos (PNPM), a despeito do esvaziamento que essa mesma política vem sofrendo **desde 1992** com a depreciação do valor dos referidos preços mínimos e da escassez de recursos destinados aos EGF's e às Aquisições do Governo Federal (AGF's).



Você pode saber mais sobre este assunto acessando o site:

<http://www.wildmannadv.com.br/art1.htm>

4.4 OFERTA DE CRÉDITO AGRÍCOLA SUBSIDIADO: PRINCIPAL INSTRUMENTO PARA PROMOVER A INDUSTRIALIZAÇÃO

Os resultados obtidos se devem, fundamentalmente, à “concessão de crédito altamente subsidiado e vinculado à utilização de insumos e práticas predefinidas” políticas que induziram de forma significativa uma espécie de padrão de modernização “compulsória”, que se operou em bem pouco tempo (KAGEYAMA, 1996 p. 57).

Por outro lado, a situação da crise energética do petróleo e os sinais de esgotamento do período do “milagre econômico brasileiro” em meados da década de 1970 levaram o governo militar a reforçar o papel dos bancos públicos, cedendo um papel estratégico ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), pois havia empréstimos externos abundantes no mercado financeiro internacional, disponíveis para grandes projetos de infraestrutura (ALVIM, 2007, p. 176).

A coordenação do sistema oficial ficaria a cargo do BNDE, transformando-o no principal agente financiador, exercendo papel chave na liberação de créditos para os setores selecionados da indústria exportadora e da infraestrutura econômica, procurando atuar também na correção dos desequilíbrios regionais (ALVIM, 2007, p. 177).

Assim, o governo militar do general Ernesto Geisel implementou o II PND, a partir de 1974, cuja proposta era ajustar a estrutura econômica à situação da crise e buscar consolidar o Brasil como uma sociedade industrial “moderna” dentro do modelo de economia competitiva.

O regime militar procurava assim desenvolver políticas nas áreas científicas e tecnológicas que pudessem levar à integração da economia nacional e inserir o Brasil como potência emergente e intermediária no contexto da economia mundial. Essas razões colocavam a necessidade de financiamento às indústrias estratégicas para que proporcionassem a elevação da capacidade produtiva e tecnológica do país num esforço conjunto de aumento das exportações. Esse esforço visava minimizar os problemas no balanço de pagamentos resultantes da ampliação da dívida externa. (ALVIM, 2007, p. 176)

O II PND previa aumento dos recursos nos fundos geridos pelo sistema oficial de instituições federais: Banco do Brasil (BB); Banco Nacional de Habitação

(BNH); Caixa Econômica Federal (CEF); Banco do Nordeste (BNB); Banco da Amazônia (BASA); e Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). As fontes de recursos extras viriam de fundos públicos: o Plano de Integração Social (PIS); e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Também acabava provendo recursos financeiros ao Banco Central para fundos especiais.

Podemos observar que o volume de crédito concedido para aquisição de insumos agrícolas a produtores e cooperativas mais que triplicou, no período compreendido entre 1972 e 1976, considerando os preços vigentes em 1976, na *Tabela 8*.

Tabela 8 – Brasil: crédito concedido para produtores e cooperativas (1972-1976)

(CR\$ MILHARES)				
ANO	PREÇOS CORRENTES		PREÇOS DE 1976A	
	CR\$	Δ (%)	CR\$	ÍNDICE 1972 = 100
1972	2.528.129	-	6.757.283	100
1973	4.491.621	77,7%	10.428.268	154
1974	9.436.155	110,1%	17.024.396	252
1975	15.837.821	67,8%	22.374.475	331
1976	24.619.617	55,4%	24.619.617	364
^a Corrigido pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI (FGV)				

Fonte: SORJ, 1980

Na *Tabela 9*, podemos observar como exemplo os benefícios e incentivos especiais e as condições operacionais concedidos à agroindústria do Nordeste na segunda metade da década de 1970, envolvendo, entre outros critérios, financiamentos a juros subsidiados, redução e isenção de impostos, longo prazo de amortização dos empréstimos, carência de até 6 anos, limitados a 75% das inversões do capital.

Tabela 9 – Benefícios e incentivos à agroindústria no Nordeste

Benefícios e incentivos à agroindústria no Nordeste

<i>Benefícios especiais para projetos de agroindústria no Nordeste</i>	<i>Programa de desenvolvimento da agroindústria do Nordeste: condições operacionais</i>				
	<i>Itens financiáveis</i>	<i>Encargos</i>	<i>Prazos</i>		
			<i>Amortização</i>	<i>Carência</i>	<i>Limite a</i>
- Financiamentos a juros subsidiados pelo BNB - Isenção parcial/total de imposto de renda e adicionais não restituíveis - Redução/isenção de imposto de importação de equipamentos sem similar nacional - Isenção ou redução de ICM - Crédito tributário de IPI - Participação acionária do Finor	Inversões fixas setor industrial	17% a.a. ^a	12 anos	3 anos	75% das inversões
	Inversões fixas setor agropecuário	7% a.a.	12 anos	6 anos	75% das inversões
	Capital de trabalho do setor industrial	17% a.a. ^b	3 anos	1 anos	75% das inversões
	Capital de trabalho do setor agropecuário	7% a.a.	2 anos	—	75% das inversões

^a Observando o limite de 80% das garantias.

^b 7% de juros, acrescidos de 10% de correção monetária fixa.

Fonte: BNB, 1977.

Fonte: SORJ, 1980.

No entanto, cabe destacar que o esforço da distribuição social, setorial e espacial dos incentivos provocou uma divisão do trabalho crescente com a **produção da agroindústria**, visando ao mercado externo, ou seja, os maiores proprietários com as melhores terras tiveram acesso ao crédito, subsídios, pesquisa, tecnologia e assistência técnica. (MARTINE, 1991, p. 10)

Entretanto, conclui-se que “o sistema todo foi feito para que ganhem os grandes capitais e não os pequenos produtores” (SILVA, 1985, p. 17).

Enquanto isso, os produtores menos capitalizados foram relegados a terras menos férteis, utilizando práticas tradicionais e explorando a mão-de-obra familiar para subsidiar ou produzir um pequeno excedente comercializado nos mercados urbanos, onde o baixo poder de compra das massas garantia preços também mais baixos.

4.5 RESULTADOS DAS TRANSFORMAÇÕES: O ÊXODO RURAL E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO RÁPIDA

As consequências desse processo de modernização da agricultura se manifestaram no forte êxodo rural, em que cerca de **30 milhões de pessoas** deixaram o campo entre 1960 e 1980.



Para saber mais sobre este tema, você pode consultar: Camarano, Ana A.; Perillo, Sônia R. ***Padrões da distribuição espacial da população brasileira***. Disponível no endereço:

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1986/T86Vo1A23.pdf>

Esse fenômeno acentua a concentração da propriedade da terra, afeta as relações de produção no campo, e estabelece uma “territorialização do capital”, pois o **pacote mecânico** acaba por expulsar a mão-de-obra, reduzindo o espaço dos arrendatários, parceiros, posseiros e outros pequenos produtores, transformando estes em uma massa crescente de força de trabalho agrícola assalariada.

O êxodo rural e o processo de urbanização rápido ampliaram o número de cidades e a proporção da população total, e pela primeira vez na história moderna, houve redução absoluta da população nas áreas rurais do Brasil, ampliando a fixação da força de trabalho assalariada e desqualificada no processo de urbanização, dado a criação de macrocidades, ou metrópoles nacionais.

Metrópole nacional:

Cidade que, por suas atividades financeiras, de gestão e de informação, alcançam uma esfera de influência nacional e, mesmo, mundial, como, p. ex., Nova Iorque, Paris, Rio de Janeiro, São Paulo.

Isso significou estabelecer mudanças na escala de produção agrícola com a instalação do novo padrão dinâmico a partir do final da década de 1960, em que o esgotamento da segmentação “mercado interno x mercado externo” deixaram de ser o elemento-chave no funcionamento da agricultura. Isto deu lugar aos complexos agroindustriais (CAIs), uma forma de garantir **demanda efetiva** aos mercados industriais de máquinas e insumos agrícolas; à exportação de produtos agrícolas processados industrialmente; à fusão e incorporação de capitais sob o domínio do capital financeiro (KAGEYAMA, 1996, p. 185).

Isso demonstra, por consequência, que o processo de modernização fez com que a agricultura atravessasse uma radical transformação com a alteração da base técnica, em que a base tecnológica foi profundamente alterada e, como resultado, sofreu alterações profundas nos processos de produção.

4.6 A SEGMENTAÇÃO DA AGRICULTURA: COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS – CAI'S (1975-85)

As políticas públicas exerceram influência significativa no aprofundamento da industrialização da agricultura com a formação de uma agroindústria oligopolizada caracterizando o novo padrão agrícola de acordo a constituição dos Complexos Agroindustriais (CAIs).

Esse novo padrão agrícola se constitui então com a segmentação da agricultura em seu processo de industrialização recente.

Entre 1975-85, após as grandes crises do petróleo e da dívida externa, criam-se as condições para a integração de capitais no domínio do capital financeiro na agricultura, aprofundando a necessidade de crédito com a ampliação das políticas agrícolas modernizadoras.

Na *Tabela 10*, para ilustrar, podemos observar que, no período após o esgotamento do “milagre econômico”, de 1975 a 1986, o comportamento das vendas de máquinas e implementos agrícolas decresceu consideravelmente, refletindo sobremaneira a crise da dívida externa vivida pelos países da periferia do sistema capitalista.

Oligopólio: situação de mercado em que a oferta é controlada por um pequeno número de vendedores, e em que a competição tem por base, não as variações de preços, mas a propaganda e as diferenças de qualidade. (FERREIRA, 1999)

Tabela 10 – Vendas totais de máquinas e implementos agrícolas (1975-1986)

VENDAS TOTAIS DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS - 1975/86					
(Em Unidades)					
Anos	Colheit. Autom. para Cereais	Colhedora Autom. para Cana	Outras Máquinas e Implementos para:		
			Preparo do Solo	Aplic. Defensivos	Outras Operações
1975	7.892	60	n.d.	n.d.	n.d.
1976	6.840	59	n.d.	n.d.	n.d.
1977	5.958	80	438.410	492.300	174.002
1978	4.370	57	328.923	502.330	198.486
1979	5.946	20	426.732	358.431	205.889
1980	6.641	57	428.223	342.327	350.095
1981	5.271	95	93.164	506.953	448.246
1982	3.693	48	120.190	408.198	443.031
1983	4.137	28	173.535	353.376	592.422
1984	6.367	23	202.527	444.986	631.584
1985	6.987	54	175.163	278.976	529.001
1986	6.925**	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: ABIMAQ/INDIMAQ.

* Inclui as operações de Semeadura-plantio-fertilização; cultivo (exceto motocultivadores); colheita (exceto as máquinas auto motrizes); transporte e movimentação; processamento e armazenagem. Inclui maquinário para as chamadas "indústrias rurais" e para as unidades industriais.

** Dado para mercado interno fornecido pela Massey-Perkins.

Fonte: KAGEYAMA, 1996.

Na *Tabela 11* podemos observar também que as vendas de tratores e cultivadores motorizados cresceram em termos absolutos no mercado interno até 1976, vindo posteriormente a reduzir-se, ocorrendo uma abertura no mercado externo, ampliando o crescimento, acentuando-se a partir de 1977 a 1981 e vindo a reduzir-se posteriormente.

Tabela 11 – Vendas de tratores e cultivadores motorizados (1970-1986)

VENDAS DE TRATORES E CULTIVADORES MOTORIZADOS - 1970/86

(Em Unidades)

Anos	Tratores de Rodas		Tratores de Esteiras-Totais	Cultivadores Motorizados-Totais
	Mercado Interno	Mercado Externo		
1970	14.740	41	24	2.317
1971	22.217	98	807	2.215
1972	29.704	186	1.419	2.619
1973	39.454	386	1.957	3.549
1974	45.995	895	2.548	5.199
1975	57.931	649	3.791	5.463
1976	63.776	472	4.763	5.774
1977	48.568	4.584	3.453	5.284
1978	41.619	6.134	2.776	5.456
1979	49.523	7.263	3.662	6.358
1980	50.994	7.743	4.181	6.562
1981	27.979	9.689	2.790	4.897
1982	24.552	6.070	1.832	5.256
1983	22.113	1.891	1.098	3.095
1984	41.787	3.288	1.425	2.779
1985	40.996	3.341	n.d.	3.398
1986	45.290	5.477	n.d.	7.037

Fonte: Santos e Mialhe (1987).

Fonte: KAGEYAMA, 1996.

Assim, a constituição dos CAI's, se fortaleceu a partir da crise e do desenvolvimento da "indústria rural", principalmente a fornecedora de meios de produção para a agricultura, bem como pelo papel estratégico do Estado no seu financiamento subsidiado. Isto resultou na união da indústria com a agricultura, exercendo atividades de processamento dos produtos agrícolas com a agroindústria.

O resultado foi a estruturação dos Complexos Agroindustriais (CAI'S), dentro da dinâmica do **setor de bens de produção**, da indústria de máquinas e insumos, a **montante** das ligações específicas, intersetoriais, com as atividades agrícolas, servindo de base para a agroindústria de processamento, constituindo-se o segmento mais moderno e industrializado:

O segmento mais moderno e industrializado, integrado verticalmente e formado por **complexos agroindustriais completos**, ou seja, complexos com três “pés” – a indústria a montante, a produção agrícola (ou pecuária) e a agroindústria processadora.

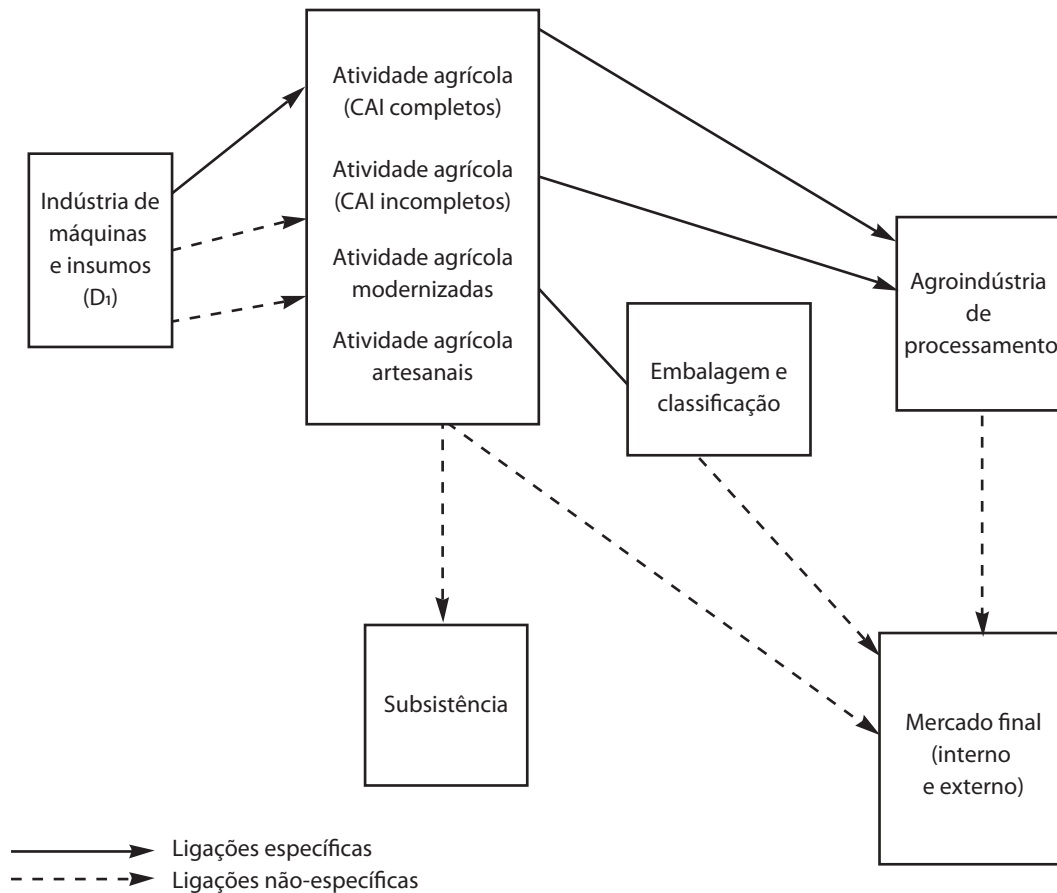
[...] a dinâmica, nesses casos, não pode ser vista unicamente isolando o produto agrícola, mas é o **conjunto integrado de atividades** que tem ritmos próprios e estratégias de crescimento combinadas, pois há soldagens específicas da atividade agrícola “para a frente” e “para trás”, isto é, com a indústria a montante e a agroindústria processadora. (KAGEYAMA, 1996, p. 186-187, grifo nosso)

Dessa forma, se propõe uma tipologia para a forma de inserção dos CAIs nas atividades do novo padrão agrícola e no processo de industrialização do campo, ou seja forma de inserção como critério numa **Matriz de Relações Intersetoriais (MRI)**:

Privilegiamos o grau das relações intersetoriais a **montante e a jusante**, porque julgamos que esse elemento é de crucial importância na determinação da dinâmica da produção agrícola. Assim, essa tipologia se pretende que seja não apenas descritiva mas sirva como ponto de partida para um novo esquema analítico da dinâmica da agricultura. (KAGEYAMA, 1996, p. 185, grifo nosso)

Na *Figura 5*, podemos observar melhor as ligações das **atividades agrícolas** de acordo com a proposta de quatro segmentos diferenciados: CAIs completos, CAIs incompletos, modernizadas, e artesanais.

A segmentação da agricultura

**Figura 5** – Segmentação da agricultura brasileira**Fonte:** KAGEYAMA, 1996.

A agroindústria exerceu uma influência dinâmica nas atividades industriais de beneficiamento ou transformação de produtos agrícolas, conformando uma associação industrial com o componente agrícola, impondo exigências severas quanto à qualidade, prazo, preço, entre outros, objetivando modernizar e aumentar a eficiência e a estabilidade da agricultura.

4.7 RELAÇÕES INTERSETORIAIS DE PRODUÇÃO: A MONTANTE E A JUSANTE

A agroindústria foi assim um fator importante de apoio e dinamização, acrescentando valor aos produtos primários, ampliando os seus mercados, gerando

renda e emprego, além de atuar como indutora da modernização e melhoria da eficiência de todo o setor agropecuário.



Para saber mais, você pode acessar o **site**:

<http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIIICA/BraulioHeinze.pdf>

Se considerarmos apenas os três setores principais envolvidos, como o **agropecuário**, o de **beneficiamento** (moagem) e a **indústria processadora**, podemos observar as relações que ocorrem na perspectiva da matriz intersetorial. Essa matriz de 1975 desagrega a agropecuária em 10 setores de atividades: extração vegetal; caça e pesca; além de seis setores possuidores de atividades em que detém um produto específico, como: a lavoura de café; a lavoura de cana-de-açúcar; a lavoura de arroz; a lavoura de trigo e soja; e outras lavouras; bem como: criação de bovinos; de aves e ovos; e da agropecuária.

Para exemplificar, podem-se citar os **complexos avícolas** (milho-rações-aves-frigoríficos) e de açúcar e álcool (implementos agrícolas e carregadeiras mecânicas-cana-usina e destilaria), como os mais típicos.

Além desses, estariam nesse grupo: as carnes, a soja e o trigo, o milho híbrido e o arroz irrigado, a produção de ovos.

No caso dos ovos, as cooperativas (que embalam, classificam e distribuem) tomam o lugar da agroindústria propriamente dita. (KAGEYAMA, 1996, p. 186-87, grifo nosso)

Assim, ocorre a integração dos capitais com a ampliação do conjunto da indústria processadora, constituindo linhas de produções modernas para o processamento de alimentos e matérias-primas, a partir da destinação da produção, quanto ao significado proporcional de cada produto como intermediário do consumo e da demanda final.

Nessa situação foram selecionados 12 produtos de expressão nacional e bem característicos, dos outros 28 produtos que compõem a MRI, e estão desagregados *in natura* fazendo parte do setor agropecuário, e um grande número de produtos agroindustriais. Os 28 produtos *in natura* são: madeira (tora), lenha, carvão vegetal, outros extrativos, produtos de caça e pesca, peixes, cacau, café em coco, cana-de-açúcar, arroz em casca, trigo em grão, fumo em folha, feijão em grão, milho em grão, hortícolas, tubérculos e raízes, fibras vegetais em

bruto, sementes oleaginosas, outros produtos agrícolas, bovinos vivos e leite natural, soja em grão, frutas, algodão em caroço, florestamento, aves vivas, ovos, suínos vivos, outros produtos pecuários. (KAGEYAMA, 1996, p. 189).

Cada um desses setores é formado pelos estabelecimentos que tenham como atividade principal aquela que identifica os setores.

Assim, por exemplo, o setor lavoura de café não é necessariamente formado exclusivamente por essa atividade, mas os estabelecimentos que têm como atividade principal a cultura do café geralmente têm outras atividades secundárias.

O último setor, chamado agropecuária, compõe-se dos estabelecimentos mistos, onde a diversificação de atividades (agrícolas e pecuárias) não possibilita identificar claramente qual a principal. (KAGEYAMA, 1996, p. 189)

Assim sendo, podemos observar na *Tabela 12* essas proporções de acordo com a matriz de relações intersetoriais de meados da década de 1970.

Tabela 12 – Estrutura de demanda: destino de produtos agropecuários (1975)

DESTINO DA PRODUÇÃO DE ALGUNS PRODUTOS
AGROPECUÁRIOS. BRASIL, 1975

Produtos	Setores ^a (% da população)				Demanda Final ^b	Erros e Omissões
	Agropec.	Benefic. e/ou Moagem	Indústria de Processam.	Total Consumo Intermed.		
Algodão	5,0	97,7	4,0	107,1	0	-7,1
Arroz	3,6	49,9	0,1	53,7	30,6	15,7
Feijão	6,9	0,0	0,0	12,3	87,7	0,0
Milho	51,0	5,8	11,4	68,8	13,6	17,6
Bovinos	1,7	42,3 ^c	—	44,0	41,8	14,2
Leite	6,7	71,0 ^d	—	77,9	22,1	0,0
Ovos	20,8	0,0	3,5	25,3	74,7	—
Aves	16,7	51,7 ^c	—	68,8	22,7	8,5
Café	6,6	79,9	—	86,6	0,0	13,4
Cana	2,5	0,0	102,4	105,0	—	-5,0
Soja	4,7	0,0	59,0	63,8	38,0	-1,8
Trigo	16,2	130,2	0,0	146,6	-42,1 ^e	-4,5

Fonte: Matriz de Relações Interindustriais (MRI) - 1975

^a Consideraram-se três setores principais: agropecuário, beneficiamento e/ou moagem e indústrias processadoras.

Nem sempre a soma iguala o consumo intermediário devido à resistência de outros setores residuais.

^b Inclui basicamente consumo pessoal, variação de estoques, compras do governo e exportações in natura.

^c Abate e preparação de carne.

^d Resfriamento, pasteurização.

^e Redução dos estoques.

Fonte: KAGEYAMA, 1996.

Essa **estrutura de demanda** possui suas características em **produtos** oriundos das atividades agrícolas que mantêm **relações intersetoriais mais fortes**, como por exemplo:

O feijão é tipicamente um bem de consumo final, assim que sai da produção, não exigindo qualquer beneficiamento ou processamento industrial. Cerca de

88% da produção têm como destino diretamente a **demanda final**.

Algodão, milho, leite, aves, café, cana, soja e trigo têm mais de 60% da produção dirigidos para **setores industriais de processamento**, isto é, constituem o **consumo intermediário** em maior proporção do que a demanda final. (KAGEYAMA, 1996, p. 190, grifo nosso)

Também se destacam as diferenças qualitativas no processo de transformação em relação ao beneficiamento simples na intermediação:

Mas há uma certa diferença qualitativa entre a cana e a soja, por exemplo, que através do processamento industrial são **transformadas** em outros produtos (açúcar e álcool, óleos e farelos) e o grupo de produtos que passam apenas por um **beneficiamento simples**, como arroz e trigo. (KAGEYAMA, 1996, p. 190, grifo nosso)

Há aqueles casos que exigem maior regularidade e influenciam a dinâmica da produção exigindo maior qualidade:

Como geralmente as indústrias processadoras propriamente ditas exigem melhor qualidade e maior regularidade da oferta de matérias-primas, sendo também os **setores mais oligopolizados e concentrados a jusante** nos CAIs, sua influência sobre a **dinâmica da produção agrícola** tende a ser mais forte. Nos casos do feijão, arroz e milho (note-se que mais da metade deste último produto fica como **insumo na própria agropecuária**) essa influência da indústria é mínima. (KAGEYAMA, 1996, p. 191, grifo nosso)

Podemos observar, também, na conformação da estratégia de modernização, a partir da **indústria a montante**, as proporcionalidades cabíveis na agricultura brasileira quanto ao destino de alguns insumos industriais (adubos e corretivos, pesticidas e rações), de acordo com a participação proporcional na produção de cada setor, na *Tabela 13*:

Tabela 13 – Demanda setorial de alguns insumos industriais no Brasil (1975)

**DESTINAÇÃO SETORIAL DE ALGUNS INSUMOS INDUSTRIAIS
BRASIL, 1975**

Setores	Insumos (% da população)		
	Adubo e corretivos	Pesticidas	Rações
Lavoura de Café	7,2	4,8	0,2
Lavoura de Cana	10,3	3,8	0,3
Lavoura de Arroz	4,6	2,3	2,2
Lavoura de Trigo e Soja	20,7	11,0	0,2
Lavoura de Bovinos	2,3	4,9	7,0
Lavoura de Aves e Ovos	0,3	0,3	35,6
Agropecuária	48,3	31,1	22,7
(soma)	(93,7)	(58,2)	(68,2)

Fonte: MRI - 75

Fonte: KAGEYAMA, 1996.

Como se percebe, o setor que mais se utiliza de adubos e corretivos é o agropecuário, seguido da lavoura de trigo, soja e cana.

Pode-se verificar que as atividades de produção de café, cana, soja e trigo e aves e ovos são mais importantes absorvedoras de insumos industriais.

[...] esses quatro setores da agricultura absorviam em conjunto 38% da produção nacional de adubos e corretivos, 20% dos pesticidas (note-se que apenas 58,2% da produção total de pesticidas destinaram-se à agricultura) e 36% da produção total de rações (aqui também apenas 68,2% destinaram-se à agricultura). (KAGEYAMA, 1996, p. 192-93).

Assim, essas atividades devem ser vistas pelas indústrias como importantes mercados, os quais têm que ser levados em conta nas estratégias de expansão e na dinâmica industrial.

4.8 RELAÇÕES DESAGREGADAS: FLUXOGRAMAS INTERSETORIAIS DA DEMANDA

Para melhor visualizarmos os detalhes dessas **relações a montante e a jusante** da produção acerca desses produtos, observaremos as proporções desagregadas de cada setor, de acordo com a sua posição na matriz de relações intersetoriais (dados de 1975).

As relações intersetoriais pretendem ser autoexplicativas e podem ser visualizadas na sequência destacando-se apenas algumas das características apresentadas na forma de estruturação do fluxograma; partindo da atividade agrícola, mostram-se seus fluxos interindustriais, os principais produtos intermediários, e os finais.

4.9 CONSUMO INTERMEDIÁRIO (CI) E CONSUMO TOTAL (CT): FLUXOS NA MATRIZ INTERSETORIAL

Os fluxos devem ser observados de acordo com dois conceitos distintos (KAGEYAMA, 1996, p. 193):

O Consumo Intermediário (CI) aparece sempre **referido a um produto**, mostrando o valor da produção desse produto que foi destinado ao consumo intermediário de setores industriais. É um dos componentes da **demand do produto**, e para cada produto intermediário visualiza-se o **destino** (setores industriais); e para o **produto final**, observa-se a **distribuição** entre **mercado interno** (consumo pessoal e não monetário, compras do governo, estoques); e **exportação**.

Consumo Total (CT) é um dos componentes do **valor da produção** do setor, e registra as **atividades agrícolas** e sua **participação nos insumos** industriais.

O CT equivale ao valor total dos insumos gastos na produção pelos estabelecimentos que têm aquela atividade como principal.

O CT somado ao Valor Adicionado compõe o valor bruto da produção do setor de atividade.

Assim, aparece sempre apenas na *atividade agrícola* em que, por exemplo, na lavoura de café $CT = 1,653$ milhões de cruzeiros correntes de 1975; e sobre ele é calculada a participação dos gastos com insumos industriais: por exemplo, 41,2% dos gastos com insumos nos estabelecimentos produtores de café correspondem a adubos e corretivos. (KAGEYAMA, 1996, p. 193, grifo nosso).

4.10 LAVOURA DO CAFÉ

Na *Figura 6*, podemos observar que a lavoura do café necessitava de uma grande quantidade de adubos e corretivos (41,2%) e de pesticidas (7,7%). Nesse período, o café era um dos principais produtos da economia agrícola do país, sendo que 90,7% da produção dirigia-se ao beneficiamento, e o café torrado e moído possuía uma demanda de 87,5% no mercado interno, contra 12,5% para exportação.

A lavoura de café tem fortes relações com o D_1 para agricultura (50% dos gastos com insumos provêm de setores industriais) e fortes ligações com a indústria de processamento, embora esta seja composta, geralmente, por setores não concentrados (torrefação e moagem) e tecnologicamente não sofisticados.

Aparentemente a integração vertical é pequena, já que menos de 2% do produto bruto (café em coco) vai diretamente para a torrefação e moagem sem passar por estabelecimentos que beneficiam o produto.

Do produto final processado (café torrado moído) cerca de 12% destinam-se ao mercado externo. (KAGEYAMA, 1996, p. 194)

Relações intersetoriais em 1975 - Café

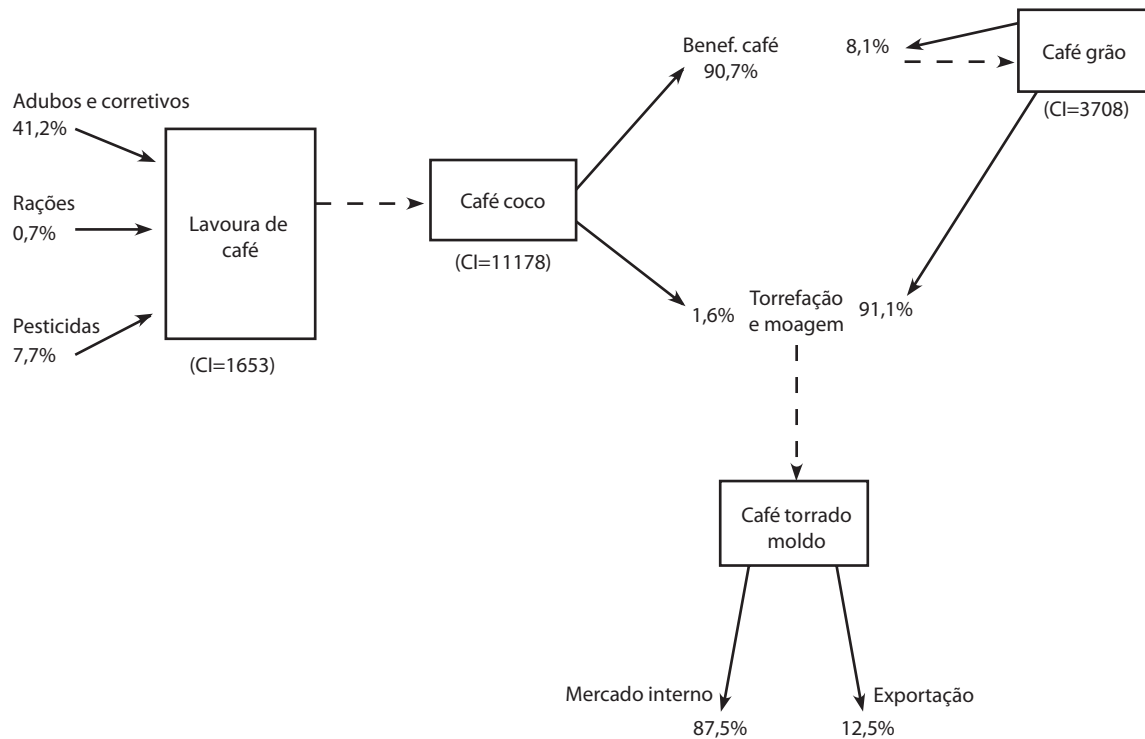


Figura 6 – Relações intersetoriais: lavoura de Café
Fonte: KAGEYAMA, 1996.

4.11 LAVOURA DE CANA

Na *Figura 7*, podemos observar que a lavoura de cana demandava cerca de 59,2% de adubos e corretivos, e a maior parte da produção destinava-se às usinas de açúcar para beneficiamento (87,6%), sendo que destes, 89,7% eram para o mercado interno.

Forte ligação intersetorial “para trás”, com dois terços dos gastos da produção com insumos absorvidos em insumos industriais.

Típica integração “para frente”, destinando-se a quase totalidade do produto para indústrias de bens finais (açúcar, bebidas alcoólicas).

O álcool, em 1975, além de absorver fração desprezível da cana, ainda era destinado a outros setores industriais (especialmente a indústria química), situação que se alterou bastante após esse ano, com a implantação do PROÁLCOOL.

O produto final açúcar tinha 10% da demanda formada pelo mercado externo. (KAGEYAMA, 1996, p. 194)

Relações intersetoriais em 1975 - Cana

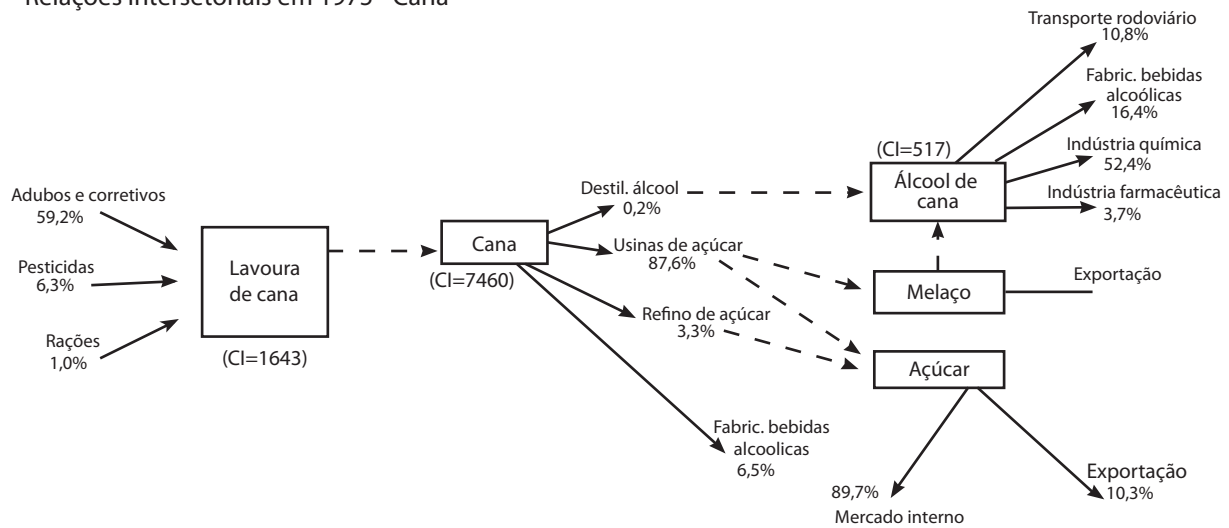


Figura 7 – Relações intersetoriais: lavoura de cana

Fonte: KAGEYAMA, 1996.

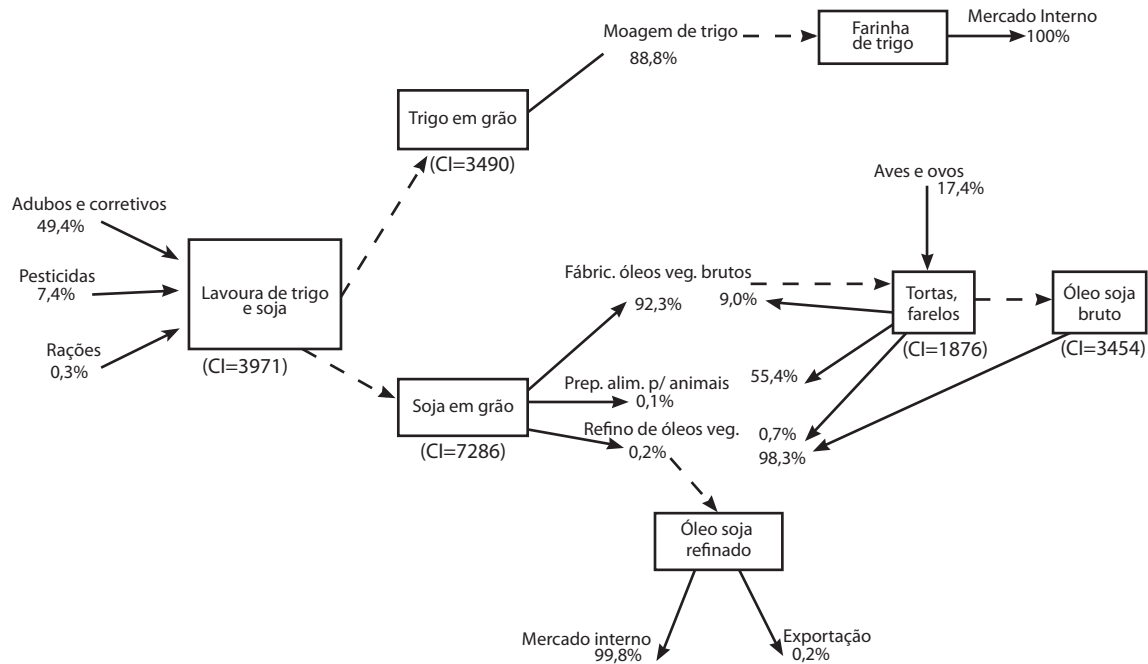
4.12 LAVOURA DE SOJA E TRIGO

As lavouras de soja e de trigo também se caracterizavam como grandes demandantes de adubos e corretivos (49,4%) e de pesticidas (7,4%), conforme mostra a *Figura 8*.

A totalidade da produção do trigo era para atender ao mercado interno (100%), sendo o país deficitário, tendo que importar este produto para atender às necessidades internas.

Já a soja, nesse período, atendia à demanda interna (99,8%), e grande parte dos grãos concentravam-se na produção de óleo vegetal refinado (92,3%).

Relações intersetoriais em 1975 - Soja e trigo

**Figura 8** – Relações intersetoriais: lavoura de soja e trigo**Fonte:** KAGEYAMA, 1996.

A lavoura de soja e trigo também mostra forte ligação com a indústria a montante (57% do CT em insumos industriais) e a jusante.

O trigo é um caso especial, devido a simplicidade do beneficiamento (apenas moagem) e à intervenção do Estado nessa atividade.

A soja, ao contrário, é caso exemplar de complexidade (no sentido de intensidade) de relações agricultura-indústria: o total da produção, excluída a parte consumida no setor agrícola, vai para as indústrias de grande porte, como matéria-prima para vários produtos, destacando-se óleos e alimentos para animais. Sob a forma de tortas e farelo ou de alimentos já preparados para animais retorna ao setor agrícola para criação animal (aves) ou, junto com o óleo bruto, tem como demanda final o mercado externo; sob a forma de óleo refinado ocupou o mercado de outros óleos vegetais e gordura animal no mercado interno. (KAGEYAMA, 1996, p. 194)

4.13 AGROPECUÁRIA

Conforme podemos ver na *Figura 9*, na agropecuária demonstra-se o alto índice de utilização, a montante, de adubos e corretivos (17,4%). E, para as lavouras de algodão, feijão e milho, de acordo com seus destinos, são encaminhados para os processamentos na indústria a jusante, ou para consumo final:

As culturas do algodão, milho, feijão não aparecem como setores individuais na matriz, mas têm mais de 90% de sua produção oriundos do setor “agropecuário”. Em conjunto compõem 17,8% do valor da produção da “Agropecuária”. Esse setor, não especializado, tem débil dependência das indústrias fornecedoras de insumos (cerca de 25% do consumo total da produção) e fracas relações industriais a jusante, com exceção do algodão. (KAGEYAMA, 1996, p. 200)

Relações intersetoriais em 1975 - Agropecuária

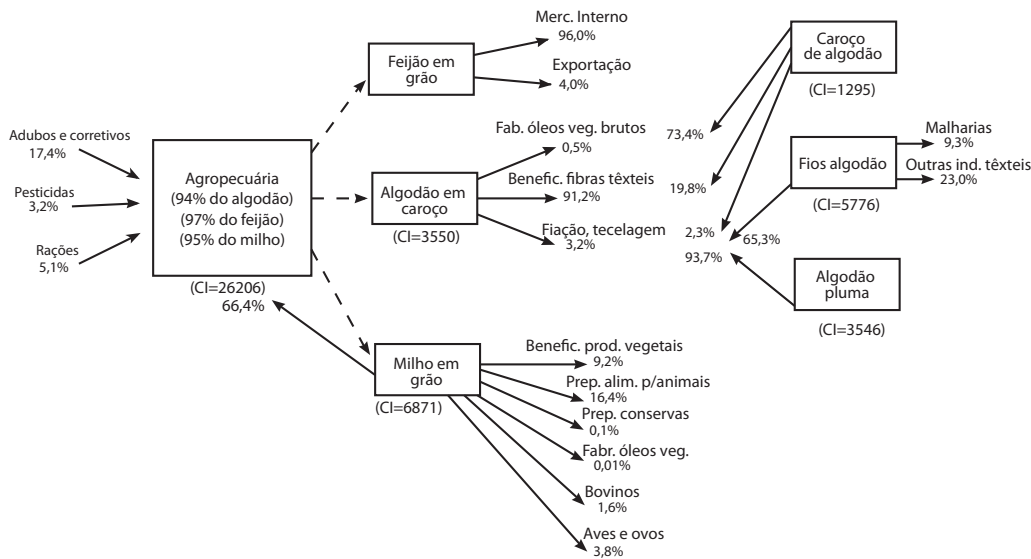


Figura 9 – Relações intersetoriais: Agropecuária

Fonte: KAGEYAMA, 1996.

Nos casos do algodão e do milho, haveria semelhanças, não fosse pela maior complexidade e diversidade do processamento agroindustrial.

A produção do algodão é totalmente consumida como matéria prima industrial, cujo uso é diversificado, interligando vários ramos do beneficiamento, fiação e tecelagem e fabricação de óleos vegetais.

O milho, embora com demanda industrial diversificada têm mais da metade da produção retida no próprio setor agrícola (o que não significa que as trocas intra-setoriais não existam). Apenas 25% da produção de milho utilizada como matéria-prima estão destinados aos setores industriais, majoritariamente de preparação de alimentos para animais.

Feijão: Este é o caso exemplar de fraca integração agricultura-indústria: as ligações a montante são fracas e inexistente agroindústria a jusante, sendo o produto diretamente destinado ao consumo (96% para o mercado interno).

Assim, num caso desse tipo pode-se ainda pensar a dinâmica agrícola em termos de produto em si mesmo, incluindo a política agrícola específica delineada para ele a partir das crises de abastecimento dos anos 70, mas também isto pode ter mudado nos anos 80. (KAGEYAMA, 1996, p. 201-202).

4.14 CRIAÇÃO DE BOVINOS E LEITE

Na *Figura 10*, percebemos que a criação de gado bovino demandava mais ração (15,9%) do que adubos (8,3%) e pesticidas (5,1%), tendo a sua produção quase que exclusivamente voltada para o abate e beneficiamento da carne (96,1%) para atender, fundamentalmente, ao mercado interno (99,1%). A produção do leite estava totalmente alocada para o mercado interno (100%), seja *in natura* ou beneficiado como leite em pó.

Arroz, carne bovina e leite: o arroz e a pecuária são casos de inserção não complexa de atividade agrícola nos circuitos industriais: participação relativamente baixa dos insumos industriais no consumo intermediário dos setores (38% no arroz e 29% na pecuária) e transformação ou processamento industrial simples, numa única etapa, cujo produto final é quase totalmente destinado ao mercado interno.

Apenas no caso do leite existe uma diversificação maior no processamento. Esses três casos podem ser considerados como exemplos de “CAIs incompletos” ou de baixa integração interindustrial, nem tanto pela intensidade como pela qualidade das ligações industriais a jusante da atividade agrícola. (KAGEYAMA, 1996, p. 198)

Relações intersetoriais em 1975 - Bovinos e leite

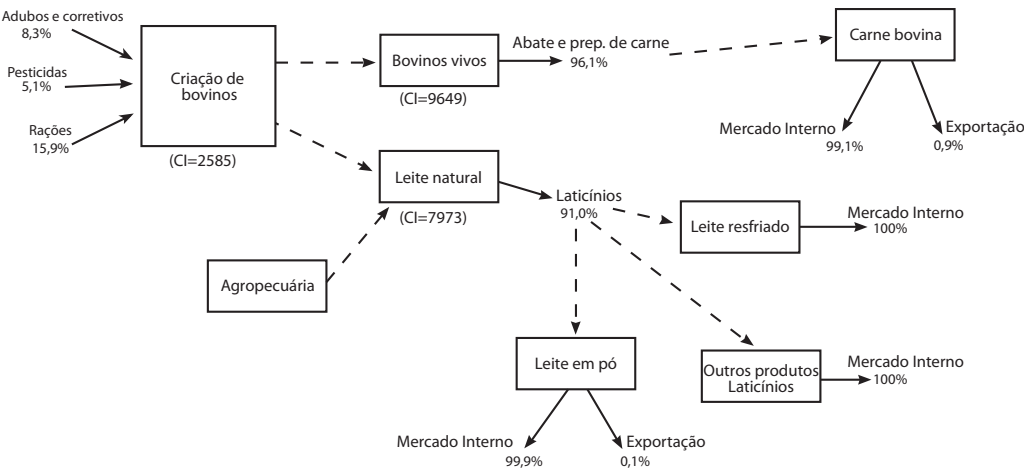


Figura 10 – Relações intersetoriais: criação de bovinos e leite
Fonte: KAGEYAMA, 1996.

4.15 CRIAÇÃO DE AVES E OVOS

Na *Figura 11*, percebe-se que o setor produtor de aves e ovos demandava um percentual muito maior de rações (50,9%) do que os demais. O setor produzia aves vivas para abate e preparo da carne, que era beneficiada em agroindústrias e frigoríficos, tendo seu foco no abastecimento do mercado interno (99,5%).

A produção de ovos era destinada aos panifícios, à fabricação de massas (13,9%) e, em pequena proporção, ao preparo de conservas (1,6%).

Mais de 50% do consumo intermediário na produção correspondem a insumos industriais (rações).

Os ovos entram como matéria-prima em outros setores industriais em proporção muito pequena (cerca de 15% do CI), ao contrário das aves, com 75% da produção não destinada a consumo final dirigindo-se aos setores industriais de abate e preparação de carnes.

Embora se conheça a importância do mercado externo para a agroindústria avícola brasileira, a matriz de 1975 não acusa o fato, registrando apenas 0,5% do produto final com destino a esse mercado, que como se sabe expandiu-se vertiginosamente após essa data. (KAGEYAMA, 1996, p. 198)

Relações intersetoriais em 1975 - Aves e ovos

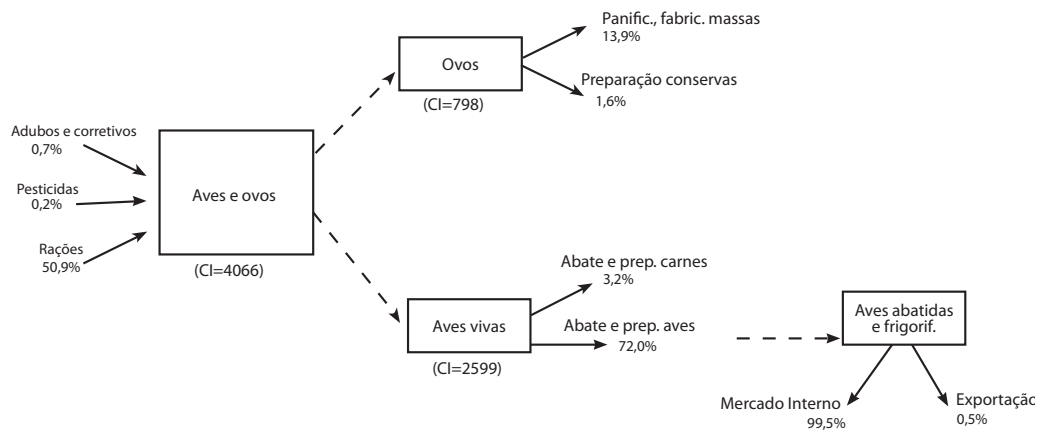


Figura 11 – Relações intersetoriais: criação de aves e ovos

Fonte: KAGEYAMA, 1996.

Tendo a Matriz sido estruturada dessa forma, o padrão de financiamento para a estruturação dessas relações intersetoriais, baseado no crédito fortemente subsidiado, entrou em crise no final da década de 1970, e avançou quando o governo brasileiro reduziu drasticamente o volume de créditos subsidiados no início da década de 1980.

4.16 CRISE E RETRAÇÃO DO CRÉDITO DO SETOR FINANCEIRO PÚBLICO

A agricultura como um todo acabou perdendo o tratamento preferencial do qual desfrutava em suas relações com o setor financeiro público – estatal, pois, como podemos observar, nas avaliações entre 1980 e 1985 as aplicações totais na agricultura e na pecuária caíram 50,4% (de Cz\$ 250 bilhões para Cz\$ 124 bilhões, em valores constantes), afetando fundamentalmente os créditos para investimentos (MARTINE, 1991, p. 11). Além disso, havia sinalização negativa dos **preços internacionais**, tanto de matérias-primas quanto de produtos processados.

No entanto, a redução do crédito subsidiado direcionado à compra de insumos modernos não afetou necessariamente a produtividade, pois uma utilização mais racional de insumos permitiu a manutenção dos níveis de rendimento com menores níveis de despesa, o que teria favorecido e mantido taxas razoáveis de crescimento do produto (MARTINE, 1991, p. 12).

Por outro lado, durante esse período, a produção agropecuária apresentou um bom desempenho e, notadamente, a crise no crédito não parece ter afetado significativamente a produção. O desempenho favorável do setor agropecuário pode ter sido influenciado fortemente (num momento em que havia notória retração do crédito agrícola) pela conformação dos Complexos Agroindustriais (CAIs).

Esse fenômeno envolve diversos aspectos que poderiam estar refletindo um aparente estágio de maturidade do novo padrão agrícola, mais potencial do que real. Isso se refletia na valorização do capital através da **valorização das terras**. Nesse momento, ocorreu, inclusive, a supervalorização das terras no sul do país, descortinando a necessidade de ocupá-las com outros usos, como a incorporação de novas áreas para o plantio de soja.

Por outro lado, houve uma política de substituição do **crédito subsidiado genérico**, pelo **crédito dirigido mais subsidiado**, o que levou a uma maior seletividade dos beneficiários, e conseqüentemente, ao aumento dos subsídios como mecanismo de valorização, em que:

[...] os produtos de maior peso no desempenho favorável da agricultura nessa fase são aqueles que dispunham de **mecanismos de valorização** de incentivos e subsídios, além de crédito e de preços mínimos: a cana-de-açúcar – protegida pelos múltiplos mecanismos do proálcool – o trigo, a soja, o cacau, o algodão e a laranja – todos mais ou menos beneficiados por **mecanismos especiais** relacio-

nados aos **esforços de ajuste** externo ou por fatores externo. (MARTINE, 1991, p. 12, grifo nosso)

Entre os elementos explicativos da política econômica, observa-se que o ajuste externo realizado no Brasil teve consequências positivas para a agricultura entre 1981 e 1986 (RESENDE, 1987), e as tendências da demanda na agricultura resultaram em elevadas taxas de lucratividade do setor agrícola, apesar da contenção do crédito (DELGADO, 1988, p. 24).

As estratégias adotadas se valeram da prática de uma política agressiva de produção, e pela via do preço, protegeu-se a rentabilidade de determinados segmentos empresariais. Os principais instrumentos dessa política teriam sido:

- o uso de duas maxidesvalorizações cambiais, elevando os preços dos exportáveis, modificando a sistemática de garantia de preços (indexação desde 1981, combinando com a elevação real a partir de 1983);
- o aumento do subsídio no crédito de custeio para setores beneficiados, aumentando ainda mais o grau de concentração;
- a queda na concessão de crédito para investimentos; e
- a elevação das taxas de juros nominais.

Os elementos explicativos para as elevadas taxas de lucratividade do setor agrícola, durante o período da crise, podem ser observados nos elevados saldos comerciais externos, gerados paralelamente com a queda na importação de produtos agrícolas, particularmente do milho e do arroz, e acoplada ao crescimento das exportações agrícolas e agroindustriais.

Esses mecanismos deveriam ter elevado tanto a **oferta agrícola externa** como a **interna**, mas a recessão provocou um declínio do PIB industrial e da massa salarial que, juntos com **subsídios** ao crédito comercial e **incentivos fiscais** à exportação de agroprocessados e outras medidas adicionais, acabaram comprimindo o consumo de vários produtos da cesta básica. (MARTINE, 1991, p. 12-13, grifo nosso)

A política estava assentada na repressão ao consumo interno, em subsídios a alguns produtores modernos, e na implementação da política de elevação de preços.

No conjunto, estas tendências refletem mais a retração do nível global de recursos dirigidos ao setor do que a elevação dos padrões de alguns subsetores. De fato, vários indicadores fornecidos pelo Censo Agropecuário de 1985 sugerem uma aparente reversão de muitos padrões anteriormente considerados inexoráveis. (MARTINE, 1991, p. 12-13)

Em razão desses fatores, comparativamente com o período anterior da “modernização conservadora”, foram provocadas mudanças na trajetória da estrutura e das relações de produção brasileiras.

4.17 MUDANÇAS NA TRAJETÓRIA: ESPAÇO REABERTO PARA A “MINIFUNDIZAÇÃO”

A crise do período teria reaberto um espaço para a “minifundização”, principalmente em grande parte da região Nordeste, onde se formou um significativo contingente de pequenos proprietários, produtores, posseiros, parceiros, e de mão-de-obra rural, dependentes da pequena produção e da subsistência, como podemos observar pelos seguintes indicadores:

- aumento de 5,2 para 5,8 milhões no total de estabelecimentos;
- redução notável da taxa de crescimento da área total, comparativamente aos períodos anteriores;
- redução da área média dos estabelecimentos agropecuários em quase todas as unidades da federação, exceção feita ao Pará, ao Paraná e ao Amapá, que aumentaram apenas um hectare cada;
- maior crescimento dos estabelecimentos menores que 10 hectares – de 2,6 para 3,1 milhões (18,8% a.a) – sendo que a repartição da área total destes, significou um aumento mínimo de 2,5% para 2,6%; e
- aumento da área média dos minifúndios, em grande parte da região Nordeste. (MARTINE, 1991, p. 13)

Apesar de essas tendências não influírem decisivamente nos padrões tradicionais da estrutura fundiária, que permanece concentrada, o que ocorreu foi um retorno da área média aos patamares de 1975, dez anos antes. Os fatores

indicativos das tendências que teriam provocado essas mudanças de reversão parcial da concentração fundiária puderam ser vistos, em princípio, com a crise econômica. A crise teve seus impactos sobre a disponibilidade de créditos e subsídios agrícolas, sobre a retração do mercado como atividade produtiva ou como empreendimento financeiro-especulativo e, portanto, resultou numa baixa no nível de **atratividade** do setor (MARTINE, 1991, p. 13).

Outros fatores associados ao processo de “minifundização” estão relacionados com esse período e sugerem diversas reduções significativas no ritmo do dinamismo geral das atividades agropecuárias. Esses outros fatores também afetaram os **ritmos de crescimento**:

- da área cultivada das lavouras permanentes;
- da incorporação de tratores em todas as regiões;
- do rebanho para a criação de gado, com mudanças na ocupação do território (do epicentro Sudeste para o Centro-Oeste e, em menor escala, para o Norte);
- da incorporação da fronteira agrícola que foi mais lento do que nos períodos anteriores, apesar da expansão ou reaproveitamento da fronteira agrícola do Centro-Oeste;
- do pessoal ocupado, com ritmo menor, pois quase todo o crescimento de 90% ocorreu em estabelecimentos de **0-100 ha**, sendo que o pessoal ocupado em estabelecimentos de **0-10 ha** obteve crescimento de 27% para 40%.

Em relação a este último, o aumento do pessoal ocupado concentrou-se nas regiões Norte e Nordeste (71% do aumento total). Neste caso, observa-se um certo declínio da importância dos proprietários e arrendatários, e um aumento correspondente nas categorias de parceiros e ocupantes (MARTINE, 1991, p. 14).

Resumindo, esse primeiro quinquênio da década de 1980 aponta para a observação de dois processos concomitantes e contraditórios:

- Por um lado, o direcionamento de recursos estatais para um número limitado de produtores modernos teria sido suficiente para manter os níveis de produção e produtividade do setor como um todo, durante o período de crise. Embora ainda não existam informações que permitam comprovar

as hipóteses, é provável que esses produtores beneficiados tenham continuado o processo de modernização tecnológica com a compra de maquinaria e insumos mais atualizados, durante o período de crise.

- Por outro lado, a atividade especulativo-financeira com recursos creditícios, assim como a incorporação maciça de áreas novas, foram arrefecidas. Isto parece ter proporcionado uma certa reabertura do espaço para o minifúndio e para a busca de condições de sobrevivência entre as formas nãocapitalistas ou menos organizadas da produção agrícola, especialmente em áreas mais atrasadas.

Consequentemente, a agricultura parece ter voltado a fazer o papel de biombo, garantindo a sobrevivência de contingentes significativos da população durante o pior momento da crise. Assim, é provável que o ritmo de migração rural-urbano tenha diminuído fortemente durante esse período (MARTINE, 1991, p. 15).

4.18 RECUPERAÇÃO E SUPERSAFRAS (1985-1989)

O que surpreende os investigadores é que, depois de dez anos de estagnação da produção e da produtividade agrícola, houve uma sucessão de “supersafras” e quase supersafras nesse período da segunda metade da década de 1980, num contexto conjuntural externo bastante desfavorável (CEDEPLAR, 1986, p. 10-11).

Em suma, a conjugação de diversos instrumentos de estímulo à produção, notadamente para o mercado externo (mas, em determinados momentos, também para o mercado interno), sustentados por uma forte infusão de recursos públicos, tem conseguido manter níveis relativamente elevados de produção e renda interna do setor agrícola e dos CAIs desde 1985.

Paradoxalmente, o nível reduzido do consumo interno de bens-salário tem favorecido o aumento dos saldos comerciais externos; só no período 1985/86 é que o crescimento da massa de salários implicou maior demanda interna, concorrendo, assim com o esforço de exportação.

Pelo lado negativo, essa política de saldos crescentes, cativos do serviço da dívida, agravou não apenas as condições de abastecimento interno de alimentos básicos, mas foi também fator de agravamento de desequilíbrios financeiros internos. (MARTINE, 1991, p. 17).

Dessa forma, podemos observar que:

- a recuperação econômica ocorreu a partir do último semestre de 1984, sustentada pelos incentivos à exportação do setor industrial, que apresentava grande capacidade ociosa;
- houve a impulsão da demanda interna por alimentos devido à dinamização do emprego urbano na indústria, no comércio e em serviços.

A partir daí, a recuperação do mercado interno foi considerável em 1985 e 1986 com a implantação do Plano Cruzado, que elevou o poder aquisitivo da população em geral, expandindo o consumo e obrigando o governo a ampliar os níveis de importação de produtos para suprir uma economia aquecida e estável com uma demanda reprimida.

A implantação do Plano Cruzado a partir do início de 1986, com a Nova República, enfatizou sua programação social na distribuição de renda e na melhoria na situação de nutrição da população, propondo políticas de geração de divisas através do setor agrícola e planejando a necessidade de recuperação da oferta interna de bens-salário.

A política agrícola passou a combinar sua já constante preocupação com a exportação de produtos agropecuários e agroprocessados, devido à necessidade de atender melhor à demanda crescente no mercado interno.

Desta forma, os incentivos à exportação adotados em 1981 – 1984, à exceção do congelamento da taxa de câmbio durante grande parte da vigência do Plano Cruzado, basicamente persistiram.

Para estimular a produção para o mercado interno, foram adotados preços de garantia mais elevados para os produtos da cesta básica, taxas de juros reais negativos de crédito rural (86/87), aumentos no volume de crédito disponível para custeio e investimento rural e sustentação das perdas de safra em 1985/86, via PROAGRO. (MARTINE, 1991, p. 16).

O resultado dessa bateria de medidas produtivas foi o anúncio de uma supersafra em 1985/86, frustrada pela seca no Centro-Sul, e a realização de uma “supersafra” em 1986/87. Para tanto, foram trabalhados alguns dos elementos da política creditícia da fase anterior da modernização, conjuntamente com o Grupo Banco Mundial (GBM), para acrescentá-los a alguns dos instrumentos testados e aprovados no período da crise, como a retirada dos subsídios.

4.19 RETIRADA DOS SUBSÍDIOS DOS PROGRAMAS OFICIAIS DE CRÉDITO (1987-88)

A retirada dos subsídios dos programas de crédito oficiais foi proposta pelos organismos financeiros multilaterais, operacionalizada pelo Grupo Banco Mundial, pois encontrava espaço nos estímulos das estratégias de desenvolvimento do setor privado, que na avaliação da situação do Brasil, seriam capazes de reagir positivamente, dada a consolidação tecnológica da estrutura produtiva (Banco Mundial, 1988).

A segunda metade da década de 80 foi semeada de grandes vitórias para aqueles que defendem a intensificação da “modernização” do campo via valorização da agricultura empresarial, via consolidação do direito inalienável da propriedade privada e via integração crescente dos capitais financeiro, comercial, industrial e agrícola. (MARTINE, 1991, p. 7).

Saiba Mais



BANCO MUNDIAL – CORPORAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL. Brasil – 1º Empréstimo de ajustamento do setor financeiro: Memorando de Iniciação – Extensão 38692. Washington, DC: Banco Mundial, 02 nov. 1988. Para saber mais a esse respeito, você pode consultar Alvim (2007).

O volume de recursos administrados pelo governo nos programas representava algo em torno de US\$ 90 bilhões, e este volume se tornou a principal justificativa do GBM para a eliminação desses empréstimos subsidiados. Conforme se observa nos programas, existia um saldo médio de aproximadamente US\$ 22,5 bilhões (ou 25% dos recursos totais direcionados ao PROAGRO) para empréstimos de curto e médio prazos para setores específicos.

Esses recursos seriam liberados através de fundos nacionais, como o FUNAGRI, para apoio à agricultura, e, do FUNEX, para apoio às exportações.

No *Quadro 2*, podemos observar as características dos programas de crédito oficiais e a distribuição dos recursos administrados.

PROGRAMA	CARACTERÍSTICAS	
Poupança compulsória	Gestão	Administrada por instituições financeiras federais de segundo nível;
	Recursos alocados	Alocação de recursos a partir de uma série de contribuições PIS/PASEP; FINSOCIAL; FND; FGTS;
	Contribuições	Sobre a folha de pagamento e a receita bruta das empresas
	Financiamento	Investimentos de longo prazo para setores específicos, público e privado
	Taxas de juros	De curto prazo para Certificados de Depósitos de 30 dias, 18% acima da OTN e abaixo dos de mercado
	Saldo médio	US\$ 36,0 bilhões
Créditos para setores específicos	Curto e médio prazos	Através de bancos públicos e privados; FUNAGRI para apoio a agricultura; FUNEX para apoio a exportação;
	Saldo médio	US\$ 22,5 bilhões
Empréstimos às Micro e pequenas indústrias	Financiamento	Taxa de juros subsidiadas; Subscrições de debêntures de empresas de grande e médio portes; Financiamento direto em vez de exigir reserva legal
	Saldo médio	US\$ 1,0 bilhão
Empréstimos Habitacionais	Financiamento	65% das cadernetas de poupança fora das reservas legais
	Saldo médio	US\$ 30,0 bilhões

Quadro 2 – Programas Oficiais de Crédito no Brasil em 1987

Fonte: BANCO MUNDIAL, 1988.

Para o Grupo Banco Mundial, as justificativas encontradas para a eliminação dos subsídios giravam em torno da falta de transparência das políticas do governo ao longo da história. O argumento estava centrado no fato de que, desde 1950, as instituições financeiras federais haviam recebido “**recursos vinculados**”, que eram alocados de acordo com seus próprios critérios. Nem o Congresso Nacional, nem os Ministérios, teriam completamente registrado o volume de recursos que foram recebidos e alocados, nem a forma como foram realmente utilizados, sendo que alguns dos maiores beneficiários desses fundos teriam contribuído para que estes programas de crédito se mantivessem “o menos transparente possível” (BANCO MUNDIAL, 1988, p. 36).

No que diz respeito aos outros **subsídios diretos**, o tratamento dado aos exportadores deveria ser mediante procedimentos especiais tipo *hedging* (de proteção), contra os riscos cambiais. As receitas em moeda nacional (cruzeiros – Cz\$), resultado das receitas em dólar (US\$), deveriam ser depositadas no Banco Central (Bacen) em conta indexada à variação cambial, com juros

de *Libor* acrescido de 2% ao ano.

Saiba Mais



A London Interbank Offered Rate (LIBOR) ou a Taxa Interbancária do Mercado de Londres, é uma taxa preferencial de juros, que é oferecida para grandes empréstimos entre bancos internacionais, bem como para empresas e instituições governamentais cuja avaliação do crédito inferior a estes que operam com eurodólares: “por exemplo, um país do terceiro mundo pode ser obrigado a pagar um ponto acima da LIBOR quando contrair empréstimos”. Para saber mais a esse respeito, você pode consultar: DOWNES, John. ;GOODMAN, Jordan E. London Interbank Offered Rate (LIBOR). **Dicionário de Termos Financeiros e de Investimento**. São Paulo: Nobel, 1993, p. 281.

O argumento do Banco Mundial era o de que isso permitiria aos exportadores não reterem suas receitas em divisas além de determinado período, para que “se protegessem (*to hedge*) contra as flutuações cambiais, mediante a transferência desse risco ao Banco Central” (BANCO MUNDIAL, 1988, p. 38).

Em junho de 1988, o Conselho Monetário Nacional (CMN) eliminou essa conta de proteção e determinou que os exportadores assumissem diretamente seus riscos cambiais, protegendo-se com a compra de títulos governamentais negociados nos mercados, denominados “OTN cambiais”, indexados à variação da taxa de câmbio e com juros de mercado. Também em junho desse mesmo ano, o Governo decidiu eliminar todos os **empréstimos obrigatórios** às pequenas e médias empresas. Em julho, um grupo de trabalho foi formado para examinar formas de financiar as atividades agrícolas e determinar um cronograma para a eliminação dos empréstimos obrigatórios à agricultura, provenientes dos depósitos à vista.

Assim procedendo, na avaliação do Banco Mundial, a economia fiscal, associada à esta reforma, estaria estimada em cerca de US\$ 200 milhões anuais, dado que em meados de 1988 o saldo médio dessas contas de proteção estava na ordem de US\$ 4,0 bilhões.

A nova recessão industrial de 1987 ajudou a aumentar a oferta na safra seguinte (1987/88), pois a situação dos assalariados tornou-se ainda mais desfavorável com o retorno da inflação e a perda de poder de compra.

O recrudescimento do processo inflacionário e a nova crise recessiva fizeram o governo retomar as medidas adotadas no auge da primeira crise, notadamente no que se refere ao encarecimento do crédito e à sustentação de uma política de preços ativa.

A redução da demanda interna e a perspectiva de elevadas compras de produtos agrícolas pelo governo fizeram crescer os estoques de arroz, milho e trigo, liberando novos “excedentes” para exportação.

Paralelamente, em 1988, pela primeira vez desde o início da década, a sinalização dos preços externos se inverteu devido, basicamente, a uma conjuntura climática desfavorável, tanto em termos de volume global da produção como dos seus impactos sobre o saldo comercial. (MARTINE, 1991, p. 17)

Dessa forma, a **trajetória da modernização agrícola** foi estimulada com o objetivo de aplicação de políticas que demonstrariam, no diagnóstico, querer atacar os sintomas da crise, buscando suas causas pelo efeito demonstrativo das experiências, com o objetivo de expandir a produção.

Da análise objetiva de certos padrões e tendências em curso, alguns passaram a presumir a inevitabilidade de universalização dessas transformações, como se fizessem parte de um darwinismo econômico.

Curiosamente, passaram a convergir, em vários pontos, as análises mais atualizadas do processo de “caificação” por parte da economia agrícola e da agronomia, com as posições políticas dos setores mais conservadores de produtores rurais.

A euforia das supersafras contribuiu para fortalecer a imagem de uma agricultura moderna, auto suficiente, de consequências sociais inevitavelmente benéficas. (MARTINE, 1991, p. 7-8)

A euforia das supersafras e dos incentivos para a produção, intensificada em setores oligopolizados, esquentou o mercado de terras (valorizando-as), provocando **forte migração** para a fronteira amazônica na primeira metade da década, e teria arrefecido a partir de 1986. Entretanto, inúmeros analistas da economia brasileira passaram a se ocupar, fundamentalmente, com o fenômeno central de transformação na agricultura, priorizando a “caificação” do padrão agrícola.

4.20 AVANÇO DO AGRONEGÓCIO: REFORMA AGRÁRIA TORNA-SE ANACRÔNICA? (ANOS 1990)

O resultado final desse conjunto de políticas levou a mudanças na estrutura da produção, ou seja, o crescimento em número, tamanho, importância,

poder e integração dos complexos agroindustriais (CAIs), fazendo avançar o **agronegócio**, priorizando a questão do padrão de desenvolvimento agrícola, deixando em segundo plano o debate sobre a questão agrária, chegando aos dias atuais.

A reforma agrária tornou-se rapidamente anacrônica, sendo ainda defendida por alguns poucos setores políticos, como política social compensatória, e não mais alternativa viável de reorganização produtiva.

Essas evoluções, evidentemente, foram influenciadas por uma conjugação de fatores extra-agrícolas.

Mas também foram afetadas pela percepção objetiva das limitações técnicas e econômicas de um modelo agrícola baseado, majoritariamente, na pequena propriedade familiar, assim como pelos avanços reais da agricultura modernizada em diversas regiões e culturas. (MARTINE, 1991, p. 7-8)

A retomada do ritmo de urbanização, no final da década de 1980, revela que os espaços para a “minifundização” da estrutura agrária, abertos anteriormente, no auge da crise, voltaram a se fechar, fazendo com que os “minifundistas” intersticiais, os parceiros, os arrendatários e os posseiros, tenham sido novamente obrigados a migrar em maior número, o que se converteu num movimento pela reforma agrária.

Um movimento se constituiu no Rio Grande do Sul a partir dos problemas com a grilagem de terras, e, conseqüentemente, surgiu o conflito pela expulsão de arrendatários, posseiros e meeiros e suas famílias. O êxodo, provocado pelas expulsões das famílias de agricultores, acabou ocupando as terras da Fazenda Anonni, em Encruzilhada Natalino (RS), que estava em processo de desapropriação para reforma agrária em 1987.

Os trabalhadores sem terra reivindicavam, primeiramente, a necessidade da terra, para que pudessem buscar a subsistência e gerar excedentes de produção. Eles reivindicavam a necessidade de explorá-la, na forma de pequena propriedade, com a agricultura familiar, objetivando a manutenção do homem no campo. Nesse caso, os debates políticos ressurgem, de forma cíclica, pela vertente de um projeto de reforma agrária que havia ocupado o lugar central nos debates que antecederam o golpe militar de 1964 (D’INCAO, 1991, p. 5-6).

No final dos trabalhos da Constituinte, em 1988, a reforma agrária ficou entendida como uma “**ameaça ou obstáculo**” ao processo de modernização. A solução proposta deveria passar pela “subordinação do projeto” de reforma agrária às determinações da política agrícola, concebida como asseguradora pelo atual padrão de modernização da agricultura.

Esse desfecho deu alento às posições dominantes sobre a modernização da agricultura brasileira.

Partindo do diagnóstico da crescente eficácia de seu desempenho, essas posições afirmam a inexorabilidade do desenvolvimento da agricultura empresarial, e portanto, da inviabilidade econômica da pequena agricultura familiar. (D'INCAO, 1991, p. 5-6)

A proposta de **reforma agrária** sofreu forte reação das forças conservadoras, sendo derrotada na Constituinte de 1988 e tendo, como consequências, a forte militarização dos latifúndios, a violência crescente contra militantes da Igreja, de partidos e de sindicatos, que passaram a apoiar o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Entretanto, o texto da nova Constituição Federal, art. 184, estabeleceu a função social da propriedade:

Compete a União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (BRASIL, 1988).

Saiba Mais



Para saber mais, você pode consultar: Brasil. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 2002. (Atualizada e ampliada até a emenda Constitucional nº. 35, de 20.12.2001, acompanhada de notas remissivas e dos textos integrais das Emendas Constitucionais e das Emendas Constitucionais de Revisão). Ver Capítulo III - Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, artigos 184 a 191.

Os trabalhadores sem-terra reivindicavam o cumprimento da Constituição no que diz respeito à função social da terra, em que a propriedade rural deveria atender, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I - aproveitamento racional e adequado;
- II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

O MST possui estrutura orgânica própria e tem por princípio a autonomia, visando à reforma agrária e a direitos e garantias para a sua transformação social. Nos acampamentos se estabelece o processo de negociação em relação às instituições públicas, como o INCRA e outros movimentos da sociedade civil. Além disso, nos assentamentos, a base da organização da produção é em núcleos familiares. O trabalho é coletivo e cooperado e a base política são as instâncias deliberativas e executivas. A venda de lotes é proibida, pois a terra é uma concessão de uso, de acordo com o Contrato de Assentamento.



Caro aluno, outra questão muito atual e importante que não foi tratada no livro é a dos biocombustíveis. Por isso, estamos disponibilizando no AVEA uma unidade complementar sobre esse tema. Não deixe de ler!

Resumo da unidade:

Como se observou, o processo de modernização agrícola no Brasil, com a estruturação da matriz de relações intersetoriais de produção, deu-se a partir da criação de uma série de instituições e empresas públicas. Estas, por sua vez, financiavam a produção a partir de fundos financeiros, os quais ofertavam crédito subsidiado. O resultado foi um êxodo rural e um processo de rápida urbanização, o que acentuou a concentração da propriedade da terra e a territorialização do capital. Desta forma, a demanda efetiva para os setores industriais de máquinas e insumos modernos estava garantida pela formação dos complexos agroindustriais. Por outro lado, o conjunto de políticas agrícolas adotadas levou a uma sucessão de supersafras, fazendo avançar o agronegócio com prioridade para o padrão de desenvolvimento agrícola, o que deixou em segundo plano o debate sobre a reforma agrária até os dias atuais.

Atividade de Aprendizagem – 1



- 1) Para a compreensão da temática atual sobre a reforma agrária, veja o vídeo disponível no AVEA “O sonho de Rose”, de Tete Moraes.
- 2) Em seguida, elabore um relatório de três páginas sobre o que você achou de mais interessante no vídeo, relatando as experiências do processo de produção cooperativada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), descrevendo os aspectos centrais das experiências concretas dos assentamentos da reforma agrária realizadas pelo governo brasileiro a partir da década de 1980.



REFERÊNCIAS

ÁCIDOS HÚMICOS. **Substâncias húmicas**. Disponível em: <<http://www.acidoshumicos.com.br/>> Acesso em: 6 mar. 2009.

_____. **Assistência financeira do grupo Banco Mundial ao Brasil : ajustamento do setor financeiro e programas de privatização - o PROES e o caso particular do SFBESC**. Florianópolis, 2007. 390 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

_____. **Poder político e políticas públicas: inventário do poder político em Santa Catarina - uma história de dominação de classe**. 1996. Dissertação (mestrado em Administração) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

ARUTO, Pietro; GAIOTTO, Felipe. **O conceito de formação econômico social e a questão agrária nos Incas**. 2008. 18 f. Monografia (Economia Agrícola – Curso de Ciências Econômicas) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BALEEIRO, Aliomar. **Uma introdução à Ciência das Finanças e à Política Fiscal**. 12 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

BANCO MUNDIAL – CORPORAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL. **Brasil - 1º empréstimo de ajustamento do setor financeiro**: memorando de iniciação - extensão 38692. Washington, DC: Banco Mundial, 1988.

BORGES, Fragmon Carlos. Origens históricas da propriedade da terra - 1958. In: STEDILE, João P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional - 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 259-281.

BRAUDEL, Fernand. Capitalismo e fazendas da América. In: BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, Economia e Capitalismo – séculos XV-XVIII**. Os jogos das trocas. v.2. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 236-242.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo - Séculos XV-XVIII: as estruturas do cotidiano**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CALDEIRA, Jorge. **Mauá – empresário do Império**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

CAMARANO, Ana A.; PERILLO, Sônia R. **Padrões da distribuição espacial da população brasileira**. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1986/T86V01A23.pdf>>. Acesso em 6 mar.2009.

CEDEPLAR. **Transformações recentes do setor agropecuário brasileiro: desafios tecnológicos, dinâmica espacial e a fronteira do Centro-Oeste**. Belo Horizonte, set. 1986, 140 p. Mimeo.

DELGADO, Guilherme C.. “Políticas explícitas de fomento agrícola”. In. DELGADO, Guilherme C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Icone-Unicamp, 1985, p.79-109.

DELGADO, Guilherme. Tendências da demanda agrícola face à política econômica. **Dados Conjunturais da Agropecuária**, Brasília, v. 157, p. 12-44, dez. 1988.

D’INCAO, Maria Conceição. Questão agrária, hoje - apresentação. *Lua Nova*: Revista de Cultura e Política, São Paulo , n. 25, p. 5-6, mar. 1991.

DINIZ, Eli. **Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DINIZ, Eli ; BOSCHI, Renato R. **Agregação e representação de interesses do empresariado industrial: sindicatos e Associações de classe**. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1979.

DOWNES, John; GOODMAN, Jordan E. London Interbank Offered Rate (LIBOR). **Dicionário de Termos Financeiros e de Investimento**. São Paulo: Nobel, 1993, p. 281.

FERNANDES, Florestan. **A organização social dos Tupinambás**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Ed. UnB, 1989.

FERNANDES, Manlio Silvestre. *Conquistas e avanços da nutrição mineral de plantas*. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/cbcs/trabalhos/simposios/simp_019.pdf>. Acesso em: 6 mar.2009.

FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio eletrônico século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 1 CD-ROM.

FURTADO, Celso. Fundamentos econômicos da ocupação territorial.

In. _____. **Formação Econômica do Brasil**. 21 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1986.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio - 1963. In: STEDILE, João P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional - 1500-1960**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 35-77.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

IANNI, Octávio. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1985.

KAGEYAMA, A. A política de crédito e o novo padrão agrícola. In: DELGADO, G. et. al. (Org.) **Agricultura e política pública**. 2 ed. Brasília: IPEA, 1996, p.157-172.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Revista Lua Nova**, São Paulo: CEDEC, n. 23. p.7-37, mar. 1991.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política – O processo global de produção capitalista**. l.3, v.4. 4 ed. São Paulo: Difel, 1985.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. L.1 - O processo de produção do capital, v. I. São Paulo: Difel, 1985.

MARX, Karl. **O dezoito brumário e cartas a Kugelmann**. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

MOSER, Anita. **A nova submissão: mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial**. Porto Alegre: Edipaz, 1985. 128 p. Disponível em: < <http://notes.ufsc.br/aplic/cfh.nsf/> >. Acesso em: 1 dez.2008.

NEVES, Marcos F. ; SPERS, Eduardo E. Agribusiness: a origem, os conceitos e tendências na Europa. In: PINHEIRO MACHADO, C.A (Org.) **Agribusiness Europeu**. São Paulo: Pioneira, 1996, p.1-15.

NUNES, Leonardo Dias. **A dualidade básica da economia brasileira: um ensaio sobre o pensamento de Ignácio Rangel**. Florianópolis: UFSC, 2008, p.23-45 (Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas da UFSC).

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARTINS, Horácio. **Agricultura brasileira: tendências, perspectivas e correlação de forças sociais**. Brasília: Via Campesina - Brasil, 2004, 82 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. 88p. (Princípios 68).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: UFSC/Lunerdelli, 1983.

PORTAL BRASILESCOLA.COM. **História do mundo**. Disponível em: < http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.historia-domundo.com.br/imagens/inca_mapa.jpg&imgrefurl=http://www.historiadomundo.com.br/inca/mapa-do-imperio-inca/ > Acesso em: 6 mar.2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. A questão agrária e a revolução brasileira”. In: STEDILE, João P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional - 1500-1960**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 79-87.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RANGEL, Ignácio. A questão agrária brasileira 1957-1986 In: STEDILE, João P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional - 1500-1960**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 171-231.

RESENDE, Gervásio. **Ajuste externo e agricultura no Brasil 1981/1986**. Rio de Janeiro: INPES/IPEA, nov. 1987 (mimeo).

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: TV Cultura (Fundação Padre Anchieta), série - Vídeo.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização: estudos de antropologia da civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 527 p. (Estudos de antropologia da civilização).

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

RICHTER, Klaus. **A Sociedade colonizadora hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau**. Florianópolis: UFSC-FURB, 1992.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. 11 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 20-67.

SILVA, José Graziano da. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. In: _____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996, p. 169-190.

SILVA, Ricardo. Sociologia Política e Ideologia Autoritária. In: Política & Sociedade: **Revista de Sociologia Política**, Revista do Programa de Pós-Graduação em sociologia Política da UFSC, v.1,n.1, 2002. v.1. nº. 1. Florianópolis: Cidade Futura, 2002, p. 103-128.

SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

STEDILE, João P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional - 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005, 303 p.

STEDILE, João P.; SAMPAIO, Plínio A.; ROSSETO, Miguel. **Debate sobre a natureza da reforma agrária brasileira**: São Paulo: MST/KIRKENS NÓDHJELP, 2004, 39 p.

TAG, Clarissa. A Agricultura no século 20. **Revista Consciência.Net**, jun. 2005. Disponível em: < <http://www.consciencia.net/2005/mes/10/taguchi-liebig.html> >. Acesso em: 1 dez.2008.

TRONCA, Ítalo. **Revolução de 1930**: a dominação oculta. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VINHAS, Moisés. Problemas agrário-camponeses do Brasil - 1968. In: STEDILE, João P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional - 1500-1960. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 127-169.

UNIFICADO. **O tratado de Tordesilhas**, Disponível em: <http://www.unificado.com.br/calendario/o6/tordesilhas.htm> > Acesso em: 6 mar.2009.